

Diário do Legislativo de 20/10/1999

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adatao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

LIDERANÇAS

1) LIDERANÇA DO PSDB:

Líder: Hely Tarquínio

Vice-Líderes: Ailton Vilela e Mauro Lobo

2) LIDERANÇA DO PMDB:

Líder: Antônio Andrade

Vice-Líder: José Henrique

3) LIDERANÇA DO PDT:

Líder: Bené Guedes

Vice-Líder: Marcelo Gonçalves

4) LIDERANÇA DO PPB:

Líder: Luiz Fernando Faria

Vice-Líder: Glycon Terra Pinto

5) LIDERANÇA DO PFL:

Líder: Sebastião Navarro Vieira

Vice-Líder: Paulo Piau

6) LIDERANÇA DO PTB:

Líder: Olinto Godinho

Vice-Líder: Cristiano Canêdo

7) LIDERANÇA DO PT:

Líder: Rogério Correia

Vice-Líder: Adelmo Carneiro Leão

8) LIDERANÇA DO PSD:

Líder: Djalma Diniz

Vice-Líder: Dalmo Ribeiro Silva

9) LIDERANÇA DO PL:

Líder: José Milton

Vice-Líder: Sargento Rodrigues

10) LIDERANÇA DO PPS:

Líder: Marco Régis

Vice-Líder: Márcio Kangussu

11) LIDERANÇA DO GOVERNO:

Líder: Alberto Pinto Coelho

Vice-Líderes: Eduardo Hermeto, Maria José Hauelsen e Rêmoló Aloise

12) LIDERANÇA DA MAIORIA:

Líder: Paulo Pettersen

13) LIDERANÇA DA MINORIA:

Líder: Carlos Pimenta

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB Presidente

Deputado Doutor Viana PDT Vice-Presidente

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Sargento Rodrigues PL

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Arlen Santiago PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Ermano Batista PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputada Elaine Matozinhos PSB

Deputado Ivo José PT

COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ambrósio Pinto PTB Presidente

Deputado Eduardo Brandão PMDB Vice-Presidente

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado José Henrique PMDB

SUPLENTE:

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado José Milton PL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado César de Mesquita PMDB

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Ermano Batista PSDB Presidente

Deputado Antônio Júlio PMDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Daladier PDT

Deputado Agostinho Silveira PL

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Paulo Piau PFL

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Bené Guedes PDT

Deputado José Milton PL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 14 horas

EFETIVOS:

Deputado João Paulo PSD Presidente

Deputada Elaine Matozinhos PSB Vice-Presidente

Deputado Mauri Torres PSDB

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Bené Guedes PDT

SUPLENTE:

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Hely Tarquínio PSDB

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputada Maria José Haueisen PT

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado João Leite PSDB Presidente

Deputado Glycon Terra Pinto PPB Vice-Presidente

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Irani Barbosa PSD

SUPLENTE:

Deputada Elbe Brandão PSDB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado João Batista de Oliveira PDT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Cabo Morais PL

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa PFL Presidente

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB Vice-Presidente

Deputado João Pinto Ribeiro PTB

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

Deputado José Milton PL

SUPLENTE:

Deputado Mauro Lobo PSDB

Deputado Paulo Piau PFL

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Edson Rezende PSB

Deputado Agostinho Silveira PL

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado Márcio Cunha PMDB Presidente

Deputado Mauro Lobo PSDB Vice-Presidente

Deputado Eduardo Hermeto PFL

Deputado Rêmoló Aloise PFL

Deputado Miguel Martini PSN

Deputado Rogério Correia PT

Deputado Olinto Godinho PTB

SUPLENTES:

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Sebastião Navarro Vieira PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Cabo Morais PL Presidente

Deputada Maria José Haueisen PT Vice-Presidente

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Antônio Roberto PMDB

Deputado Adelino de Carvalho PMDB

SUPLENTES:

Deputado Eduardo Brandão PMDB

Deputada Maria Tereza Lara PT

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado César de Mesquita PMDB

Deputado Arlen Santiago PTB

COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 10 horas

EFETIVOS:

Deputado João Batista de Oliveira PDT Presidente

Deputado Paulo Piau PFL Vice-Presidente

Deputado Márcio Kangussu PPS

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

SUPLENTES:

Deputada Maria José Hauelsen PT

Deputado Sebastião Costa PFL

Deputado Fábio Avelar PPS

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputado Dinis Pinheiro PSD

COMISSÃO DE REDAÇÃO

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Elmo Braz PPB Presidente

Deputado Djalma Diniz PSD Vice-Presidente

Deputado Paulo Pettersen PMDB

Deputada Maria Olívia PSDB

Deputado Marco Régis PPS

SUPLENTE:

Deputado Luiz Fernando Faria PPB

Deputado João Paulo PSD

Deputado Ailton Vilela PSDB

Deputado Antônio Júlio PMDB

Deputado Miguel Martini PSN

COMISSÃO DE SAÚDE

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras às 9h30min

EFETIVOS:

Deputado Edson Rezende PSB Presidente

Deputado César de Mesquita PMDB Vice-Presidente

Deputado Carlos Pimenta PSDB

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Adelmo Carneiro Leão PT

SUPLENTE:

Deputado Chico Rafael PSB

Deputado Jorge Eduardo de Oliveira PMDB

Deputado Agostinho Patrús PSDB

Deputado Arlen Santiago PTB

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15h30min

EFETIVOS:

Deputado Ivo José PT Presidente

Deputado Amilcar Martins PSDB Vice-Presidente

Deputado Cristiano Canêdo PTB

Deputado Luiz Menezes PPS

Deputado Ronaldo Canabrava PMDB

SUPLENTES:

Deputado Rogério Correia PT

Deputado João Leite PSDB

Deputado Antônio Genaro PSD

Deputado Antônio Andrade PMDB

Deputado Eduardo Hermeto PFL

COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputado Álvaro Antônio PDT Presidente

Deputado Arlen Santiago PTB Vice-Presidente

Deputado Wanderley Ávila PPS

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dinis Pinheiro PSD

SUPLENTES:

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT

Deputado Olinto Godinho PTB

Deputado Antônio Carlos Andrada PSDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Antônio Andrade PMDB

COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Reuniões Ordinárias - terças-feiras às 15 horas

EFETIVOS:

Deputada Elbe Brandão PSDB Presidente

Deputado Alencar da Silveira Júnior PDT Vice-Presidente

Deputado Márcio Cunha PMDB

Deputado Alberto Bejani PFL

Deputado Pastor George PL

SUPLENTES:

Deputado Amilcar Martins PSDB

Deputado Marcelo Gonçalves PDT

Deputado Dimas Rodrigues PMDB

Deputado Bilac Pinto PFL

Deputado Dalmo Ribeiro Silva PSD

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - 38ª Reunião Especial

1.2 - 39ª Reunião Especial

1.3 - 40ª Reunião Especial

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

3.2 - Comissão

4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 38ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 7/10/99

Presidência do Deputado José Braga

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Paulino Cícero - Palavras do Deputado Bené Guedes - Palavras do Sr. Paulo Antônio Carneiro Dias - Entrega de placa - Palavras do Sr. Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

José Braga - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Aílton Vilela - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Arlen Santiago - Bené Guedes - Cristiano Canêdo - Dimas Rodrigues - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Paulo - João Pinto Ribeiro - Jorge Eduardo de Oliveira - Marco Régis - Maria Olívia - Paulo Pettersen - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado José Braga) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Paulino Cícero, Secretário de Minas e Energia, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Paulo Antônio Carneiro Dias, Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM; Tales de Queiroz Sampaio, Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM; Osvaldo Castanheira, Superintendente Regional da CPRM; João César, representando o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Federal Tilden Santiago; Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Raimundo de Souza Reis, representante da Associação Comercial de Minas Gerais, e o Deputado Bené Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear a CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil - pelo 30º aniversário de sua fundação.

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir a execução do Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Paulino Cicero

Exmos. Srs. Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente, representando o Poder Legislativo na magnitude de sua potestade; Paulo Antônio, representando a Presidência da Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais; Osvaldo Castanheira, nosso grande e fraterno Superintendente da CPRM no Estado de Minas Gerais; Tales de Queiroz Sampaio, Diretor de Hidrologia da CPRM; Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; Raimundo de Souza Reis, representando a Associação Comercial de Minas Gerais; Deputado Bené Guedes, autor do requerimento que nos ensejou este momento de superior convivência no Legislativo de Minas Gerais; senhores parlamentares; João César, representando o Secretário de Meio Ambiente; senhores mineradores, funcionários e técnicos da CPRM, Presidentes de sindicatos da categoria; José Maurício; Câmara da Indústria Mineral da Federação das Indústrias; senhoras e senhores; cada vez que subo a esta tribuna, lá, no fundo, ergue-se aquela emoção de quem, durante oito anos, aprendeu a arte da política, ainda que como mau aluno, aqui, na convivência superior do Poder Legislativo do nosso Estado.

Sempre que aqui venho, sinto-me transportado, pela máquina da minha retentiva, aos tempos de 1963 a 1971, período turbulento da vida nacional, quando aqui estive em companhia de tantos nomes ilustres, alguns dos quais podem exornar a galeria de ex-Presidentes da Casa de onde procedemos.

Venho com prazer para esse convívio do parlamento mineiro. Acho que muitos daqueles que, agora, conosco se assentam talvez estranhem esse tom quase coloquial com que aqui se fala. Não que tenha mudado apenas o estilo oratório ao longo dos tempos, é que, nessa fala coloquial, consegue-se uma melhor articulação das idéias que vão ser transplantadas de computadores para os anais do Legislativo. Mais que isso, irão para a telinha mágica da televisão, onde a Assembléia de Minas consegue, através de canal próprio, profunda interação com toda a sociedade mineira e parte expressiva da sociedade brasileira.

O que, hoje, aqui se faz, que é uma reunião para homenagear os 30 anos da CPRM, terá sua divulgação feita para gáudio e alegria de todos aqueles que estão ocupados e preocupados em desenvolver a economia mineral do nosso Estado.

Não poderia ser mais feliz o Deputado Bené Guedes. S. Exa. compreendeu, até mesmo, pela arte de haver passado pela Secretaria de Minas e Energia, a superior importância desta instituição no contexto da economia mineral brasileira.

Na verdade, não existe a possibilidade de se fazer uma economia mineral forte, de se aumentar o produto mineral do País, sem que haja esse elemento basilar, que é a pesquisa; sem que se possa ordenar, de forma adequada, uma massa substancial de informações que, minimizando o risco dos investidores, permita conhecer bem as nossas potencialidades e a natureza geológica de cada uma das jazidas, alvo do nosso trabalho. Acho que a CPRM, nesses seus 30 anos de idade, é uma jovem Companhia, já obteve enorme sucesso nesse trabalho, porque pôde, ao longo do tempo, não só participar de mapeamentos geológicos, de projetos de conhecimento fotográfico da Amazônia brasileira, do Radam, em Minas Gerais, como também desenvolver uma massa de trabalhos que valorizam sua ação como instrumento adequado para o desenvolvimento de nossa economia mineral.

Pedi-me o Governador Itamar Franco que, hoje, o representasse, e com que alegria o faço, sabendo que S. Exa. tem por essa empresa simpatia muito especial. Recordo-me de que, ao entregar a S. Exa., no Palácio do Planalto, quando Presidente da República, um estudo feito sobre a gerência integrada da bacia hidrográfica do rio Doce - e lá estavam também os Diretores da CPRM, à frente o Dr. Oití Berber (?), que é um amigo de Minas Gerais -, S. Exa. indagou: "O que pode a CPRM fazer pelas águas de Minas Gerais?".

Recordo-me de que, através do departamento de hidrologia e utilizando a capacidade dos técnicos acantonados em Minas Gerais e de alguns que vieram de fora para ajudar no trabalho, desenvolveu-se o mais perfeito estudo feito até agora, conseguido sobre esse patrimônio inestimável das Minas Gerais, que são as reservas hídricas do Circuito das Águas. Então, são cinco cidades, se bem consigo lembrar: São Lourenço, Caxambu, Cambuquira, Lambari e Conceição do Rio Verde. Tiveram toda a hidrologia, toda a hidrogeologia, com penetração das camadas inferiores da terra, estudando os nossos potenciais e mananciais, de sorte a garantir que a utilização dessas águas não fosse comprometida através de lavras gananciosas. Hoje, a COMIG e a Secretaria de Minas e Energia, que é detentora de muitas das portarias de lavras dessas águas, têm especial carinho em preservar esse patrimônio para que os mineiros de gerações futuras possam também conhecer essa extraordinária riqueza de nosso Estado.

Mas vou mais longe: o Governador Itamar Franco chamou a CPRM e, com ela, promoveu um evento significativo no Palácio da Liberdade: contratou todo o mapeamento geológico do vale do São Francisco. São 220.000km². É uma área maior do que o Estado do Rio Grande do Sul. E com que alegria pudemos ir lá e, com muitos dos que conosco se assentam, aplaudir a primeira tentativa de se fazer o mapeamento com detalhes não só de recursos superficiais, mas também de recursos de águas subterrâneas, ao longo desse riquíssimo vale sedimentar do nosso Estado. A nossa CPRM está trabalhando junto com a Secretaria de Minas e Energia, dividindo as despesas, para que, em três anos, tenhamos o retrato completo de todos os recursos minerais aproveitáveis ao longo daquele vale.

Mas não fica aí. Ela está, agora, fazendo, também com recursos da COMIG e da Secretaria de Minas e Energia, o primeiro Memorial de Geologia de toda a América Latina. Ali, em Caeté, onde acumula algumas instalações industriais, que pertenceram ao grande oleiro de Caeté, ao ex-Governador João Pinheiro, naquelas grandes edificações, está montando o primeiro Memorial de Geologia da América Latina, onde serão reunidos todos os testemunhos de pesquisa, toda a literatura geológica sobre trabalhos desenvolvidos por empresas particulares ou públicas; ali serão reunidas as lâminas petrográficas, enfim, tudo ficará ligado, "on line", com a Secretaria de Minas e Energia e com a própria CPRM, em Belo Horizonte. Dessa maneira, qualquer investidor que chegar a Minas Gerais disposto a enfrentar e penetrar o território da mineração provavelmente encontrará respostas para todas as suas inquietudes e dúvidas.

Mas não fica aí. Em relação à riqueza mineral do nosso Estado - somos responsáveis, hoje, por 35% de todo o produto mineral brasileiro -, a CPRM está concluindo um trabalho que vem sendo desenvolvido há dois anos pela Secretaria de Minas e Energia, que é o mapeamento geológico chamado Leste mineiro, da região dos pegmatitos, onde ficam as pedras coradas, excrescências de beleza natural, orgulho das Gerais, pois fazem brilhar, sobretudo, os olhos das mulheres.

Portanto, é uma empresa muito importante para a vida mineira. Não foi por outra razão que o Presidente Itamar Franco acolheu nossa sugestão e fez, em atendimento a uma velha expectativa e aspiração de todo o mundo empresarial da mineração brasileira, a transformação da CPRM em Serviço Geológico nacional. Hoje, ele é representado por geólogos, administradores, engenheiros, técnicos em Física, em Química e em todos os elementos que formam essa gama de especialidades envolvidas na engenharia mineral, uma das formas de sublimação da própria carreira de Engenharia.

Vindo aqui, hoje, em nome de S. Exa. o Governador do Estado, quero transmitir ao corpo dirigente da CPRM, a todos os seus técnicos e funcionários - como diria eu -, da caneta do Presidente à vassoura do último dos taifeiros, que faz a limpeza do prédio, daqueles que fazem a formulação de planos estratégicos de geologia e de pesquisa até os que ajudam a carregar os instrumentos de medição de campo, a todo esse mundo maravilhoso, essa fortaleza humana formada pelo corpo social da empresa, a todos quero deixar essa saudação de entusiasmo pela obra maravilhosa que vêm desenvolvendo em favor de nossa economia. Espero que, para o futuro, novas ações e novos eventos possamos celebrar, para aproveitar toda essa vasta disponibilidade de inteligência e de experiência que esses homens acumularam.

Vivemos, nos últimos anos, no Brasil, um período em que se desdenhou um pouco a pesquisa mineral, mas é muito importante que seja uma obra contínua e permanente, porque, hoje, estamos trabalhando reservas minerais que foram identificadas no período do Plano Mestre Decenal, de 1975 a 1985. E, se há interrupção nesse processo, certamente o estoque de bens minerais disponível para sustentar o processo de crescimento econômico vai desaparecer.

Mas, ao final, num trabalho articulado, em que a CPRM deu muita cobertura à Secretaria de Minas e Energia, queria, neste evento, fazer um anúncio oficial. Tenho certeza de que todos aqueles que estão nesse processo haverão de aplaudir: o Estado de Minas Gerais acaba de receber do Governo dos Estados Unidos, a fundo perdido, a importância de US\$300.000,00, para iniciar o processo de aerogeofísica de todo o nosso território. Não é tanto o valor em si, mas a área que foi selecionada para alvo desse trabalho: lá estão localizadas as concessões de pesquisa para a própria Companhia Mineradora de Minas Gerais. É dinheiro do "Tio Sam" a fundo perdido, para desenvolver a aerogeofísica em áreas

de uma empresa estatal mineira, que é a nossa COMIG.

Mas não pararemos aí, porque, no orçamento do ano 2000, tenho a certeza de que o patriotismo de nossos Deputados aprová-lo-ão, teremos recursos, pela primeira vez, para fazer toda a aerogeofísica do território de Minas Gerais, dos nossos 586.000km². Por que isso é importante? Minas Gerais tem o privilégio de produzir 35% de todo o produto mineral brasileiro. E estamos explorando aquilo que os nossos passos encontraram em cima da superfície terrestre, aquilo que alguns curiosos e garimpeiros, quando percorriam as grupiaras, nossas matas ciliares, encontraram, ou seja, testemunhas minerais. Estamos com 35% da produção brasileira daquilo que pode ser visualizado na superfície de nosso território.

Com esse plano da aerogeofísica, publicaremos, esses dias, o primeiro edital de licitação para a contratação de empresas especializadas, conheceremos o que existe a 300m de profundidade, o que existe em nosso subsolo. Em qualquer anomalia identificada pelos raios gama e magnéticos, lá estarão os nossos diamantes, os martelos dos nossos geólogos, descobrindo novas potencialidades minerais. Nós, que já somos líderes da mineração no Brasil, vamos consolidar essa posição e multiplicar nosso trabalho em favor do Brasil.

Parabéns à CPRM pelos seus 30 anos de trabalho.

Palavras do Deputado Bené Guedes

Exmos. Srs. Deputado José Braga, Presidente em exercício da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Paulino Cícero, Secretário de Minas e Energia, representando o Governador do Estado; Paulo Antônio Carneiro Dias, Diretor de Relações Institucionais e Desenvolvimento da CPRM; Ronaldo Castanheira, Superintendente Regional da Companhia de Pesquisas e Recursos Minerais e Serviços Geológicos do Brasil, e João César de Freitas, representando o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Sr. Tilden Santiago, que também é Presidente do Sindicato de Geólogos do Estado de Minas Gerais, caríssimo amigo e ex-colega desta Casa; Deputado Federal Ronaldo Vasconcellos, cuja presença nos honra muito; Srs. Tales de Queiroz Sampaio, Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM; Raimundo de Souza Reis, representante da Associação Comercial de Minas Gerais; pediria vênua, nesta oportunidade, para saudar os meus colegas Deputados Estaduais Marco Régis, Ivo José, Adelmo Carneiro Leão, Eduardo Daladier; quero também saudar o ilustre ex-Secretário de Minas e Energia, Sr. Raul David; o ex-Superintendente da Secretaria de Minas e Energia, Sr. Laurin Bes; meu caríssimo amigo Sr. José Maurício; quero saudar todas as autoridades ligadas ao setor de mineração e de geologia, os meus caros funcionários do gabinete, os funcionários da CPRM, os funcionários desta Casa e os amigos da imprensa.

Falar depois daquele que já foi um grande Ministro, que já foi um grande parlamentar e que hoje é um grande Secretário da importante Pasta de Minas e Energia, realmente, é difícil. Por isso, meu caro Secretário Paulino Cícero, preferi não arriscar um improviso e proceder à leitura do meu pronunciamento.

Privilegiado com um solo rico de jazidas hídras e minerais, por certo, não é sem razão que este Estado tem o nome que ostenta. Como se sabe, sobretudo no decurso do século XVIII, descobriram-se aqui abundantes minas de ouro e diamante, que atraíram verdadeiras multidões para a nossa terra. Nessa corrida, estão, sem dúvida, o início da formação da sociedade mineira e o princípio da importância histórica das Gerais no cenário nacional.

Passado o ciclo do ouro e do diamante, minerais nobres que enriqueceram potências emergentes da época e uns poucos abastados da aristocracia local, parecia, até mesmo, que o nosso chão, despojado e revoltado, ia ficando de minas vazias.

Ledo engano. Dos veios abertos de nossas montanhas devassadas, ia brotando uma riqueza maior: a tempera obstinada e altaneira dos montanheseiros, com sua disposição férrea para o trabalho. Sem dúvida, este é um Estado que se forjou no suor e na luta árdua de seus filhos. Aqui, o desenvolvimento é fruto de labor e dedicação, e não o resultado de ações de especuladores aventureiros, que se esvaem com o tempo...

Senhoras e senhores, ao lado dos mineiros, há 30 anos garimpando o nosso solo, a CPRM - Serviço Geológico do Brasil, nossa homenageada na reunião especial de hoje, tem como missão auscultar a nossa terra, num trabalho de pesquisa que evoca a façanha memorável dos caçadores de esmeraldas de outros tempos.

Autêntica versão moderna dos desbravadores do passado, que dilataram os horizontes do sertão brasileiro com suas entradas e bandeiras, a CPRM - sigla original da antiga Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - tem realizado, num desbravamento agora vertical, uma verdadeira garimpagem do solo mineiro.

Voltado para as entranhas de nosso chão, numa busca profunda - que bem revela uma das tendências mais marcantes da gente das Alterosas -, o Serviço Geológico do Brasil vem descobrindo outras minas: as jazidas mineiras imersas em nosso subsolo.

Dos países mais bem aquinhoados do planeta, o Brasil - especialmente este Estado - abriga depósitos de minérios e matérias-primas que têm importância estratégica para a indústria e a tecnologia no mundo atual.

Com efeito, aqui existem, em abundância, ferro, bauxita, cobre, malacacheta, platina e vários outros minerais, além de recursos hídricos que têm despertado a cobiça internacional.

Alvo de ações predatórias durante muito tempo, é esse patrimônio que vem sendo monitorado e manuseado, com zelo e de forma racional, pela Companhia. Sem agredir a natureza e preservando o meio ambiente, ela vem desenvolvendo uma política mineral competente, que, por certo, gera divisas para o País e benefícios para o povo.

Vinculado ao Ministério de Minas e Energia, o Serviço Geológico do Brasil, nessas três décadas de existência, tem realizado um trabalho marcado pela eficiência e seriedade. Ao contrário da mentalidade reinante entre os paladinos da equipe econômica, obcecados por um programa descabido de privatizações, o órgão tem-se empenhado na defesa do patrimônio nacional.

Ao longo desses 30 anos de existência, a Companhia organizou e armazenou a maior e mais completa base de dados na área hídrica e mineral. Fruto de pesquisas criteriosas, ela contém informações geocientíficas confiáveis, que estão disponíveis para qualquer pessoa interessada.

Assim aparelhada, a empresa tem exercido, sobretudo, o papel de formular diretrizes para a gestão territorial, além de proteger nossas jazidas contra ações de depredadores. Com esse objetivo, empreende criterioso levantamento dos recursos minerais, geoquímicos e geofísicos, atendo-se igualmente a minuciosos estudos de natureza hidrogeológica.

Os funcionários da CPRM estão convencidos de que informações básicas devem preceder qualquer extração comercial. São os estudos geológicos preliminares que minimizam os riscos inerentes à atividade mineradora e condicionam a captação dos recursos necessários para a sua consecução.

Por outro lado, as pesquisas hidrogeológicas realizadas por nossa homenageada são imprescindíveis para a exploração de bacias hidrográficas e indispensáveis aos órgãos responsáveis pela gestão e conservação de nossos mananciais. Sem excluir jamais os cuidados que se devem ter com o meio ambiente, são esses estudos que indicam a maneira mais adequada do aproveitamento dos férteis vales do País.

Senhoras e senhores, poucas nações possuem a riqueza hídrica que o Brasil detém. Conforme vem sendo alardeado, de modo até sensacionalista, vivemos um momento da história em que, mais do que nunca, a água adquire importância capital e estratégica, ameaçada de escassez no milênio que se avizinha, o que já é realidade em algumas regiões do planeta. O mundo vai precisar desesperadamente desse precioso líquido, que temos em abundância. Não há dúvida de que, em um futuro próximo, ao lado de demandas essenciais, como saúde, educação, segurança, moradia e emprego, o acesso à água terá peso igual ou maior que os demais itens considerados fundamentais.

Com uma visão do porvir que poucos governantes têm e consciente da condição de caixa-d'água que representa o Estado no contexto nacional, o Governador Itamar Franco vem-se batendo corajosamente em defesa de nossas reservas hídricas. Sem dúvida, não se pode entregar à iniciativa privada e ao capital estrangeiro um patrimônio com que a natureza nos

aquinhoo sobejamente e que, tal como o petróleo, começa a ter importância estratégica no cenário internacional.

Contar com instituições competentes e sérias, que compartilham do mesmo sentimento, como é o caso do Serviço Geológico do Brasil, é sempre uma segurança para o Estado e para o País.

Nós, que atuamos no Governo Eduardo Azeredo, como titular da Secretaria de Recursos Hídricos, Energéticos e Minerários - hoje, de Minas e Energia -, conhecemos bem a qualidade do trabalho empreendido pela CPRM. Foi com nosso integral apoio que, à época, a empresa desenvolveu o Projeto Leste, mapeando mais de 35.000km² de nosso subsolo.

É justa, pois, a homenagem que esta Casa presta à Companhia pelos seus 30 anos de existência. Sem dúvida, além da atribuição precípua de legislar e fiscalizar, por certo, é dever também desta Assembléia encorajar as instituições que se pautam pela competência. Ao fazê-lo, o Legislativo mineiro está reconhecendo a importância da pesquisa como mola propulsora do progresso e do desenvolvimento.

Assim, é com muita satisfação que, pelo trabalho realizado, cumprimentamos todos os profissionais da CPRM e, em especial, os Srs. Geraldo Soares Gonçalves Quintas, Diretor-Presidente da empresa; Paulo Antônio Carneiro Dias, Diretor de Relações Institucionais, que, para nossa alegria, hoje aqui está, representando o Presidente; e a pessoa que aprendemos a admirar e a gostar, Sr. Osvaldo Castanheira, Superintendente Regional e nosso companheiro de luta em defesa das jazidas hídricas e minerais do Estado. Devo muito ao Sr. Osvaldo, pelo apoio e pela confiança que sempre demonstrou por nossa pessoa, quando estivemos à frente daquela importante Pasta. Vejo hoje, com muita alegria, a CPRM, em Minas, de mãos dadas com a Superintendência do Sr. Osvaldo Castanheira, grande amigo do nosso Secretário e eminente homem público Paulino Cícero, que também merece nossa estima e consideração, pois é uma figura realmente extraordinária. Vejo também, com muita alegria, o atual Governo Itamar Franco caminhar com a CPRM, para o bem de Minas, para o desenvolvimento de nosso Estado, para o conhecimento, cada vez maior, de nosso subsolo.

Essa é a política que está imperando em Minas, a política da construção de uma Minas cada vez melhor e mais independente, de uma Minas respeitada não só em nosso País, mas também internacionalmente, apesar daqueles que, às vezes, derrapam e dão declarações infelizes contra o nosso Estado, como a que ocorreu, recentemente, por parte do Ministro Arminio Fraga. Nesta sessão solene, repudiamos e aplaudimos a decisão do Governador Itamar Franco de não dar ao Ministro a oportunidade de prejudicar este Estado, que nasceu grande e continuará, para alegria de todos, maior ainda.

Minas é um Estado extraordinário e está de parabéns por seus dirigentes, por todas essas pessoas que declinei, que trabalham à frente da mineração, da geologia, empresários do setor, enfim, todos estão se sentindo homenageados pelos 30 anos de trabalho dessa grande companhia, que deu a Minas um Projeto Leste, que está despertando o interesse internacional, despertando o interesse de todos para o nosso Estado. Muito obrigado. (- Palmas.)

Palavras do Sr. Paulo Antônio Carneiro Dias

Exmos. Srs. Deputado José Braga, 1º-Vice-Presidente da Assembléia Legislativa, representando o Presidente, Deputado Anderson Aduato; Paulino Cícero, Secretário de Minas e Energia, representando o Governador do Estado, Itamar Franco; Osvaldo Castanheira, Superintendente Regional da CPRM, Serviços Geológicos do Brasil; Deputado Federal Ronaldo Vasconcelos; João César, representando o Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Deputado Tilden Santiago; Tales de Queiroz Sampaio, Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial da CPRM; Raimundo de Souza Reis, representante da Associação Comercial de Minas Gerais; Deputado Bené Guedes, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; meus senhores e minhas senhoras; constitui motivo de grande satisfação comparecer a esta egrégia Assembléia Legislativa para, juntamente com meus companheiros da Superintendência Regional de Belo Horizonte, participar da solenidade de homenagem à CPRM - Serviço Geológico do Brasil pelos seus 30 anos de existência. Ao agradecer esta honrosa homenagem, proposta pelo eminente Deputado Bené Guedes, sinto-me à vontade para discorrer sobre as atividades desenvolvidas pela CPRM, como Serviço Geológico do Brasil, em prol do desenvolvimento do nosso País e, especialmente, do Estado de Minas Gerais.

Compartilhando o sentimento de apreço e estima que o povo brasileiro devota a Minas Gerais, em razão de sua marcante presença no processo de Constituição da nacionalidade brasileira, lembro, com particular orgulho, o privilégio de, em diferentes etapas de minha vida, ter juntado meus modestos esforços ao trabalho de ilustres personalidades deste Estado. Entre elas, permito-me citar, com especial deferência, os saudosos Presidentes Juscelino Kubitschek e Tancredo de Almeida Neves, o Embaixador Francisco Negrão de Lima - com folha de serviços de inestimável valor, prestados a meu Estado natal, o Rio de Janeiro - e o grande Ministro Aureliano Chaves, em cuja gestão foram retomados os levantamentos geológicos básicos, após longo período em que estiveram paralisados, em razão de uma política equivocada para o setor mineral, com reflexos negativos sobre o denominado ciclo de geração de jazidas.

Cumprir-me saudar, também, o Ministro Paulino Cícero de Vasconcelos, digno Secretário de Minas e Energia, o qual, em sua atuante passagem pelo Ministério de Minas e Energia, emprestou decisivo apoio à Companhia, colaborando para sua transformação em empresa pública responsável pela execução dos serviços de geologia atribuídos à União pela Constituição Federal.

A CPRM foi constituída na gestão do Ministro Antônio Dias Leite Júnior como uma empresa de economia mista vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Sua criação foi efetivada com o propósito de dinamizar o conhecimento geológico e o aproveitamento dos recursos minerais, de forma a recuperar o atraso da mineração em relação a outros setores de atividade econômica do País, inclusive porque se constatava que nossa produção mineral era reduzida quando comparada à de outros países igualmente dotados de grande área territorial.

De sua criação até 1978, a CPRM realizou intenso trabalho de levantamento geológico, geoquímico e geofísico, o que levou à descoberta e à pesquisa de grandes jazidas minerais, como as de caulim do rio Capim, no Pará; nióbio-manganês de Seis Lagos, no Amapá; estanho de Pitíngua, no Amazonas; fosfato de Patos de Minas, em Minas Gerais; níquel de Morro do Engenho e Santa Fé, em Goiás, entre outros.

No período de 1978 a 1985, em decorrência do segundo choque do petróleo, o Governo brasileiro estabeleceu uma política de desenvolvimento de fontes alternativas de energia, em que a CPRM esteve inserida, identificando grandes jazidas de carvão mineral, minerais nucleares e turfa.

Nesse período, a CPRM realizou profundos estudos na zona carbonífera do Sul brasileiro, acabando por decuplicar as reservas nacionais de carvão e descobrindo importantes depósitos de turfa, em diversas regiões do País. Em conjunto com outros órgãos federais, a empresa descobriu os depósitos de urânio de Lagoa Real, em Minas Gerais, Itaitaia, no Ceará e outras ocorrências, em Goiás.

Em 1987, sob orientação do então Ministro de Minas e Energia, Aureliano Chaves, a Companhia retomou impulso nos levantamentos geológicos básicos.

Em dezembro de 1994, a CPRM se consolida como Serviço Geológico do Brasil, sendo Presidente da República Itamar Franco; através da Lei nº 8.970, foi transformada em empresa pública, com as atribuições de órgão oficial da geologia brasileira. Na execução dos objetivos estabelecidos em sua lei de regência, a Companhia atua em três grandes áreas interligadas, a saber: geologia e recursos minerais, através de levantamentos geológicos, geoquímicos, geofísicos e prospecção mineral; recursos hídricos, através de levantamentos e pesquisas hidrológicas e hidrogeológicas; gestão territorial, através de estudos e levantamentos multidisciplinares relacionados ao meio ambiente e riscos geológicos gerais.

O Brasil não pode prescindir desses elementos básicos de conhecimento. Como nos países desenvolvidos, toda ocupação do meio físico deve ser precedida de planejamento elaborado com base no conhecimento dos parâmetros geoambientais, de modo a viabilizar o crescimento sustentado.

Cumprir realçar que as ações da CPRM estão perfeitamente sintonizadas com os objetivos principais do Estado de Minas Gerais. Com efeito, elas geram informações que servirão para alavancar os investimentos privados, propiciando, com base em conhecimento da geologia, hidrologia e hidrogeologia, a busca do desenvolvimento sustentado, permitindo a interiorização do desenvolvimento a partir das áreas potencialmente mais dinâmicas e capazes de gerar efeitos mais significativos no resto da economia, além de permitir a apropriação adequada dos recursos naturais, garantindo as mesmas oportunidades de sua utilização pelas gerações futuras.

Neste Estado, a CPRM vem atuando com toda a potencialidade técnica, abrangendo estudos de geologia básica, recursos minerais, recursos hídricos superficiais e subterrâneos,

geofísica, geoquímica e geração de conhecimento multidisciplinar, em atendimento a demandas da sociedade.

Entre os trabalhos realizados em Minas Gerais, podemos citar mapeamento geológico básico, na escala 1:250.000, de 80% da área do Estado; levantamento aerogeofísico, na escala 1:250.000, de todo o Estado; operação integral da rede hidroclimatológica da ANEEL em Minas Gerais; monitoramento da qualidade das águas das bacias dos rios Paraíba do Sul e Doce; elaboração de cartas previsionais de recursos minerais e metalogenéticos cobrindo 80% do território mineiro; mapeamento hidrogeológico, na escala 1:500.000, abrangendo as regiões Central, Norte, Nordeste e Noroeste do Estado; mapeamento geológico básico, na escala 1:1.000.000, e cadastramento dos recursos minerais da região Leste do Estado; mapeamento geológico básico das formações auríferas do Quadrilátero Ferrífero; estudos multidisciplinares integrados da região cárstica de Lagoa Santa-Sete Lagoas; zoneamento ambiental da Área de Proteção Ambiental Carste de Lagoa Santa; estudos hidrogeológicos das fontes hidrominerais da região do Circuito das Águas; mapeamento geológico, hidrogeológico e hidrogeológico da bacia do rio São Francisco; constituição do Memorial da Geologia do Estado de Minas Gerais (com a preservação de amostras e testemunhos de sondagem de interesse para o Estado).

Em Minas Gerais, a CPRM desenvolveu diversos trabalhos de grande importância para a economia do Estado como os citados. Entretanto, gostaria de me referir especialmente aos três últimos, que estão sendo desenvolvidos, pioneiramente, em inestimável parceria com a Secretaria de Minas e Energia, comandada pelo ilustre Sr. Paulino Cícero de Vasconcelos, e com a Companhia Mineradora de Minas Gerais - COMIG - : refiro-me aos projetos denominados Leste, São Francisco e Memorial da Geologia.

O Projeto Leste está trazendo a conhecimento público toda a riqueza mineral existente na porção Leste do Estado, onde estão localizadas importantes cidades, como Governador Valadares e Teófilo Ottoni. São 90.000km² de levantamentos geológicos na adequada escala, para planejamento e fomento à indústria mineral. Nessa região, estão localizadas as principais ocorrências de pedras preciosas (turmalina, água-marinha, alexandrita, esmeralda, topázio, etc.) e granitos, passando por feldspato, mica e lítio (Minas Gerais produz quase 100% do lítio no Brasil). Nessa região, encontram-se os principais depósitos de grafita do Brasil.

O Projeto São Francisco, cuja fase de campo foi iniciada este ano, levantará os recursos minerais metálicos e não metálicos, bem como os recursos hídricos superficiais e subterrâneos em toda a bacia do rio São Francisco, em cerca de 220.000km², beneficiando milhares de pessoas e possibilitando a geração de empreendimentos econômicos de alto interesse para o Estado.

Um dos melhores projetos desenvolvidos em parceria com o Estado e pioneiro na América Latina é o Memorial da Geologia: os dados físicos, como amostras de mão e testemunhos de sondagem, relativos ao Estado de Minas Gerais, estarão concentrados em Caeté, e a bibliografia, o banco de dados e materiais geológicos diversos serão disponibilizados na sede da Superintendência Regional da CPRM em Belo Horizonte. Este conjunto de dados, como disse, inédito na América Latina, servirá de lastro ao avanço da ciência e da técnica geológica, contribuindo para a geração de empreendimentos indutores de crescimento da economia mineira.

Para alcançar seus objetivos, a CPRM conta, em todo o Brasil, com inestimável apoio das universidades e dos organismos afins. Em Minas Gerais, o entendimento com as Universidades de Ouro Preto e de Minas Gerais são muito estreitos, além de dispor de importante apoio de diversas instituições mineiras, como a Secretaria de Minas e Energia, a COMIG, a Secretaria de Ciência e Tecnologia, o CETEC, o IGA.

Ressaltamos que aqui nos encontramos com um misto de orgulho e humildade. Orgulho por pertencer a uma empresa destinada a enfrentar desafios e que procurou contornar restrições de variada ordem, ao longo de sua existência, realizando trabalhos de importância para o desenvolvimento dos recursos minerais e hídricos do País. Com humildade, porque, apesar do muito que foi feito, temos consciência de que, no Brasil, país de dimensões continentais, comportando desequilíbrios em termos de níveis de desenvolvimento regional, com regiões inóspitas e de difícil acesso, outras em processo acelerado de urbanização, com conseqüências para o meio ambiente, e outras, ainda, com problemas críticos de suprimento de água, resta muito o que fazer, ou seja, os desafios são permanentes.

Acreditamos, contudo, que as instituições e as empresas se afirmam na medida em que são capazes de renovar sua energia e capacidade no enfrentamento e na superação das dificuldades que se apresentam.

Estamos convencidos de que o processo de desenvolvimento sustentável depende intimamente da promoção do conhecimento e aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País, e, por se tratar de objetivo comum, contaremos, sempre, com o decidido apoio de Minas Gerais, porquanto o atendimento das necessidades da sociedade é a razão maior de nossa existência. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Sr. Paulo Antônio Carneiro Dias uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: "À CPRM - Companhia de Pesquisa e Recursos Minerais - Serviço Geológico do Brasil, no transcurso do seu 30º aniversário de fundação, a Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais enaltece o papel estratégico desempenhado pela empresa no levantamento dos recursos minerais, geofísicos e hidrogeológicos do Brasil, simbolizando um posto avançado em defesa do patrimônio nacional.

Belo Horizonte, 7 de outubro de 1999.

Anderson Aduato, Presidente".

Palavras do Sr. Presidente

Mesmo ao observador menos atento, não escaparão as transformações observadas, nos últimos meses, no comportamento da comunidade internacional - particularmente, dos países do hemisfério Norte - quanto à aceitação das regras do chamado Consenso de Washington.

Efetivamente, o que antes era dogma agora é questionado. Até o Fundo Monetário Internacional - porta-voz das grandes potências e algar dos países em desenvolvimento, como o Brasil - já muda o teor da pregação.

Admite o órgão que suas prescrições devem compatibilizar-se com os projetos sociais e nunca se sobrepor a eles. Quanto à malfadada globalização, reconhece também que só fez enriquecer ainda mais os ricos e empobrecer os pobres.

Convenhamos todos que é um grande progresso essa mudança de mentalidade por parte de quem detém as rédeas do poder mundial. Pena é que a original e draconiana receita do FMI - não tendo encontrado contestação por parte do Governo Federal - tenha causado tantos estragos ao Brasil. No furor privatista, no repúdio a qualquer tipo de gerenciamento estatal, no afago ao capital especulativo estrangeiro, Brasília dilapidou grande parte do patrimônio físico e moral dos brasileiros. Algumas instituições, no entanto, bravamente resistiram; entre elas, podemos citar a CPRM - Serviço Geológico do Brasil, nossa homenageada de hoje.

A CPRM constitui exemplo cabal de que existem setores nos quais a presença do Estado é indispensável. Por dizerem respeito a parcela estratégica do acervo nacional - as riquezas minerais e o conteúdo do subsolo -, as atividades do setor exigem, não só tirocínio empresarial, mas também uma boa dose de patriotismo. E isso a CPRM, entidade vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem demonstrado possuir de sobra: na condição de empresa pública, de propriedade do povo, desde sua fundação, só faz trabalhar para esse povo.

É óbvio que o mundo do terceiro milênio irá sobreviver em função dos recursos naturais remanescentes no planeta. Os rios, as florestas, os campos, a própria extensão territorial são bens que crescem de valor a cada dia, ainda mais se à paisagem se agregam as riquezas minerais. Isso - é sem ufanismo que podemos afirmá-lo - o Brasil tem de sobra. Não é por outro motivo que o resto do mundo lança sobre nós olhares muitas vezes covardes.

Ora, contra essa cobiça nada pode a mera exploração econômica dos recursos: há que utilizá-los com critério político e visando ao interesse maior do povo que os possui.

Nossa mensagem poderá parecer demasiado nacionalista a alguns. Diríamos, porém, que mais se trata de realismo o que defendemos. Temos de preservar o que é nosso em benefício das futuras gerações. E, para esse trabalho de preservação, é gratificante saber que, desde já e há 30 anos, contamos com a CPRM - Serviço Geológico do Brasil.

Nossa homenageada, que originalmente operava com o nome de Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, está, portanto, comemorando mais um aniversário. São três décadas, durante as quais o mundo e o Brasil experimentaram grandes mudanças. Particularmente, o mapa geológico e a identificação de nosso acervo mineral avançaram extraordinariamente, uma vez que novas e grandes riquezas foram encontradas.

Vejamos, por exemplo, a questão das reservas brasileiras de petróleo: todos se recordam do famoso Relatório Link, divulgado pelos norte-americanos nos anos 50, se não nos falha a memória. Esse documento, que se tornou cartilha pela qual nossas autoridades rezavam à época, afirmava que o Brasil não possuía petróleo. Hoje, nosso País produz 60% do combustível que consome.

Outra descoberta notável foi a das reservas de Carajás, lamentavelmente e em má hora transferidas pelo Governo Federal ao capital estrangeiro. Mas, assim como esta, estamos certos de que novas e significativas descobertas ocorrerão. Cabe a nós, nesse momento em que a reação nacional parte de Minas, trabalhar para que elas, também, não venham a ser espoliadas ao povo brasileiro.

Homenagear a CPRM, mais que cumprir um dever pelo bom trabalho que nos presta, é contribuir para que esse trabalho continue a ser feito. Sempre é bom lembrar que aí está, atuante, dinâmica, operando, muitas vezes, contra tudo e contra todos, para cumprir sua missão.

Aos Diretores e funcionários da empresa, que nos honram com sua presença nesta reunião especial, apresentamos a mensagem calorosa da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Parabéns, CPRM; parabéns, mineiros e brasileiros, por contarem, em sua defesa, com essa admirável organização.

Encerramento

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da reunião, a Presidência manifesta seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a reunião de debates de amanhã, dia 8, às 9 horas, e para a especial da mesma data, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 39ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 8/10/99

Presidência do Deputado Anderson Aداuto

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Registro de presença - Entrega de título - Palavras do Sr. Antônio Paes de Andrade - Entrega de flores - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aداuto - Adelino de Carvalho - Agostinho Patrús - Alberto Pinto Coelho - Ambrósio Pinto - Antônio Andrade - Antônio Júlio - Arlen Santiago - César de Mesquita - Dimas Rodrigues - Eduardo Brandão - Glycon Terra Pinto - Jorge Eduardo de Oliveira - Marco Régis.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aداuto) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Dimas Rodrigues, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Itamar Franco, Governador do Estado; Antônio Paes de Andrade, ex-Deputado Federal; Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Senador José Sarney, ex-Presidente da República; Senador José Alencar, Presidente do PMDB de Minas Gerais; Deputado Estadual Henry Charles, representando os Deputados Estaduais de todos os Estados; Senador Roberto Requião; Deputado Federal Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados; Senador Renan Calheiros, ex-Ministro da Justiça e Presidente da Fundação Ulysses Guimarães; e Deputado Federal José Saraiva Felipe, Secretário-Geral do PMDB, representando o Senador Jäder Barbalho, Presidente Nacional do partido.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião à entrega ao advogado Antônio Paes de Andrade do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido pelo Sr. Governador, por meio do Decreto nº 40.413, de 14/6/99, a requerimento deste Deputado.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, na voz do baixo-barítono Amin Feres.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

O Sr. Presidente - A Presidência recebeu algumas correspondências, e foi solicitado que lêssemos as de alguns companheiros próximos ao Dr. Paes que não puderam comparecer. (- Lê:)

"São Paulo, 8 de outubro de 1999.

Exmo. Sr. Dr. Paes de Andrade, fui surpreendido hoje com a proibição médica de viajar de avião. Não estarei presente na justa e merecida homenagem do povo mineiro ao Presidente Paes de Andrade. Na certeza de continuarmos juntos na oposição à FHC e na luta contra o neoliberalismo, receba um forte abraço.

José Dirceu, Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores."

(- Palmas.)

"Brasília, 8 de outubro de 1999.

Caro companheiro Paes de Andrade, com toda a certeza, a nossa Minas Gerais fica ainda mais engrandecida a partir desta noite, ao lhe acolher como filho. Sua história de luta, resistência e coragem se confunde com a própria história do nosso partido. Mesmo nos momentos mais difíceis, você permaneceu firme em suas trincheiras e fiel aos ideais democráticos. É com orgulho que, nesta noite, homenageamos o nosso mais novo conterrâneo, que, a bem da verdade, sempre esteve muito próximo de todo o povo mineiro.

Um grande abraço,

Deputado Zaire Rezende."

(- Palmas.)

Palavras do Sr. Presidente

Exmo. Sr. Dr. Itamar Franco, Governador do Estado de Minas Gerais; Exmo. Sr. ex-Deputado Paes de Andrade, nosso ilustre homenageado; Exmo. Sr. Deputado Federal Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. ex-Presidente e Senador da República, Dr. José Sarney, Minas o recebe de braços abertos nesta noite (- Palmas.); Senador José Alencar, amigo e companheiro, Presidente do PMDB de Minas; Deputado Henry Charles, Líder do PMDB, representando neste ato os outros Deputados Estaduais de outros Estados também presentes nesta solenidade; Exmo. Senador Roberto Requião; Deputado Federal Geddel Vieira Lima, Líder do PMDB na Câmara dos Deputados; Senador Renan Calheiros, Presidente da hoje Fundação Ulysses Guimarães, do PMDB; Deputado Federal José Saraiva Felipe, Secretário-Geral do PMDB, neste ato representando o Presidente Jader Barbalho; senhoras, senhores, ilustres visitantes de outros Estados, Secretários de Estado, nossos Prefeitos, Vereadores, companheiros do PMDB e de outros partidos, que também vieram nesta noite homenagear este brasileiro ilustre, Dr. Paes de Andrade.

Cidadão de Minas Antônio Paes de Andrade, permito-me chamá-lo apenas cidadão, quando as regras protocolares me impunham lembrar-me do mais alto cargo a que o conduziu sua nitida e honrada biografia política: ao de Presidente da República, como substituto constitucional do Presidente Sarney, também presente, hoje, entre nós, quando exercia a direção suprema da Câmara dos Deputados. Se as circunstâncias lhe impuseram o dever de presidir a Nação, soube V. Exa. exercer a interinidade com lealdade ao povo brasileiro, às forças políticas que compunham o Governo e ao Chefe de Estado. Essas qualidades lhe são inatas. Dos sertões do Ceará, V. Exa. traz a natureza humana indômita, que sabe suprir as privações e as dificuldades com os recursos da inteligência e da coragem. De seus antepassados recebeu, como o legado de um compromisso de honra, a tarefa de continuar fazendo a Pátria, como quis fazê-la, em 1817 e em 1824, o grande chefe revolucionário Manuel Paes de Andrade.

Muito cedo o jovem Paes de Andrade atendeu ao chamado da política, elegendose Deputado Estadual e ocupando a Secretaria de Segurança de seu Estado, antes de chegar aos 30 anos. Associado pelo afeto, pela ideologia e pela filiação partidária a José Martins Rodrigues, o Deputado Estadual elegeu-se para a Câmara dos Deputados, onde, desde o primeiro momento, alinhou-se ao grupo parlamentar que combatia, com coragem que atemorizava os adversários, o regime arbitrário instituído pelo golpe militar de 1964. Cassado o mandato de Martins Rodrigues, logo nos primeiros momentos do novo regime, coube-lhe manter a mesma postura, em nome das razões permanentes do povo de seu Estado.

Imposto o bipartidarismo, não havia outro caminho para Paes de Andrade que não fosse o da Oposição, dentro do Movimento Democrático Brasileiro. Tenaz, duro, persistente na condenação quase cotidiana ao regime ditatorial, Paes de Andrade sofreu a perseguição insidiosa do regime, que se manifestava até mesmo na violência policial contra membros de sua família. Em nenhum momento, atenuou-se a sua resistência contra o arbítrio. Coube-lhe articular, junto com outros companheiros, o grupo dos autênticos do MDB, facção que, sem atentar contra a unidade partidária, servia de fermento e norte à firmeza oposicionista do partido.

Os 49 anos de experiência política, iniciada quando mal atingia a idade mínima reclamada pela legislação eleitoral, sempre se fizeram com exemplar coerência nas idéias, no comportamento ético, na bravura do patriotismo. Presidente do PMDB em tempo difícil, soube preservar a unidade do partido, sem coibir as divergências, sem exercer o arbítrio, sem inibir a livre discussão política, na obediência rigorosa aos estatutos partidários e aos princípios dos grandes fundadores da nossa agremiação.

A ação política não impediu V. Exa. de exercer, paralelamente, as atividades acadêmicas, como professor de Direito e estudioso das questões constitucionais. A "História Constitucional do Brasil", escrita em parceria com Paulo Bonavides, é hoje texto de referência nas maiores universidades do mundo.

Ao inscrevermos o seu nome nos livros da naturalidade transcendental de Minas, como seu cidadão de honra, o nosso Estado enriquece a memória que o futuro terá dos tempos atuais e dos tempos passados. Estamos certos de que o sentimento de Minas, que é o sentimento da liberdade, do respeito ao outro, mas de intransigência no serviço da Pátria, sente-se fortalecido ao acolher a sua identidade de grande homem do Brasil.

Cidadão Paes de Andrade, Sras. e Srs. Deputados, senhoras e senhores convidados, quando se presta homenagem a um homem da estatura cívica de Paes de Andrade, não podemos esquecer a paisagem política que nos cerca. Se todos os momentos de uma nação são momentos de crise, porque no paraíso não houve história, Deus nos poderia ter poupado destes últimos cinco anos. Não preciso lembrar aqui que estamos vivendo o tempo do medo.

Entre 1870 e 1980, o Brasil cresceu relativamente mais que qualquer outro país do mundo. Superou as graves crises cíclicas do capitalismo, como as dos anos 80 do séc. XIX, a recessão imposta por Campos Salles e Joaquim Murinho, logo em seguida, e - graças à coragem de Getúlio Vargas e Oswaldo Aranha - transformou a crise dos anos 30 na oportunidade da substituição das importações, criando as bases do crescimento do parque manufatureiro que se instalaria no Sul do País.

A intervenção do Estado foi decisiva para o crescimento econômico. Não fosse o Estado, e não teríamos a Vale do Rio Doce, a Siderúrgica Nacional, a PETROBRAS. Não fosse o Estado, durante o mandato do Presidente Kubitschek, não haveria o grande salto, com a criação da PETROBRAS, a construção de Brasília, a abertura dos grandes eixos rodoviários, a modernização dos portos, a instalação da indústria química de base. Não fosse a ação conjunta do Estado e dos empresários brasileiros, nascida do entendimento entre Roberto Simonsen e Getúlio Vargas, não teríamos instituições como o Sesi e o SENAI, o Sesc e o SENAC, que permitiram humanizar as relações entre patrões e empregados e assegurar o aprendizado técnico a gerações seguidas de trabalhadores.

Há dez anos, iniciou-se o dismantelamento do Estado, com o apoio de alguns empresários, incapazes de ver que os seus interesses só podem ser preservados em um quadro de soberania do Estado e de intervenção deste na arbitragem dos conflitos. Ao contrário do que ocorria há poucos meses, hoje, é consenso que é preciso retomar a nossa própria história.

Para retomar a história, é importante para todos os partidos democráticos e, principalmente, para o PMDB, cuja tradição tem sido a da luta constante pela justiça e pela soberania nacional, rever sua posição política diante do confessado fracasso dos postulados do neoliberalismo.

A esse respeito, cabe-me comunicar aos presentes, em nome do Presidente do PMDB mineiro, Senador José Alencar, que o Senador Jader Barbalho comprometeu-se hoje a acatar requerimento do PMDB de Minas para que se reúna nacionalmente o Partido, até janeiro próximo, em Belo Horizonte. A pauta do encontro será a consulta às bases partidárias para que decidam o que devemos fazer frente à política econômica do Governo Federal.

Com esse compromisso do Senador Jäder Barbalho, que nos autorizou a torná-lo público, vamos preparar e aprovar documento do Diretório Regional do PMDB em Minas, na nossa reunião estadual de amanhã, e encaminhá-lo à Presidência do Partido, assim que o Senador José Alencar retornar ao País.

Sr. Governador Itamar Franco, ao dirigir-me especialmente a V. Exa., que nos honra com a sua presença, cabe-me dizer-lhe que em Minas, nestes meses tumultuados, o povo brasileiro está retomando a direção de seu futuro. Nestas últimas horas, obtive o Governo de V. Exa. uma vitória judicial expressiva, no caso da CEMIG. A Assembléia Legislativa de Minas, em sua atual legislatura, se sente honrada por haver participado e reunido, em comissão parlamentar de inquérito, os fundamentos legais e éticos que instruíram a ação de sua Procuradoria junto ao Poder Judiciário.

V. Exa., Sr. Governador, restaura, no Palácio da Liberdade, uma tradição de resistência e de dignidade de que foram exemplo homens como João Pinheiro e Bueno Brandão; Arthur Bernardes e Raul Soares; Antônio Carlos e Olegário Maciel; Juscelino Kubitschek e Tancredo Neves. Eleitos pelo voto livre dos mineiros, deram ao Brasil as necessárias lições de patriotismo e de solidariedade. Nenhum deles se curvou ao interesse estrangeiro. Bueno Brandão foi o primeiro dos governantes de Minas a dizer não aos homens da Itabira Iron, preservando as jazidas que seriam, mais tarde, bravamente defendidas da cobiça internacional por Bernardes e Raul Soares. Esse patrimônio imenso, que daria realidade à Cia. Vale do Rio Doce, foi irresponsavelmente entregue a um consórcio privado pelo atual Governo Federal, em ofensa que um dia será cobrada por nós, mineiros.

É com essa convicção, Sr. Governador, que vemos, na coragem de V. Exa., a esperança de nosso povo.

Cidadão Paes de Andrade: V. Exa. leva sobre nós, nascidos em Minas, uma vantagem como mineiro. A sua naturalidade honorária o faz cidadão de todos os nossos municípios. A partir de hoje, V. Exa. pode peregrinar pelos gerais do Norte - tão parecidos com os seus sertões - e pelas montanhas do Sul; pode viajar pelos chapadões do Triângulo, que são, na bela definição de Moacir Laterza, abismos horizontais. V. Exa. levará, no bolso da alma, a sua identidade mineira, e os nossos cidadãos poderão verificá-la facilmente, porque V. Exa. já era um dos nossos quando, quase adolescente, optou por servir à Nação.

Ao desejar a V. Exa. muitos e muitos anos de felicidade junto à sua família e ao cumprimentar afetuosamente D. Zildinha, convocamo-lo, como novo mineiro, a continuar na luta para restaurar, em nosso País, a Pátria que estão destruindo. Muito obrigado a todos.

Registro de Presença

O Sr. Presidente - A Presidência registra a presença, em Plenário, do Dr. Moreira Franco, ex-Governador do Rio de Janeiro; da Senadora Emília Fernandes, do PDT do Rio Grande do Sul; do Deputado Naim Xavier Lobo, do Estado de Goiás; do Deputado Aníbal Gomes, do PMDB do Ceará; do Dr. Mauro Benevides, ex-Presidente do Congresso Nacional; do Deputado Inácio Arruda, do PC do B do Ceará; do Deputado Marcondes Gadelha; do Deputado Roberto Pessoa; do Deputado Pinheiro Landim; do Deputado Jaime Gimenez, Presidente do PMDB de São Paulo, representando o Dr. Orestes Quêrcia; do Sr. Antônio Neto, Presidente da CGPB; do Deputado Israel Pinheiro Filho; do Deputado Sérgio Miranda; do Deputado André Luis; do Deputado José Nelton, Líder do PMDB de Goiás; do Deputado Aníbal Gomes; do Deputado Eunício Oliveira; do Dr. Armando Costa, Secretário de Estado da Saúde e Presidente do CCA do PMDB de Minas; do Dr. Paulino Cícero, Secretário de Estado de Minas e Energia; do Dr. Henrique Hargreaves, Secretário de Estado da Casa Civil e Comunicação Social; do Deputado Tilden Santiago, Secretário de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; do Dr. Manoel Costa, Secretário do Planejamento e Coordenação Geral; da Deputada Maria Elvira; do ex-Deputado Chico Pinto; do Dr. Saulo, Secretário Particular do Governador do Estado; do Dr. Ronaldo Perin; do Dr. Marcelo Siqueira, Presidente da COPASA-MG; do Dr. Alexandre Dupeyrat, Assessor Especial do Governador do Estado; dos Vereadores à Câmara Municipal de Belo Horizonte Geraldo Félix, Heitor Rúbio e Maria Lúcia Scarpelli; dos Deputados Federais Tarcísio Salgado Filho, Fernando Diniz e Ricardo Maranhão, do PSB do Rio de Janeiro; do Conselheiro João Bosco Murta Lages, do Tribunal de Contas, e do Auditor Eduardo Carone Costa, indicado, ontem, pelo Governador do Estado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas de Minas Gerais. Registra, também, a presença do Deputado Federal Júlio Delgado.

Entrega de Título

O Sr. Presidente - A Presidência tem a honra de entregar ao Dr. Antônio Paes de Andrade o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, passando-lhe às mãos este diploma, com o seguinte teor: "O Governador do Estado de Minas Gerais, de acordo com o Decreto nº 40.413, de 14 de junho de 1999, e a requerimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, concede ao Doutor Antônio Paes de Andrade o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, por sua relevante contribuição para o engrandecimento da terra mineira.

Belo Horizonte, 8 de outubro de 1999".

Assinam o Exmo. Sr. Governador do Estado, Dr. Itamar Franco, e este Deputado, como Presidente da Assembléia.

Palavras do Sr. Antônio Paes de Andrade

Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, Deputado Anderson Aduato; Governador de Minas Gerais, Itamar Franco; Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer; Senador José Sarney, ex-Presidente da República; Deputado Felipe Saraiva, representando o Presidente Nacional do PMDB, Jäder Barbalho; Deputado Geddel Vieira Lima, Líder da Bancada do PMDB; Senador Renan Calheiros, ex-Ministro da Justiça; Prefeito de Fortaleza, Juraci Magalhães; Senador Roberto Requião, Presidente do PMDB do Paraná; Senador José Alencar, Presidente do PMDB de Minas Gerais; Senadora Emília Fernandes, Vice-Presidente do PDT, aqui representando o Governador Leonel Brizola; Deputado Sérgio Miranda, representando o Presidente Nacional do PC do B; Deputado Eunício Oliveira, Presidente do PMDB do Ceará, integrante da Executiva Nacional; Deputado Moreira Franco, ex-Governador do Rio de Janeiro; Deputado Marcondes Gadelha; Embaixador José Aparecido; companheiros do grupo autêntico do PMDB, que escreveram uma página histórica na resistência: Francisco Pinto, Mauri Müller, Walmor de Luca; Senador Mauro Benevides, ex-Presidente do Congresso Nacional; Deputado Iranildo Pereira Barros Pinho; a nossa saudação à executiva estadual de São Paulo aqui presente: Jaime Gimenez, João Neiva, Deputado Marcelo Barbieri; queridos amigos jornalistas do Ceará e de Brasília Sebastião Néri, Gerardo Neri Mourão, Carlos Chagas, Marcondes Sampaio; achava-se Alvarenga Peixoto, numa noite chuvosa, em casa do contratador João Rodrigues de Macedo, entretido em conversa com algumas pessoas, quando Vicente Vieira da Mota lhe veio trazer um bilhete fechado que tinham entregue à porta de sua casa. Alvarenga Peixoto imediatamente o abriu e leu o seguinte: "Alvarenga: estamos juntos, e venha vocemecê já, etc. Amigo Toledo".

O Toledo que assinava o discreto bilhete, tipicamente mineiro, era o vigário da Freguesia da Vila de São José, o padre Carlos Gouveia de Toledo, que recordava ao amigo o compromisso de uma "pequena reunião" em casa do coronel Francisco de Paula Freire de Andrade. Chovia, e Alvarenga Peixoto respondeu que compareceria logo que passasse a chuva.

A aparente formalidade da cerimônia em que se confere a honrosa cidadania mineira ao modesto homem público do sertão do Siará Grande parece conter também o "etc." do bilhete do vigário Toledo. Todos os políticos do País deveriam receber em qualquer dia um bilhete de mineiros silenciosos e discretamente obstinados que se reúnem nalguma noite chuvosa destas montanhas para uma conversa de "etc."

No País inteiro, temos hoje a impressão de que ninguém consegue ser plenamente um cidadão brasileiro se não for ao mesmo tempo cidadão de Minas Gerais. Temos sempre de tratar com os homens públicos de Minas Gerais.

Quando recebi o ofício em que o Governador Itamar Franco me convocava para vir a Belo Horizonte, a fim de receber o título de Cidadão Honorário de Minas Gerais, com que me honrou a Assembléia Legislativa do Estado, lembrei-me do bilhete do vigário ao poeta inconfidente, com uma única linha de texto, com o seu insinuante "etc.". Lacônica, como era costume dos gregos, e discreta, como o caráter dos mineiros, a mensagem, escrita em pedaço de papel de certidões de batistério, era o santo e a senha do encontro mais decisivo da conjura libertária em que madrugou a independência do País dos brasileiros.

Sr. Presidente, Sr. Governador Itamar Franco, há uma espécie de código secreto que rege a confraria sagrada do animal político destas montanhas: para lá de todas as pautas e de todos os pretextos, aqui se guarda sempre, no fundo, aquela cautela tática do vigário Toledo - "estamos juntos", e aquele propósito obstinado pelo qual o Alferes ofereceu a própria vida: "Vamos fazer do Brasil uma grande nação".

Naqueles dias, tempos de Tiradentes, de Alvarenga, de Cláudio Manoel e de toda a constelação dos conjurados de Vila Rica, o cidadão era chamado para a defesa da independência do Brasil, para sustentar a bandeira do "Libertas Quae Sera Tamen", proposta na "pequena reunião" do Padre Toledo. E ali, também, traçaram-se os planos definitivos do frustrado levante, que incluíam a recusa da entrega de nosso ouro à metrópole estrangeira e o plano de banir o Visconde de Barbacena do Território da Capitania. Discutiu-se, ainda, o projeto de uma proclamação revolucionária "para levantar os povos".

Sr. Presidente, Sr. Governador, Srs. Deputados, de certo modo, para os que professamos a vocação da coisa pública, todo tempo é tempo de Tiradentes. A história se repete: ontem, nossas riquezas iam parar nos cofres dos banqueiros de Londres, para onde eram drenadas pela metrópole portuguesa, dependente do imperialismo da City. Hoje é a mesma coisa: vão para a "City" de Wall Street, para onde se globalizaram os antigos banqueiros de Londres credores de uma dívida externa colossal.

Por isso, no Brasil, é sempre tempo de Tiradentes e tempo de Minas. Como no texto antológico de Francisco Otaviano, publicado na "Tribuna Liberal" de 29/5/1889, nas horas felizes e, sobretudo, nas horas de incerteza, os olhos da cidadania se voltam para estas serranias mineiras onde, hoje como ontem, sopram os ventos da insubmissão nacional à alienação de nosso patrimônio e de nossa vocação para a soberania e para a grandeza do País.

Quando Minas Gerais nos adverte de que não podemos permitir a venda de nossos rios toca no âmago da realidade geopolítica e geoeconômica do século e do milênio que estão chegando.

A venda das represas de Furnas e da hidrelétrica do São Francisco seria o prelúdio da alienação de todas as nossas bacias hidrográficas. Ainda agora, as vozes mais representativas dos Estados amazônicos ergueram-se no Senado da República para o manifesto, subscrito pelos Senadores de todos os partidos da região, que adverte que ninguém pode comprar nem vender o rio Amazonas, com toda a prodigiosa bacia de águas fluviais da região.

O interesse dos capitais estrangeiros pelas hidrelétricas não pode envolver a venda das águas, dos leitos fluviais por onde corre o sangue da soberania nacional e por onde ainda temos de abrir a maior e mais econômica malha de estradas fluviais do planeta.

Sr. Presidente, vozes respeitáveis da consciência civil e da consciência militar do País têm advertido para o problema da depredação do território do Brasil. Chefes de Estado e de Governo dos Estados Unidos e da Europa insistem, sob os mais variados pretextos, que vão da ecologia à etnografia, que a Amazônia não é patrimônio do Brasil, mas da humanidade. Pode ser patrimônio da humanidade, mas é e haverá de ser patrimônio intocável da nacionalidade do Brasil.

A conspiração internacional contra nossa soberania, envolvendo a causa romântica de alegadas nações indígenas, a presença de exércitos guerrilheiros nas fronteiras da Colômbia e da Venezuela, agravada pela presença de forças policiais e militares internacionais na guerra das drogas, arma, na verdade, a logística e a estratégia para a ocupação de nossas terras e de nossas águas amazônicas, objeto da ostensiva cobiça internacional.

O "Jornal do Brasil" de 17 de julho deste ano informa que a água doce será produto de exportação internacional. Sabe a logística geoeconômica deste fim de século que o grande problema planetário do próximo milênio é a escassez das florestas e das águas. A Amazônia brasileira detém 45% das reservas florestais do mundo e cerca de 3% das reservas de água doce de toda a terra. A luta pela água, no próximo milênio, será mais expressiva do que a luta pelo petróleo no século que se encerra.

Perdoi-me essas referências que parecem apocalípticas para o destino de nosso País. Mas permito-me fazê-las aqui porque, hoje, como sempre, Minas é a grande tribuna do povo brasileiro.

A água será para o mundo o que foi o ouro no século XVIII e o que foi o petróleo no século XX. Como na Vila Rica de Tiradentes, a resistência cívica e moral das terras onde nasce o São Francisco é o primeiro ato desta nova resistência nacional em defesa de sua sobrevivência econômica e política.

Sr. Governador, Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, o destino, que reservou ao povo destas montanhas, desde o século XVIII, desde Tiradentes, o papel de protagonista de nossa liberdade, de nossa independência e de nossa honra nacional, deposita de novo, nas mãos de um Governador bravo, altivo e limpo, que traz no peito a honra cívica de Minas Gerais, deposita nas mãos poderosas e boas do povo das Gerais a missão de tomar a si a defesa do Brasil, de seu futuro e de sua grandeza.

Cidadão mais novo desta terra, esta é minha fé, esta é minha esperança. A esperança e a fé do povo mineiro.

Aqui também estamos juntos. E vamos continuar nos encontrando, pois creio que estarei junto de "Vossas Mercês", como no tempo de Vila Rica, para ajudar o País, no encontro que temos marcado, no rastro do poeta inconfidente, para depois da chuva. Depois da chuva de incerteza dos tempos difíceis, da chuva de aflições que desaba sobre o povo, chegaremos ao destino certo, pela mão hábil e poderosa de Minas, pela sabedoria de seus homens públicos e pela fidelidade cívica de seu povo. Juntos, como na sala da "pequena reunião" do padre Toledo, chegaremos lá, ao "etc." do bilhete histórico; lá aonde queria chegar o Alferes: a um país livre, independente, soberano e capaz de respeitar e fazer respeitar todos os títulos pelos quais têm assento no conjunto das nações.

Chegaremos ao Brasil sonhado por nossos antepassados, ao Brasil ao qual um dos profetas de nossa gente nordestina, o incorruptível José Américo de Almeida gritava, na sua indignação sagrada, para todos os quadrantes da Pátria: "Pior do que morrer de fome no deserto do Saara é não ter o que comer na terra de Canaã".

Assim, juntos, chegaremos lá, à Canaã do Alferes Xavier, onde nenhum brasileiro morrerá de fome; nem de sede de justiça, de instrução, de distribuição da saúde, da riqueza, do trabalho remunerado dignamente - dos direitos humanos e da liberdade. E como ensina o lema virgiliano de vossa Bandeira, "Libertas Quae Sera Tamen", nunca é tarde para chegarmos à "Canaã" da liberdade.

Sr. Presidente Anderson Aduato, Sr. Governador, Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados: os mineiros são, com toda a grandeza do vocábulo, políticos por definição. Eles entenderam, desde as horas tumultuadas de sua formação, que ao homem de bem não assiste o direito do conformismo, do conforto, da contemplação descuidada da natureza, da satisfação diabólica do egoísmo.

Como na Grécia dos tempos de Péricles, a consciência cívica de Minas despreza os que desertam de sua cidadania. Para os mineiros, a política é inseparável do viver cotidiano. Não a política menor, mas a Política no seu mais alto sentido, que é o da solidariedade entre os homens, o do respeito aos antepassados e às futuras gerações.

Em Minas, há as divergências ideológicas e doutrinárias, mas não se enganem os que não a conhecem. Quando é para o bem do País, os mineiros aposentam suas diferenças, ajustam suas tréguas temporárias e partem juntos, sob a mesma bandeira, a do triângulo - que o Alferes associava à Santíssima Trindade -, para os campos de batalha, na defesa de uma honra comum.

Sr. Presidente: em V. Exa., Deputado Anderson Aduato, abraço todos os Deputados mineiros, de todos os partidos, que aprovaram a concessão do título de Cidadão Honorário de Minas e agradeço ao Governador Itamar Franco por esta homenagem que toca o recesso de meu coração e fortalece mais ainda minhas energias cívicas.

Mais um mineiro, sim. Mais um mineiro com a alma e com o sentimento libertário de Minas. Mais um mineiro na trincheira das lutas pelas causas maiores desta terra.

As palavras de V. Exa., Deputado Anderson Aduato, tocaram profundamente este seu companheiro mais jovem de cidadania, mas já velho no tempo e nas lutas pela liberdade e pela soberania de nosso povo. Elas reacendem aquela chama antiga, que nunca se extinguirá, dos dias da juventude, quando, ainda estudante, comecei a vida pública nas bancadas da gloriosa Assembléia Legislativa de minha terra.

Desde então, guardo na memória a comovida confissão de Disraeli. O estadista famoso, já membro da Câmara Alta da Inglaterra, da Casa dos Lordes, já Par do Reino, já Primeiro-Ministro do Parlamento, já Chefe do Governo do Império Britânico, lamentava-se da falta de um título que julgava fundamental para a carreira de um homem público: nunca fora membro da Câmara Estadual de seus condados.

Os que temos esse título de glória, Srs. Deputados, sabemos que é no âmbito dos parlamentos estaduais que se forja a têmpera da vocação para a coisa pública e se sustenta a fidelidade à causa do povo, à democracia, à liberdade. Sempre foi assim nesta Assembléia de Minas Gerais, como na velha Casa de José de Alencar do parlamento cearense, nos tempos em que cumpria o mandato de Deputado Estadual.

Ao tornar-me cidadão de Minas, estou certo de que as tradições de minha terra nordestina aqui encontram o mais nobre dos contrapontos. Chego a este país de Tiradentes na companhia de um coro de heróis que ali também deram suas vidas pela independência e pela democracia. Venho do país do Nordeste, que ostenta, com orgulho, a glória maior de seus mártires, glória feita de dores e de provações. Venho do país do Nordeste, onde, desde a guerra holandesa, se derramou o sangue de nossos antepassados para defender o território e a integridade do Brasil.

Venho do país do Nordeste, onde, entre a Independência e a República, além de civis e militares, nada menos de 364 padres foram enforcados ou fuzilados na luta pela liberdade, num cortejo glorioso de mártires, que vai do Padre Roma a Frei Caneca, ao Padre Miguelinho, ao Padre Ribeiro e a tantos outros.

Sr. Presidente, entre os padres destaca-se a figura do Padre Gonçalo de Albuquerque Melo, que tomou o nome indígena de Mororó e que proclamou a república em sua paróquia da Vila de Campo Maior de Quixeramobim, 60 anos antes da proclamação de 15 de novembro, sendo fuzilado no Campo da Pólvora, em Fortaleza, onde era Secretário da Confederação do Equador, comandada em 1824 por Manoel Carvalho Paes de Andrade, Presidente da Província de Pernambuco.

Desse modo, Sr. Presidente, profundamente marcado por uma história de insubmissão a todas as infidelidades contra o povo brasileiro, chego aqui, com todos os compromissos históricos de meu sofrido país do Siará Grande.

Sr. Presidente, ali também madrugamos, como nas Minas Gerais, na defesa das liberdades públicas. Ali abolimos a escravidão antes do 13 de Maio. Ali, mais de uma vez, proclamamos a independência, antes do gesto de Pedro I, e por cinco vezes proclamamos a república do Crato a Ibiapaba, em gestos românticos, de efêmera duração, mas que fundaram as decisões da consciência nacional ao longo dos tempos.

Em nome desse passado, saúdo, com alegria fraterna, todos os integrantes desta Casa. E o faço, Sr. Presidente Anderson Aduato; e o faço, Governador Itamar Franco, na certeza de que, como nossos antepassados convivem hoje na eternidade com Tiradentes e todos os protagonistas da história do "Pantheon" de Minas, também eu poderei estar - e estarei - ao vosso lado, como o menor, sim, como o menor, mas não o menos fervoroso entre os brasileiros que ostentam a carta de honra da cidadania deste belo e querido país dos mineiros.

Entrega de Flores

O Sr. Presidente - A Presidência convida a Deputada Federal Maria Elvira para, em nome da Assembléia Legislativa de Minas, oferecer flores à Sra. Zildinha Paes de Andrade, esposa do nosso homenageado.

- Procede-se à entrega das flores.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta seus agradecimentos ao homenageado e a sua família, bem como às autoridades e aos demais convidados, pela honrosa presença e encerra a reunião, convocando os Deputados para a extraordinária de quarta-feira, dia 13, às 9 horas, e para a especial da mesma data, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, bem como para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 40ª REUNIÃO ESPECIAL, EM 13/10/99

Presidência do Deputado Anderson Aduato

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Sr. Presidente - Palavras da Deputada Elbe Brandão - Palavras do Sr. Fernando Brant - Apresentação do Coral Curumim - Entrega de placas - Entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Anderson Aduato - Dilzon Melo - Adelino de Carvalho - Adelmo Carneiro Leão - Agostinho Patrús - Alberto Bejani - Álvaro Antônio - Ambrósio Pinto - Amílcar Martins - Antônio Andrade - Antônio Carlos Andrada - Antônio Genaro - Antônio Júlio - Antônio Roberto - Bené Guedes - César de Mesquita - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues - Djalma Diniz - Doutor Viana - Eduardo Daladier - Eduardo Hermeto - Elaine Matozinhos - Elbe Brandão - Ermano Batista - Fábio Avelar - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Ivo José - João Leite - João Paulo - João Pinto Ribeiro - José Henrique - José Milton - Luiz Fernando Faria - Marco Régis - Maria José Hauelsen - Maria Olívia - Mauri Torres - Mauro Lobo - Olinto Godinho - Pastor George - Paulo Piau - Rêmoló Aloise - Sebastião Navarro Vieira - Wanderley Ávila.

Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Anderson Aduato) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O Deputado Ivo José, 2º-Secretário "ad hoc", procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Beto Guedes; Fernando Brant; Flávio Venturini; Lô Borges; Márcio Borges; Milton Nascimento; Murilo Antunes; Nelson Ângelo; Nivaldo Ornelas; Tavinho Moura; Ana Cláudia Horta, representando o Sr. Toninho Horta; Rúbio Veiga, representando o Sr. Wagner Tiso, Ângelo Oswald, Secretário da Cultura; e a Deputada Elbe Brandão, autora do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a homenagear o Clube da Esquina, movimento musical formado na década de 70 pelos grandes nomes da música popular brasileira de Minas Gerais.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - A Presidência convida os presentes a ouvir o Hino Nacional, interpretado pelo Coral Curumim.

- Ouve-se o Hino Nacional interpretado pelo Coral Curumim.

Palavras do Sr. Presidente

Ilustríssimos homenageados que compõem o movimento musical formado na década de 70 e a quem, hoje, o poder público de Minas, por intermédio da Assembléia Legislativa, presta homenagem; temos a imensa satisfação em recebê-los para, em nome de Minas Gerais, prestar-lhes esta homenagem.

A musicalidade do povo brasileiro é um fato incontestável. A mistura de raças dotou-nos de talentos vários, entre os quais esse extraordinário pendor para a música. Desde o princípio da nacionalidade, nossa história contabiliza a vida e a obra de grandes intérpretes e compositores.

Do Pe. José Maurício a Lobo de Mesquita; de Carlos Gomes a Villa Lobos; de Ary Barroso a Noel Rosa, aí está uma legião de personalidades que fizeram da música sua razão de viver, ao mesmo tempo em que enriqueciam o patrimônio cultural de nossa gente.

Nos tempos atuais, a música brasileira - sobretudo a chamada música popular - é motivo de admiração em todo o mundo. Muitos de nós, aliás, já passamos pela experiência gratificante de estar longe da pátria, nos confins do estrangeiro e, de repente, chegarem-nos aos ouvidos os acordes da nossa música. É um momento mágico, que nos faz sentir orgulhosos da terra em que nascemos.

No século que ora termina, os eventos e as fases musicais têm-se sucedido em crescendo em nosso País. Desde o advento do samba, passando pela Bossa Nova e pela Tropicália, sem mencionar o chamado ciclo baiano e tantos outros movimentos, temos uma série de marcos que extrapolam o modismo para se consolidarem como clássicos de nossa música. Nesse quadro vibrante é que - sem fanatismo, mas no exercício da mineiridade - posicionamos o Clube da Esquina, nosso homenageado de hoje.

O Clube da Esquina nasceu da feliz conjunção de alguns jovens talentosos. Em um bairro da Capital mineira, em uma esquina desse bairro, quis o destino que se encontrassem alguns rapazes, cujo interesse maior estava na música. Era o início da obra que não parou no tempo, já que os integrantes do grupo, para felicidade nossa, continuam a brindar-nos, regularmente, com novas e belas composições e com interpretações não menos marcantes.

Lô Borges, Beto Guedes, Tavito, Milton Nascimento, Toninho Horta, Flávio Venturini, Tavinho Moura, Wagner Tiso, Márcio Borges, Fernando Brant e Ronaldo Bastos: esperando não ter cometido nenhuma omissão, fazemos questão de citar, um por um, os nomes desses espíritos privilegiados que inspiraram a criação do Clube da Esquina. A todos e a cada um a mensagem emocionada da Assembléia Legislativa, que apresentamos em nome do povo mineiro.

A população das Gerais, como de resto o povo brasileiro, vem experimentando tempos difíceis, cuja superação demanda sempre maiores esforços. A reunião dos recursos de que dispomos é condição essencial para vencermos a crise, e, entre esses recursos, não podemos esquecer os valores culturais e o exercício musical.

Com efeito, nosso processo de desenvolvimento humano poderá ser completado também com o concurso da música. Já bem diz a sabedoria popular que "quem canta seus males espanta". Pois no momento em que o Palácio da Inconfidência se reúne para homenagear esse grupo de artistas luminosos, espantemos nossos males e - como hino à esperança - entoemos os versos imortalizados por Fernando Brant e Milton Nascimento na inspirada travessia: "Já não sonho, / Hoje faço, / Com o meu braço, / O meu viver."

Muito obrigado.

Palavras da Deputada Elbe Brandão

Permitam-me que a voz do meu coração fale primeiro. Existiu um certo homem, um sertanejo, que sonhou ver o meu, Beto Guedes, o nosso Norte de Minas transformado na Califórnia brasileira. Esse homem sonhou e perseguiu o seu sonho. Andou de trem - acreditou que era azul. Andou a cavalo, algumas vezes penso que foi alado. Andou a pé sobre a terra rachada de nosso Norte de Minas. Mas acreditou que as suas mãos, como as mãos da minha gente sertaneja, seriam capazes e viu o cio da terra brotar por muitos e muitos anos. De repente, foi acometido de uma grave doença, mas continuou caminhando e nos dizia que o homem tem de ser igual ao jacarandá, que enverga, mas não tomba. Já trôpego e continuando a sua caminhada, foi amado por muitos e odiado por alguns. Até que, em um momento desses da sua vida, um jornalista em momento infeliz lhe perguntou: "Homem, se sonha tanto e está prestes a morrer, como espera ver um fim?". E ele respondeu: "Ó moço! o homem que sonha não morre jamais". Esse homem foi o meu pai e hoje mais do que nunca sei que ele vive, assim como o Clube da Esquina, no meu coração e no de cada mineiro.

Com minha alma sertaneja, cresci em meio à alegria, à paz, ao respeito e ao caráter, não poderia permitir que minha voz proferisse um discurso avocando somente a mim a sua autoria. Tiveram muitas mãos, as mãos dos funcionários da Casa, o Luizinho, que soube acreditar que seríamos capazes de viver este momento em Minas, da minha assessoria, que tanto lutou e incomodou as esposas de Fernando Brant e Márcio Borges, a nossa homenagem e a nossa gratidão, as mãos de dois grandes amigos que me ajudaram a construir o discurso. Duas de Maurício Figueiredo, o meu amigo de fê, as outras duas, de Luiz Henrique, e sobre elas estão as duas de nossa pequenina Sara, que, a cada dia, aplina os nossos caminhos para ajudar a construir um Brasil humano, mais justo e digno do seu povo.

Por fim, peço a Deus que ilumine a minha cabeça para que essas últimas quatro mãos e agora, Marilene, me veio à memória uma canção e lhe agradeço pessoalmente, que dizia que fica sempre um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas. Ao Sr. Salomão e à D. Maricota, como suas mãos devem ser perfumadas! Como são as mãos de cada pai e mãe de vocês que se fazem aqui presentes.

Márcio, sei um pouco, pelo seu livro, que houve momentos em que o Sr. Salomão e D. Maricota só tiveram uma rosa e puderam distribuir pétalas. E, quando não havia rosas nem pétalas, souberam fazer fluir de sua alma e de seu coração um perfume que encanta vocês, as nossas Minas, o Brasil e, com certeza, a eternidade.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, senhoras e senhores, começa a década de 70, época do milagre prometido por anjos que fermentavam o bolo e dividiam suas fatias aos fartos, poucos, mas se fartaram; porões abarrotados de gente presa, de consciência aberta a caminhar nos corações dos mineiros; de um lado, a moral protegida; de outro, a ventania soprando gases de lágrimas para acalmar o espírito livre dos moços; e nada alheio a isso, em Belo Horizonte, na esquina de Santa Teresa e dos Borges, onde as ruas se encontram, uma do Paraíso, e a outra do Divino, um sonho latente explode, criando um universo de estrelas que alumiam as noites e as madrugada com seus cantos e violões.

O Clube da Esquina pega a estrada, segue os trilhos e os caminhos, cruzando pontes, horizontes, sertões e veredas. Sobe as montanhas, toma a vastidão do mar sem susto, e não sente o gosto de sal, porque o doce embalado em Minas Gerais é carregado de sabor, de cor, de poesia.

Parece que os muitos mistérios já não existem, foram decifrados, supostamente encarnados nas pedras e nas flores, nas águas e no ar, em tudo o que existe e que existirá. O Clube não é imaginário, muito menos a Esquina. Estão vivos, eternizados na alma daqueles que vagueiam pelo mundo, por cima das fronteiras fechadas pela razão dos homens.

Em tudo existe a conspiração de poetas que inspiram compreensão e, nesse mesmo tempo, creditam em milhões de contas as verdades da vida. Ah! se todos os poderes fossem

semelhantes aos poetas. De muito, nada existiria; do que é preciso, muito aconteceria.

A nossa língua primeira, o tupi, diz que curumins são jovens criados; agora, são aquelas crianças que encantam e cantam ao toque de tambores e de embates. Graças a Deus foram feitos semelhantes a Beto, Fernando, Flávio, Lô, Márcio, Milton, Murilo, Néelson, Nivaldo, Ronaldo, Tavinho, Tavito, Toninho e Wagner. Todos criados pelo espírito e pela natureza nas terras de Minas Gerais, onde a força de todas as Marias envolve homens e mulheres. Este movimento é como um rio de água cristalina que nasce nas entranhas do solo mineiro, cava nossas montanhas, leva para o mundo a harmonia, o amor, o apelo à paz, o ritmo e o jeito simples desta gente que canta a liberdade.

Das lições predestinadas para a raça mineira, algumas foram esquecidas. Só que Minas Gerais continua sua silenciosa tradição. Calada e consciente, nunca deixou de ter esquinas espalhadas por todos os cantos do planeta. "Nada Será como Antes" é um novo CD de artistas mineiros que reverenciam a obra dos criadores do Clube da Esquina, uma coletânea que mostra a vivacidade do movimento.

Enfim, deixo minha homenagem aos notáveis do Clube, que permanecem cultivando ilusões, mexendo e brincando com as palavras e os sons, produzindo um festival de música e de magia, pura alquimia que rompe o tempo, ganha o espaço e conquista a eternidade. Muito obrigada.

Palavras do Sr. Fernando Brant

"Música/ Leitura/ Cinema/ Cultura/ anos 60 e 70/ ontem, hoje, amanhã/ Belo Horizonte/ Rio/ Mundo/ o rio, o mar, o oceano/ o quintal e o planeta/ tocar, escrever, cantar, ler, ouvir, ver/ criar/ conversar com a humanidade/ a vida é diálogo/ criar e conviver foi o caminho que aprendemos/ e queremos passar para frente/ continuamos música, seguimos emoção/ coração acima da razão/ sem perder a razão/ vida compartilhada/ estética compartilhada/ mão na mão/ na esquina, no cais, na travessia/ Homenagear aqueles que fizeram e fazem música/ com o sabor e a sabedoria que aqui colhemos/ desvendando a alma, revelando os sonhos/ de Minas/ é afirmar para que nunca mais se esqueça/ a importância da cultura, das idéias e do desejo/ de justiça, beleza e liberdade/ que são a essência dessa terra/ e do povo que a constitui./ Viva Minas Gerais, viva o Brasil/ Viva a música (- Palmas.)

Apresentação do Coral Curumim

O Locutor - Convidamos os presentes a ouvir a apresentação do Coral Curumim, que, sob a regência de Ivânia Marinho, apresentará os seguintes números musicais: "Cruzada", de Tavinho Moura; "Amor de Índio", de Beto Guedes e Ronaldo Bastos; "Fazenda", de Nelson Ângelo; "Nascente", de Flávio Venturini e Murilo Antunes; "Manoel, o Audaz", de Toninho Horta e Fernando Brant; e "Girassol", de Lô Borges e Márcio Borges.

- Assiste-se à apresentação do Coral Curumim.

Entrega de Placas

O Sr. Presidente - A Presidência convida a Deputada Elbe Brandão a entregar aos integrantes do movimento Clube da Esquina uma placa alusiva a esta homenagem, com os seguintes dizeres: (- Lê:)

"Como se o verdadeiro nome do 'Clube da Esquina' fosse paraíso divino, os jovens dos anos 70 marcaram em Belo Horizonte, na esquina de Paraisópolis e Divinópolis, um encontro com a arte da criação musical, imortalizando com suas letras e canções, hoje celebradas internacionalmente, os sonhos que fazem a travessia do tempo e que não envelhecem jamais.

Aos seus autores e criadores, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais".

O Locutor - Convidamos a receber as placas alusivas a esta homenagem das mãos da Deputada Elbe Brandão, Ana Cláudia Horta, representando o músico Toninho Horta; Beto Guedes; Fernando Brant; Flávio Venturini; Lô Borges; Márcio Borges; Milton Nascimento; Murilo Antunes; Nelson Ângelo; Nivaldo Ornelas; Rúbio Veiga, representando Wagner Tiso; e Tavinho Moura.

Entrega das Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo

O Sr. Locutor - Senhoras e senhores, procederemos à solenidade de entrega da Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, criada em abril de 1982. A Ordem do Mérito Legislativo é conferida aos cidadãos que, por suas realizações e seu mérito, tenham se tornado merecedores do especial reconhecimento da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

As Medalhas da Ordem do Mérito Legislativo são concedidas mediante proposta de seu Conselho, sediado no Palácio da Inconfidência e composto pelos membros da Mesa da Assembléia Legislativa, pelas Lideranças da Maioria e da Minoria e pelos ex-Presidentes desta Assembléia no efetivo exercício do mandato de Deputado Estadual. O ingresso nessa Ordem e as promoções homologadas pelo Conselho representam o reconhecimento do Poder Legislativo às pessoas e instituições que contribuem, com sua iniciativa e ação, para o bem-estar da sociedade.

No seu grau Mérito Especial, a Ordem do Mérito Legislativo é conferida às personalidades que, em vários campos da atividade humana, contribuíram para o desenvolvimento regional e nacional, no âmbito político, no processo educacional e cultural, na vida militar, no Poder Judiciário, na área governamental e no exercício da iniciativa privada.

O Sr. Presidente - Os dois notáveis cidadãos hoje condecorados, Milton Nascimento e Fernando Brant, foram agraciados em 1997 e receberão agora, pelas mãos de Cecília Araújo Chagas e Jenifer Nunes, integrantes do Coral Curumim, a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, no seu grau Mérito Especial.

- Procede-se à entrega das medalhas.

Encerramento

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta os seus agradecimentos às autoridades e aos demais convidados pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da reunião, encerra os trabalhos, convocando os Deputados para a reunião especial de amanhã, dia 14, às 9 horas; para a extraordinária de amanhã, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação, e para a ordinária da mesma data, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 20/10/99

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer da Comissão Especial sobre a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome da Professora Lúcia Helena Gonçalves Teixeira para Integrar o Conselho Estadual de Educação. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão Especial sobre a Indicação, Feita pelo Governador do Estado, do Nome do Sr. Ronan Gouvea Teixeira para a Presidência da Fundação TV-Minas - Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar nº 12/99, do Deputado Pastor George, que dispõe sobre a política estadual de preparação do servidor público ao se aposentar. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento nº 389/99, do Deputado Mauro Lobo, em que solicita à Secretaria do Trabalho o envio a esta Casa do relatório sobre os atendimentos prestados no exercício de 1999 às crianças e aos adolescentes portadores de deficiência ou necessidades especiais, na faixa etária de 0 a 21 anos, cuja renda familiar não ultrapasse cinco salários-mínimos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 397/99, da Comissão de Saúde, pedindo informações ao Secretário da Saúde sobre os critérios utilizados para liberação de verbas a hospitais privados, em particular as destinadas ao Instituto Maria da Glória Ferreira Varela, da Fundação Cristiano Varela. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 401/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, solicitando informações ao Presidente da AÇOMINAS sobre a atuação operacional dessa empresa em Ouro Branco, Congonhas, Conselheiro Lafaiete e Ouro Preto, de forma que se possa avaliar o impacto da determinação do rateio do ICMS entre esses municípios. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 402/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, em que pede informações ao Diretor-Geral do DETRAN-MG sobre os impactos financeiros dos Projetos de Lei nºs 88/99, que institui parcelamento de multas em atraso decorrentes de infrações de trânsito no âmbito do Estado, e 162/99, que dispõe sobre parcelamento de débitos com o IPVA. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 430/99, da Comissão Especial do Cólera no Vale do Jequitinhonha, solicitando ao Chefe Distrital da COPASA-MG o envio à Assembléia do relatório detalhado das atividades realizadas por aquele órgão no combate ao cólera, constando também sugestões aos Governos Municipal, Estadual e Federal para resolução definitiva do problema. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 540/99, do Deputado Eduardo Hermeto, solicitando à COPASA-MG o levantamento dos credores com os quais a referida empresa estava em atraso em 31 de dezembro de 1998, na forma que especifica. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 541/99, do Deputado Eduardo Hermeto, em que solicita informações ao Secretário da Fazenda sobre o resultado obtido com a implementação da Lei nº 13.243/99, de 23/6/99, referente à concessão de anistia parcial de multas e juros aos contribuintes em débito com o Estado, tendo em vista o término do prazo para a habilitação ao benefício. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Prosseguimento da discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer. Designado novo relator em Plenário, o Deputado Rêmolo Aloise opinou pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresentou; pela rejeição das Emendas nºs 2 e 3; ficando prejudicadas as Emendas nºs 1, 4 e 5.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 534/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Turismo, de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, apresentado pela Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000. A Comissão Especial perdeu o prazo para emitir parecer.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 3, que apresentou. A Comissão de Administração Pública opinou por sua aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Administração Pública que opina pela aprovação do Substitutivo nº 1, que apresenta; pela rejeição da Emenda nº 1, ficando prejudicadas as Emendas nºs 2 a 13.

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado o Dia da Santa Casa de Misericórdia. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 42/99, do Deputado José Milton, que dispõe sobre critério do Valor Adicionado Fiscal - VAF - na situação que menciona. As Comissões de Justiça e de Fiscalização perderam o prazo para emitir parecer. Designado relator em Plenário, o Deputado Antônio Carlos Andrada opinou pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresentou.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 19/99, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado, autorizado pelas Leis nºs 12.422/96 e 12.731/97. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina por sua aprovação.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 405/99, do Deputado Paulo Piau, que institui a Comenda da Paz Chico Xavier. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Direitos Humanos opina por sua aprovação com as Emendas nº 1 a 4, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Turismo opina por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25/11/87, que dispõe sobre licitações e contratos da administração centralizada e autárquica do Estado. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei nº 8.935, de 18/11/94, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina por sua aprovação na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina por sua aprovação na forma da Subemenda nº 1, que apresenta à Emenda nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde, e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Saúde e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 189/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo PM Valério dos Santos Oliveira. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina por sua aprovação com a Emenda nº1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos. A Comissão de Justiça perdeu o prazo para emitir parecer. As Comissões de Turismo e de Administração Pública opinam por sua aprovação.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 357/99, do Deputado Chico Rafael, que torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Educação opina por sua aprovação com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência física para fins de concessão de benefício, prioridade e equiparação de oportunidades sociais no âmbito do Estado, conforme específica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Haueisen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 28/99, da Deputada Maria José Haueisen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Meio Ambiente e Recursos Naturais, a realizar-se às 15 horas do dia 20/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar matérias constantes na pauta.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 22ª reunião ordinária da comissão de Saúde, a realizar-se às 9h30min do dia 21/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: avaliar o corte no repasse de verbas do Sistema Único de Saúde - SUS - em Minas Gerais.

Convidados: Srs. Armando Costa, Secretário de Estado da Saúde; Renilson Rehem de Souza, Secretário da Assistência à Saúde do Ministério da Saúde; João Gualberto, Presidente do Conselho de Secretários Executivos dos Consórcios de Minas Gerais; Elcio Dias, Presidente do Conselho de Secretários Municipais de Saúde; Marílio Malagutti Mendonça, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 1ª reunião ordinária da Comissão Especial da Mercedes-Benz, a realizar-se às 14h30min do dia 21/10/99

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Juiz de Fora, que formulará denúncia sobre o possível rompimento do acordo firmado entre a Mercedes-Benz e o Estado.

Convidado: Sr. José Meireles Filho

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

46ª Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 9 horas do dia 20/10/99, destinada ao prosseguimento do Seminário Legislativo Construindo a Política de Educação Pública em Minas Gerais.

Palácio da Inconfidência, 19 de outubro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 20/10/99, destinada à apreciação dos Projetos de Lei nºs 399/99, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização da Governadoria, da Secretaria de Estado da Casa Civil e Comunicação Social, sobre a criação da Secretaria de Estado do Turismo, sobre a extinção da Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, cria unidades administrativas na Secretaria de Estado da Segurança Pública e dá outras providências; e 534/99, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a extinguir a Empresa Mineira de Turismo - TURMINAS - e dá outras providências; do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.125, que estabelece as diretrizes para os Orçamentos Fiscal e de Investimento das empresas controladas pelo Estado para o exercício de 2000; do Projeto de Resolução nº 433/99, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, que aprova as contas do Governador do Estado referentes ao exercício de 1997; e dos Projetos de Lei nºs 19/99, da Bancada do PT, que dispõe sobre a renegociação do acordo da dívida do Estado, autorizado pelas Leis nºs 12.422, de 1996, e 12.731, de 1997; 42/99, do Deputado José Milton, que dispõe sobre critério do Valor Adicionado Fiscal - VAF - na situação que específica; 89/99, do Deputado Miguel Martini, que altera a Lei nº 12.919, de 30/6/98, que dispõe sobre os concursos de ingresso e de remoção nos serviços notariais e de registro, previstos na Lei nº 8.935, de 18/11/94, e dá outras providências; 93/99, do Deputado Miguel Martini, que dispõe sobre a implantação do projeto SIAFI - Cidadão; 104/99, do Deputado João Batista de Oliveira, que institui a obrigatoriedade de mensagem aos portadores de deficiência auditiva na propaganda oficial; 181/99, do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a Justiça de Paz; 339/99, do Deputado Dimas Rodrigues, que institui no Estado o Dia da Santa Casa de Misericórdia; 405/99, do Deputado Paulo Piau, que institui a Comenda da Paz Chico Xavier; 510/99, do Deputado César de Mesquita, que cria a Medalha Calmon Barreto; 75/99, do Deputado Rogério Correia, que acrescenta inciso ao art. 82 e dá nova redação ao art. 85 da Lei nº 9.444, de 25/11/87; 84/99, do Deputado João Leite, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 13.054, de 1998, que dispõe sobre o transporte de preso provisório e dá outras providências; 167/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que institui normas para o atendimento pelo SUS, nos casos que menciona, e dá outras providências; 169/99, da Deputada Elaine Matozinhos, que estabelece normas para fornecimento, no âmbito do SUS, de contraceptivos de emergência na rede estadual de saúde e dá outras providências; 189/99, do Deputado Paulo Piau, que altera a Lei nº 12.735, de 30/12/77, que dispõe sobre o IPVA e dá outras providências; 197/99, do Deputado Alberto Bejani, que concede pensão especial aos dependentes do ex-Cabo Valério dos Santos Oliveira; 209/99, do Deputado Álvaro Antônio, que reconhece como estância hidromineral a localidade de Bom Jardim - Fazenda Esperança, no Município de Mário Campos; 302/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que dispõe sobre o reconhecimento de localidade como estância hidromineral; 357/99, do Deputado Chico Rafael, que torna obrigatória a inclusão do estudo referente à dependência química em disciplinas constantes do currículo escolar de 1º e 2º graus elaborado pela Secretaria da Educação; 374/99, da Deputada Maria Tereza Lara, que define o conceito de pessoa portadora de deficiência física para fins de concessão de benefícios, prioridade e equiparação de oportunidades sociais, no âmbito do Estado, conforme específica; 16/99, dos Deputados Rogério Correia e Maria José Hauëisen, que dispõe sobre a criação da Brigada Voluntária de Incêndio; e 28/99, da Deputada Maria José Hauëisen, que declara a Cachoeira do Tombo da Fumaça patrimônio paisagístico e turístico do Estado; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 19 de outubro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Especial da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Miguel Martini, Olinto Godinho, Rogério Correia e Rêmoló Aloise, membros da supracitada

Comissão, para a reunião a ser realizada em 21/10/99, às 19h30min, no auditório do Conselho Regional de Desenvolvimento Industrial de Patos de Minas, sito na Av. Olegário Maciel, 21, Centro, com a finalidade de se debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 51/99, do Deputado Sebastião Navarro Vieira, que cria o Código de Defesa do Contribuinte.

Sala das Comissões, 19 de outubro de 1999.

Márcio Cunha, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer sobre o Requerimento Nº 577/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Alberto Bejani, a proposição em epígrafe pede sejam solicitadas ao Presidente da CEMIG informações sobre contratos assinados pela empresa com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a partir de 1º/1/99.

Publicada em 21/8/99, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A posição constitucional do município é hoje de absoluta liberdade em relação à intromissão discricionária dos Governos Federal e Estadual, além do que são dotados de rendas próprias, para prover os serviços locais. Assim sendo, elegem os seus Prefeitos e Vereadores e realizam o "self-government", de acordo com a orientação política e administrativa de seus órgãos governamentais.

Diante de tais atribuições, eminentemente políticas e reveladoras de um largo poder de autogoverno, a sua posição atual, no seio da Federação, é de uma entidade político-administrativa de terceiro grau. O Prof. Carlos Maximiliano diz que a direção administrativa e a supremacia política nos limites do território do município é da competência exclusiva das autoridades locais, nada embaraçadas pelos Poderes mais fortes e estranhos, do Estado.

Precursor da teoria municipalista clássica, ao lado de grandes nomes, como Hely Lopes Meirelles e Lordelo de Barros, enfatiza que o município hoje é uma ordem política e administrativa inerente ao sistema federal brasileiro, inclusive porque a Constituição estabeleceu, entre outros princípios pertinentes à matéria, o da intervenção federal nos Estados para a defesa da autonomia municipal.

A atual Constituição da República, além de inscrever a autonomia como prerrogativa intangível do município, enumera nos arts. 29 e 30 os princípios que a asseguram e sustentam, em síntese, a tríplce autonomia municipal: política, administrativa e financeira.

Quanto ao objetivo da proposição em análise, deseja o Deputado requerente informar-se especificamente sobre os seguintes trabalhos realizados no Município de Juiz de Fora:

- 1 - quantos contratos foram assinados entre a CEMIG e a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora a partir de 1º/1/99 e qual o objeto de cada um;
- 2 - especificar as cláusulas de cada contrato assinado, informando o que já foi cumprido por cada uma das partes;
- 3 - informar a esta Casa qual foi a participação da CEMIG na instalação dos 680 postes colocados em Juiz de Fora, relacionando os bairros já beneficiados;
- 4 - esclarecer quantos quilômetros de linhas de distribuição de energia elétrica foram implantadas naquele município;
- 5 - informar qual o percentual da população de Juiz de Fora atendido pela CEMIG com fornecimento de energia elétrica, especificando cada bairro.

O requerimento é dirigido ao Presidente da CEMIG, empresa estatal da administração indireta do Estado de Minas Gerais, que está sujeita à fiscalização da Assembléia Legislativa, de acordo com o art. 62, XXXI, da Constituição Estadual.

Incumbe à CEMIG a prestação de serviços públicos, explorados economicamente, a toda a população, diretamente ou por intermédio de outras entidades contratantes, como o próprio Estado ou seus municípios.

Como entidade paraestatal, situa-se fora do Estado, ao seu lado, paralelamente a ele, como indica o próprio étimo da palavra, e, por isso, sua personalidade nasce com o registro de seu estatuto, elaborado segundo a lei que autoriza sua criação.

Cabe ao órgão fiscalizador exercer a vigilância, orientação e correção sobre os atos e a conduta de seus dirigentes. Esse controle não é pleno, ilimitado, mas, sim, finalístico, atenuado normalmente pela legalidade e excepcionalmente pelo mérito, visando mantê-lo dentro de suas finalidades institucionais, enquadradas no plano global da administração.

Não se pode falar, "in casu", em hierarquia de normas constitucionais, muito menos de confronto entre elas. Na verdade, estatuem regras básicas em campos específicos da atuação político-administrativa dos Poderes Executivo e Legislativo.

Sobreleva, na questão proposta, a autonomia municipal em relação a seus negócios internos, que já passam por um sistema fiscalizatório exercido pela Câmara Municipal e seu órgão auxiliar, o Tribunal de Contas, além dos mecanismos que a Constituição colocou ao dispor da sociedade para fazê-lo, como a ação popular e outros.

A pretensão do Deputado solicitante, ao extrapolar os poderes recebidos constitucionalmente pela Assembléia para fiscalizar a CEMIG, fere frontalmente a autonomia do Município de Juiz de Fora, constituindo, mesmo, intervencionismo, o que contraria o princípio federalista que informa a estrutura organizacional de nosso Estado.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 577/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - Dilzon Melo, relator - José Braga - Durval Ângelo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 693/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa do Deputado Luiz Menezes, a proposição em epígrafe solicita sejam pedidas à Secretaria de Estado da Fazenda informações sobre o valor real da arrecadação do ICMS, a partir do ano de 1995, sobre a extração de minérios no Município de Itabira, detalhando as parcelas destinadas ao Estado e ao município.

Após a sua publicação, vem a matéria à Mesa da Assembléia para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em exame insere-se no âmbito da competência da Assembléia Legislativa, por força do disposto no art. 54, § 2º, da Constituição do Estado, que lhe outorga a faculdade de pedir informação a Secretário de Estado, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade.

O Município de Itabira, a que se refere o pedido de informação, tem a base de sua economia concentrada na extração e na transformação de suas reservas minerais, como o ferro, o ouro, a areia e o quartzo, o que lhe possibilita sediar uma indústria metalúrgica estratégica para Minas Gerais.

Sobre a arrecadação do ICMS relativo ao produto da extração mineral e a respectiva quota-parte destinada aos municípios mineradores, não são detalhadas por produto ou atividade econômica. Ao contrário, conforme determina o art. 151 de nossa Constituição, são feitas sobre o montante arrecadado. Portanto, as informações requeridas são de imprescindível importância para a análise dos valores recebidos pelo Município de Itabira, devido à arrecadação do ICMS que incide sobre a extração de seus minérios.

Visando a dar o direcionamento correto à proposição, apresentamos a Emenda nº 1 ao final do parecer.

Conclusão

Diante do exposto, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 693/99 com a Emenda nº 1, a seguir apresentada.

EMENDA Nº 1

Substitua-se a expressão "junto à Secretaria de Estado da Fazenda" por "ao Secretário de Estado da Fazenda".

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 710/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado João Leite, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar ao Presidente desta Casa seja enviado ofício ao Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais pedindo esclarecimentos acerca dos "procedimentos adotados pelo policiamento do jogo Atlético x Vitória, realizado no Estádio Independência, no dia 16/9/99, tendo em vista a violência cometida contra os torcedores".

O requerimento foi publicado em 23/9/99 e a seguir encaminhado a este órgão colegiado, ao qual compete emitir parecer sobre a matéria, nos termos do disposto no art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

A iniciativa da proposição está amparada no § 3º do art. 54 da Constituição mineira, segundo o qual o Poder Legislativo, mediante a sua Mesa, pode encaminhar pedido escrito de informação ao Comandante-Geral da Polícia Militar e a outras autoridades estaduais, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de 30 dias, ou a prestação de informação falsa constituem infração administrativa, sujeita a responsabilização.

Vale notar que a natureza de tais informações está circunscrita ao que dispõe a alínea "c" do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno, a saber, o requerimento será admitido desde que relacionado com matéria legislativa em trâmite ou quanto a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembléia Legislativa.

Porquanto a proposição diz respeito a fato contrário aos princípios da segurança pública, que por sua vez está subordinada ao controle deste parlamento, manifestamos o entendimento de que aos seus membros devem ser prestados todos os esclarecimentos que se fizerem necessários.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 710/99 como redigido originalmente.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 721/99

Mesa da Assembléia

Relatório

A proposição em tela é de autoria do Deputado Sebastião Costa e tem por escopo solicitar à Presidência deste parlamento a inserção, nos anais da Casa, do discurso do Diretor Executivo do jornal "Estado de Minas", Sr. Edson Zenóbio, pronunciado por ocasião da solenidade de abertura do Primeiro Multíminas, o qual foi publicado no "Caderno de Turismo" do mencionado periódico, em 9/9/99.

Nos termos do art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno, compete a este órgão colegiado emitir parecer sobre a matéria em questão.

Fundamentação

O discurso que se pretende inserir nos anais da Casa trata-se, nos dizeres do preâmbulo do artigo, de uma introdução a todo o espírito de mineiridade, exatamente o que norteou o megaevento mencionado no relatório, promovido pelo jornal e realizado pela Tecnitur, ou seja, o Multíminas.

O texto, intitulado "Uma chave para abrir Minas", é uma breve análise das múltiplas facetas das "várias Minas", suas experiências, histórias e peculiaridades.

Ainda que a manifestação seja de apreço ao nosso Estado, cumpre-nos dizer "*data venia*", que ela expressa um sentimento e um modo de sentir sobre o assunto que, em suma, traduz a visão consagrada nacionalmente nas mais variadas publicações. Em outras palavras, o artigo não apresenta conteúdo inovador nem de importância para maior aprofundamento sobre a questão.

Com esse espírito e entendimento, consideramos que o requerimento em análise não atende à restrição emanada do inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno, que prevê a votação de requerimento escrito que solicitar inserção nos anais da Assembléia Legislativa de documento ou pronunciamento não oficial, - atente-se - "especialmente relevante para o Estado".

Conclusão

Em vista do exposto, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 721/99 na forma apresentada.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999 .

Anderson Aduato, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 722/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De autoria do Deputado Sebastião Costa, a proposição em epígrafe tem por objetivo solicitar à Presidência da Casa a inserção, nos anais da Assembléia Legislativa, do discurso pronunciado pelo Senador Francelino Pereira no Senado Federal, em 16/9/99.

A proposição foi publicada em 23/9/99 e, a seguir, encaminhada à Mesa da Assembléia para que esta emita seu parecer, conforme dispõe o art. 79, VIII, "b", do Regimento Interno.

Fundamentação

O inciso XIII do art. 233 do Regimento Interno prevê a apresentação de requerimento solicitando a transcrição de documento ou pronunciamento não oficial nos anais da Casa, admitindo-o em se tratando de matéria relevante para o Estado.

Muito embora o pronunciamento do eminente Senador trate de matéria de inquestionável interesse para nosso Estado, a saber, a grave situação pela qual está passando o povo do Norte de Minas e do Vale do Jequitinhonha, ainda assim, entendemos que a transcrição desse artigo nos anais do Legislativo mineiro nos parece desnecessária.

Esse entendimento se justifica ao lembrarmos que, por se tratar de pronunciamento oficial de um Senador da República, evidentemente consta no "Diário Oficial da União", o que indica a sua publicidade em todo o território nacional. Além disso, com certeza, foi devidamente inserido nos anais do Senado.

Dessa forma, forçoso é reconhecer que o acato ao requerimento em apreciação em nada contribuiria para tornar o mencionado pronunciamento público - ou, mesmo, objeto de interesse para a posteridade -, pois, de fato, já o é e atende a esse propósito.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela rejeição do Requerimento nº 722/99.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aduato, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 739/99

Mesa da Assembléia

Relatório

De iniciativa da Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, o requerimento em epígrafe solicita ao Presidente desta Casa sejam pedidas informações ao Secretário de Estado da Educação sobre o processo e os critérios de distribuição de merenda escolar nas escolas da rede pública estadual, tendo em vista as denúncias de irregularidades apresentadas pela Associação dos Moradores Pró-Melhoramento do Bairro Renascença, situada em Belo Horizonte; solicita, ainda, seja dada ciência, de inteiro teor da proposição, ao Presidente dessa Associação, bem como à Deputada Federal Maria Lúcia Cardoso.

A proposição foi publicada em 25/9/99 e a seguir distribuída a este órgão colegiado, ao qual compete sobre ela emitir parecer, conforme dispõe o art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O Diploma Regimental confere às Comissões a prerrogativa - não exclusiva - de encaminhar, por intermédio da Mesa da Assembléia, pedido escrito de informação a autoridades estaduais, inclusive os Secretários de Estado. Em verdade, a previsão desse procedimento deriva do mandamento contido no § 3º do art. 54 da Constituição mineira, que guarda identidade de conteúdo com o comando regimental.

Embora a iniciativa do requerimento esteja amparada pelos referidos dispositivos, conforme demonstrado, há de se notar que as informações solicitadas só são admitidas se se referirem a fato relacionado com matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito a controle e fiscalização da Assembléia Legislativa. É o que se constata da leitura da alínea "c" do inciso VIII do art. 79 do Regimento Interno.

Quanto ao mérito, queremos afirmar que a proposição é oportuna e mesmo necessária, pois se justifica precisamente por conter denúncia de sociedade civil sobre fato sujeito ao controle deste parlamento, a saber, a de que pretensamente o alimento do alunado não está sendo distribuído de forma adequada, "sendo que foi cortada a merenda escolar do turno da noite", nos dizeres da denunciante.

Conclusão

Em face do aduzido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 739/99 como apresentado originalmente.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

Parecer sobre o Requerimento Nº 740/99

Mesa da Assembléia

Relatório

A Comissão de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, atendendo a requerimento do Deputado Sebastião Navarro Vieira, solicita seja remetido ofício ao Secretário da Educação pedindo informação de quantos servidores efetivos, especialistas de educação, ou seja, supervisores e orientadores, se encontram em atividade em regime de 24 horas semanais.

Publicado em 25/9/99, vem o requerimento à Mesa para receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, "c", do Regimento Interno.

Fundamentação

O requerimento em exame submete-se ao disposto no § 2º do art. 54 da Constituição Estadual, que assim determina:

"Art. 54 -

§ 2º - A Mesa da Assembléia poderá encaminhar ao Secretário de Estado pedido escrito de informação, e a recusa, ou o não-atendimento no prazo de trinta dias, ou a prestação de informação falsa importam crime de responsabilidade."

A Constituição Estadual, no seu art. 288, estabelece jornada de 24 horas semanais para ocupantes do cargo de especialista de educação, ressaltando-lhes o direito de opção pelo regime de 40 horas semanais. No entanto, o § 2º desse artigo restringe tal direito aos servidores em início de exercício, os quais têm 90 dias para manifestar sua escolha.

Em relação ao assunto, encontra-se em tramitação nesta Casa a Proposta de Emenda à Constituição nº 17/99, que visa a suprimir o § 2º do referido artigo, permitindo assim que, a qualquer tempo, esses profissionais possam requerer a ampliação da jornada de trabalho.

Em razão desse fato, entendemos conveniente esta Casa dispor dos dados requeridos para que os parlamentares possam aprimorar a citada emenda à Constituição com pleno conhecimento de causa.

Conclusão

Mediante o aludido, opinamos pela aprovação do Requerimento nº 740/99 na forma original.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 14 de outubro de 1999.

Anderson Aduino, Presidente - José Braga, relator - Durval Ângelo - Dilzon Melo - Gil Pereira.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÕES ANTERIORES

74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 28/9/99

O Deputado Durval Ângelo* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, infelizmente o dever como parlamentar me obriga a ocupar a tribuna, hoje, para denunciar os fatos que passaremos a relatar. Todos sabemos que, no ano de 1992, esta douta Casa rejeitou as contas do então Governador Newton Cardoso referentes ao período de

1990. A decisão da Assembléia pautou-se, com mais de 2/3 da Casa, em flagrantes irregularidades nas contas desse Governador naquela época: compras e obras sem licitação pública; não-aplicação dos recursos em saúde e educação, conforme determinação da Constituição Estadual; desvios de fundos de contas vinculadas para os fundos do Tesouro, principalmente da FAPEMIG, cujo desvio foi a maior denúncia na época.

O ex-Governador Newton Cardoso ajuizou ação contra a Assembléia, para anular a rejeição de sua prestação de contas relativa ao exercício de 1990. Para tanto, alegou ausência de motivação da decisão adotada pelo Plenário.

A ação foi julgada improcedente, e dessa decisão recorreu o ex-Governador ao Tribunal de Justiça.

O recorrente somente juntou o comprovante do preparo da apelação vários meses após a interposição do recurso, enquanto a lei processual determina que aquela juntada deve ser simultânea à interposição do recurso.

No julgamento da apelação, o relator, Desembargador José Brandão de Resende, considerou regular e legal todo o processo realizado pela Assembléia, porém ineficaz em relação ao apelante, por não ter sido adotada providência complementar exigida pelo Regimento Interno desta Casa, qual seja a remessa da decisão do Plenário para a Comissão de Constituição e Justiça, para a adoção das providências cabíveis. Enganou-se o Desembargador, pois essa providência foi tomada e está documentalmente comprovada nos autos.

O segundo julgador, Desembargador Antônio Hélio, acompanhou o relator. O terceiro integrante da Câmara, Desembargador Garcia Leão, após vários pedidos de adiamento, proferiu voto, considerando nulo o processo de julgamento das contas, por ausência de motivação. O Desembargador Antônio Hélio modificou sua posição, aderindo ao voto do Desembargador Garcia Leão.

Tendo em vista a divergência dos votos, foram interpostos embargos infringentes, inadmitidos pelo relator do recurso. Dessa decisão foi interposto agravo, rejeitado pela 1ª Câmara Cível.

A Assembléia interpôs recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, tendo obtido êxito, o que levou o Tribunal de Justiça a ter que julgar os embargos infringentes.

Hoje, encontra-se uma ação no Superior Tribunal de Justiça, um recurso extraordinário, protocolado no dia 13/9/99, pelo Procurador-Geral desta Casa, Sérgio José Barcelos.

A fundamentação que justifica esse recurso nos dá a certeza de que, até o final do ano, o Superior Tribunal de Justiça manterá a decisão desta Casa, que rejeitou as contas do Vice-Governador, fazendo com que fique inelegível por cinco anos - infelizmente, não são oito anos, como o ex-Presidente Fernando Collor de Melo - em Minas Gerais. Essa foi a postura correta da Assembléia em 1992. Vejo muitos Deputados - que também o eram naquele momento e tenho a certeza de que votaram pela rejeição das contas -, vendo hoje a consagração de sua decisão, quando o próprio Superior Tribunal de Justiça resolveu por bem acatar o recurso desta Casa. Está, de alguma forma, fazendo justiça a um Governador conhecido em Minas Gerais pelo abandono, pelo caos que provocou na educação, na saúde, no serviço público e pelo pouco zelo que tinha para com os recursos públicos. Dessa forma, estão de parabéns a Assembléia, a Legislatura de 1992, por sua decisão, e a Procuradoria desta Casa, que tomou as providências cabíveis.

Não satisfeito com isso, esta Casa foi violada na semana passada, quando esse mesmo Vice-Governador, então Governador de contas rejeitadas, encaminhou para cá, a fim de ser sabatinado e nomeado como Presidente da CODEVALE, o ex-Prefeito de Minas Novas, José Felipe Mota Coelho, acusado de práticas irregulares na execução de obras previstas em convênios firmados entre o município e a Secretaria de Estado de Assuntos Municipais, por meio do PADEM.

Cito somente alguns convênios rejeitados pelo Tribunal de Contas, que garantiu que, se ele não tem condições nem probidade para ser Prefeito de Minas Novas, não pode ser Presidente da CODEVALE.

Convênio nº 1.268/94 - obras de pavimentação de ruas nos Bairros Becã, Dom Bosco, Olaria e São Pedro, numa extensão de 15.000m², no valor, à época, de R\$36.000,00. Convênio nº 1.549/94 - complementação de pavimentação das mesmas ruas - que eram para ter sido terminadas no convênio anterior - e construção de duas estações de tratamento de esgoto, sendo que só uma foi feita, no valor de R\$50.000,00. Convênio nº 135/95 - conclusão de pavimentação das mesmas ruas, numa extensão de 15.000m², no valor total de R\$54.000,00.

Senhores, prestem bem atenção, três convênios com a mesma finalidade e com irregularidades em todos eles. E o Tribunal de Contas foi além: constatou que, em todos os casos, houve inexistência do ato de designação da comissão de licitação, conforme exigido na Lei nº 866, de 1993. E o mais grave é que foram feitos pagamentos antecipados às empreiteiras que fizeram as obras.

O Tribunal de Contas identificou, ainda, no governo desse senhor hoje designado Presidente da CODEVALE, irregularidades em convênios firmados entre a Prefeitura de Minas Novas e o Centro de Desenvolvimento Comunitário do Município de Minas Novas - CEDECON -, cuja existência não pôde ser comprovada. Não há nenhum documento que mostre a existência desse Centro. Segundo o Tribunal de Contas, "tampouco" foi comprovada a sua independência da Prefeitura, que lhe fornecia gratuitamente e sem amparo legal local para o seu funcionamento, bem como desviava funcionário municipal para prestar-lhe serviço. A empresa, conforme ficou comprovado, era fantasma.

Quero deixar bem claro que falei na inelegibilidade do ex-Governador, que vai ser decretada pelo Superior Tribunal de Justiça por cinco anos, mas me fazem uma ressalva de que essa inelegibilidade é por quatro anos.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Obrigado, Deputado Durval Ângelo. Vejo que V. Exa. vem, com a veemência que lhe é peculiar, mais uma vez, à tribuna desta Casa, trazer denúncias extremamente graves, severas em relação ao comportamento do atual Vice-Governador Newton Cardoso. Entendo essa questão, e sei da veracidade e da correção dessas denúncias no que diz respeito ao ex-Prefeito de Minas Novas. Recebi, ainda hoje, uma denúncia nesse sentido, e caberá a todos nós a responsabilidade cívica e democrática de bombardear esse homem, que não poderá ser Diretor da CODEVALE.

Resta-me uma indagação e um momento de perplexidade. V. Exa., evidentemente, só descobriu hoje esses fatos sobre o ex-Governador Newton Cardoso? V. Exa., no momento em que apoiou a chapa - digo chapa porque a responsabilidade é conjunta -, ele hoje é Vice-Governador constitucional de Minas Gerais, inclusive, tendo exercido plenamente o seu papel como Governador nos últimos dias. V. Exa. não sabia de quem se tratava, não sabia do seu passado, do seu comportamento, que era uma pessoa indigna de receber apoio do povo mineiro? Com que cara o Deputado Rogério Correia faz-lhe um discurso de saudação no 23º andar do outro prédio, em nome do seu partido? Como o PT tem uma das Vice-Lideranças do Governo? Esta é uma pergunta que cabe fazer e que toda a sociedade mineira tem o direito de saber.

Como, de que forma é possível conciliar, apoiar aberta e francamente? V. Exa. tem sido um dos mais veementes, um dos mais firmes defensores desse Governo. Lembro-me de que, no início deste mandato, chamei V. Exa. mais de uma vez para falar que V. Exa. se comportava como um petista newtista. Por que eu dizia isso, Deputado Durval Ângelo? Eu dizia isso porque quem apóia Itamar Franco e quem apóia esse Governo apóia também, e isso ninguém tira da minha cabeça, Newton Cardoso com todas as forças, porque ele é Vice-Governador. Durante a campanha, quem apoiou Itamar Franco apoiou Newton Cardoso, sem sombra de dúvida.

Então, quero, por um lado, cumprimentar V. Exa. Essas denúncias são corretas, e todos nós, de todos os partidos políticos, inclusive nós, da Oposição, levaremos as denúncias a sério. Mas, por outro lado, fica a perplexidade e a indagação de que forma é possível uma situação tão esdrúxula como a de guardar segredo daquilo que não sabemos. É, mais ou menos, a mesma situação.

O Deputado Durval Ângelo* - Agradeço, nobre colega, o aparte democrático, mas quero ser sincero: não podemos confundir alho com bugalho, nem urubu com meu louro. Uma coisa não tem nada a ver com a outra. Temos claro que apoiamos um projeto do Governador Itamar Franco e vamos continuar a defendê-lo aqui. Mas isso não representará, em momento algum, subserviência da Bancada do PT.

Quanto à referência ao Rogério Correia, V. Exa., no entusiasmo, no afã, se engana. V. Exa. não estava lá, mas aqui temos vários Deputados que estavam na reunião. O Deputado Rogério Correia não fez saudação, até porque chegou ao final da reunião, no 23º. Se houve uma saudação, foi do Líder do PSDB, porque ele estava lá desde o início, muito próximo. Também não é notório que, ao final da reunião, tenha chegado lá o Deputado do PFL Sebastião Navarro Vieira, que não escondeu de ninguém a ligação que tem. O Deputado Rogério Correia não pode ser acusado de um fato pelo qual não é responsável.

Sr. Presidente, ainda tenho 1 minuto, e gostaria de fazer a última consideração. Na última sexta-feira, policiais da conhecida Delegacia de Furtos e Roubos, que, por ironia, é conhecida oficialmente como Divisão de Crimes contra o Patrimônio, cercaram com viaturas o carro do Ministério Público que havia conduzido os Promotores da Vara de Execuções Criminais, Otávio Augusto Martins Lopes, Magali Albaneli Amaral e Inês Maria Dutra e Silva. Impedidos de utilizar o veículo, uma vez que as viaturas foram trancadas a chave e seus motoristas desapareceram, os Promotores o deixaram no local. O veículo foi então depredado, teve os pneus rasgados, o estepe, o macaco, o extintor e a chave de roda desapareceram. E é a Delegacia de Divisão de Crimes contra o Patrimônio. A lataria foi pichada com palavrões, e o carro foi devolvido ontem, "maquiado". Os Promotores foram recebidos, na Delegacia onde foram apurar denúncias de torturas de presos, com ameaças e palavrões. As mulheres tiveram a honra atacada, chamadas pelos bandidos que estão na Divisão de Crimes contra o Patrimônio, não os que estavam nas celas, mas os que estão soltos, fingindo-se de policiais, de piranhas.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, soufrí do mesmo constrangimento há 21 dias, numa sexta-feira, nessa Delegacia de Furtos. Se não forem tomadas medidas urgentes, a situação desmoralizará o Governo e a Secretaria de Segurança Pública. O Secretário Mauro Lopes falou que ia tomar providências, mas, Sr. Secretário, como podemos ter, nessa Delegacia, um Cachimbinho, conhecido por suas denúncias de torturas, tantos e tantos anos aqui, em Minas Gerais? Como podemos ter lá um Delegado, acusado de torturar presos, comandando a delegacia? Se realmente quiser tomar uma medida, acho que temos que tirar todos os detetives que lá estão. Os bons, que tenham a coragem de denunciar os que estão comprometendo a imagem da polícia; os ruins têm que ser mandados para a rua. Temos que derrubar aquele prédio e salgar aquele terreno para que ninguém se lembre mais que existiu, em Minas Gerais, uma Delegacia de Furtos e Roubos, que é a vergonha da segurança pública e de uma política de direitos humanos, contrariando a posição do Governador Itamar Franco.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, imprensa, telespectadores da TV Assembleia, gostaríamos, nesta tarde, de trazer uma palavra ao Plenário da Assembleia Legislativa, aos Deputados, especialmente, já que a comissão que tratou sobre a facilitação de carteiras de habilitação em Minas Gerais encerrou seus trabalhos no dia de ontem, com o Deputado Ivo José, relator, apresentando seu relatório com diversas determinações importantes. Lamentavelmente, tudo aquilo que ouvimos sobre a facilitação de carteiras pôde ser constatado por esta Comissão, com a oitiva de várias pessoas, inclusive algumas que confessaram ter conseguido suas carteiras. O que mais nos impressionou foi justamente o relatório do Tribunal de Contas de Minas Gerais, demonstrando justamente o que pensávamos. Esse relatório sobre a auditoria feita no DETRAN é impressionante. Não existe nenhum controle sobre as guias, nem sobre as receitas da arrecadação do órgão. As guias são recolhidas, e depois as cópias são jogadas no lixo, podendo ser reutilizadas por qualquer pessoa.

Uma das conclusões desse relatório é que o setor junto ao DETRAN responsável pela execução orçamentária é a Coordenadoria de Processamento de Despesa, que dispõe de acesso ao CIAF, disponibilizado pela Superintendência de Finanças. Entretanto, no que diz respeito ao controle das receitas, ou melhor, ao recolhimento de comprovantes de pagamento de taxas por serviços prestados, fica a cargo de cada setor onde o serviço é realizado, embora não se exija o recolhimento daqueles. O DETRAN não dispõe de um setor com atribuição de controlar e realizar o levantamento das receitas geradas pelos seus serviços, haja vista que a resposta apresentada trata o controle das receitas como mero recolhimento de comprovantes de pagamentos e de taxas, que ficaria a cargo de cada setor onde o serviço é realizado, podendo o recolhimento desse comprovante não ser exigido.

O trabalho de seleção de documentos para o processo de microfilmagem, realizado por funcionários contratados pela empresa prestadora desse serviço - PRODEMGE -, ocorre sem nenhum procedimento de inutilização das guias já autenticadas. As guias são separadas dos documentos a serem microfilmados e são juntadas em sacos de lixo, que, posteriormente, segundo informações de servidores do setor, são encaminhados a uma associação de catadores de papel. Esse procedimento caracteriza a fragilidade e a vulnerabilidade do controle. Não havendo incineração das guias até o momento em que são recicladas, pode haver o desvio desses documentos com uma possível e conseqüente reutilização para comprovação de recolhimento de taxas que, de fato, não teriam ainda sido recolhidas.

O próprio Tribunal de Contas do Estado determina uma devassa no DETRAN e também na Secretaria da Fazenda. O relator, Deputado Ivo José, e nós solicitamos, no relatório final, também essa auditoria na PRODEMGE. Estamos solicitando, ainda, uma intervenção imediata no DENATRAN, que é responsável justamente pela fiscalização do DETRAN em Minas Gerais.

Querida, lamentavelmente, demonstrar para este Plenário da Assembleia Legislativa a falência do sistema de segurança em Minas Gerais. É uma tristeza para nós.

O Deputado Durval Ângelo esteve nesta tribuna, anteriormente, falando sobre o que estamos vivendo: a Polícia Civil envolvida com o licenciamento de motoristas, com a guarda de presos. Essa é a situação da Capital. Temos em mãos os dados da Prefeitura, que nos foram trazidos pelo Prefeito Municipal de Belo Horizonte, sobre os assassinatos, que aumentaram em 17% na Capital. Diz ainda que, só neste ano, foram registradas 388 mortes na Capital mineira, fora outras 11 praticadas por adolescentes e menores de idade, os quais foram apuradas pela Delegacia Especializada de Menores.

Que situação! Estamos acompanhando a agressão gratuita que sofreu o Ministério Público por parte dos policiais da Delegacia de Furtos e Roubos. Anteriormente, representante da Pastoral Carcerária Católica, juntamente com o Deputado Durval Ângelo, estiveram Delegacia de Furtos e Roubos. Agora, os Procuradores, os Promotores, que cuidam justamente da execução da pena, da execução criminal, foram recebidos dessa maneira: o automóvel do Ministério Público foi pichado, seus pneus rasgados, e os Promotores humilhados na Delegacia de Furtos e Roubos. A reação do Procurador-Geral de Justiça é firme: disse que a Secretaria da Segurança Pública é da Polícia Civil.

Estamos acompanhando essa situação. É o segundo automóvel da Polícia Civil, o qual pertence ao povo de Minas Gerais, que é queimado. O automóvel, que estava com o Delegado, foi levado e queimado.

Hoje, numa entrevista aos jornais e às rádios da Capital, o Secretário da Segurança Pública, respondendo à questão do DETRAN, quando lhe disseram o que o Deputado João Leite havia dito, declarou: "Ah, não é nada, é um Deputado".

Um Deputado não é nada? É dessa maneira que este Governo trata um Deputado que representa o povo de Minas Gerais? É dessa maneira que este Governo recebe Promotores de Justiça numa Delegacia? É dessa maneira que a Pastoral Carcerária é recebida? Como é recebido o povo de Minas Gerais?

É grave a situação que estamos vivendo. Tem de haver uma reação desta Assembleia.

O Deputado Amílcar Martins (em aparte) - Deputado João Leite, ouço com muita atenção a sua manifestação nessa tribuna e quero começar cumprimentando V. Exa.

V. Exa. tem sido um defensor firme dos direitos humanos nesta Casa e em Minas Gerais. Firmou a sua imagem como representante dos interesses superiores de Minas Gerais, exatamente pela sua atitude destemida, corajosa de enfrentar os poderosos, e enfrentar sem nenhum respaldo, sem receber respaldo nem mesmo deste Poder Legislativo.

Quero cumprimentar V. Exa. Condene a atitude e o comportamento do Secretário de Estado da Segurança Pública, que também é um parlamentar e que deveria por isso mesmo, e ainda que não fosse, saber respeitar a dignidade, a honradez, a seriedade do seu trabalho como parlamentar que representa os interesses de Minas Gerais.

E faço um desafio: é dever de todos os Deputados desta Assembleia estarem solidários com V. Exa. neste momento, em que V. Exa. está sendo vítima de ameaças de toda a natureza, até mesmo à sua integridade física. É nosso dever e responsabilidade coletiva da Assembleia Legislativa assegurar e garantir a sua integridade física, prestando-lhe a mais absoluta e plena solidariedade. Esse é um dever suprapartidário, em defesa da democracia, da independência, da autonomia do Poder Legislativo. Quero, com muita honra, em nome de nosso partido, o PSDB, e tenho a certeza de que falo em nome de vários companheiros de outros partidos, cumprimentar V. Exa, manifestando-lhe a nossa solidariedade, o nosso respeito. Estamos a seu lado para o que for preciso, em defesa da sua integridade, que representa, neste momento, a integridade e a autonomia da Assembleia Legislativa. Cabe à Mesa desta

Casa garantir a V. Exa. total cobertura para que possa continuar na sua trajetória, em defesa dos interesses do povo de Minas Gerais. É por tudo isso que, cada vez mais, todos nós, mineiros, respeitamos e admiramos V. Exa.

O Deputado João Leite - Muito obrigado, Deputado Amílcar Martins. Esse apoio é importante para nós. Os jornais de hoje trazem notícia a meu respeito em que o Secretário da Segurança Pública diz que me uni ao jornal "Estado de Minas", fazendo parceria com o referido jornal, para desmoralizar o DETRAN de Minas Gerais. Diz, ainda, que não aceita essa investigação, o que demonstra compromissos com tempos remotos, que desejamos não mais voltarem em nossa história. Tratam-se de resquícios da ditadura, quando não tínhamos uma imprensa que pudesse se manifestar e uma Assembléia calada. Já não estamos vivendo nesse tempo. Mas, para esses que querem manter os porões, a tortura, a violência, interessa-lhes uma imprensa calada, uma Assembléia Legislativa muda. Não podemos nos calar, aceitando a volta do tempo em que tudo se encontrava acobertado, em que eram proibidas as visitas nas cadeias. Mas estão, justamente, contra o Estado democrático, o Ministério Público e a Assembléia Legislativa e contra uma imprensa livre. A Assembléia Legislativa tem de ser livre e não nos podemos dobrar. Mas esta Casa tem sido submissa ao Poder Executivo, aceitando esse tipo de situação. A cada momento, somos vítimas de ameaças a nós próprios e à nossa família. Aqui se encontra o número telefônico da pessoa que me ligou, ameaçando-me de morte, achando que vai calar-me. Não podemos ficar calados. O Poder Legislativo ficará calado diante dessas ameaças? Não podemos aceitar. Querem nos culpar de todo esse caos. Somos culpados de 388 assassinatos, em Belo Horizonte, neste ano? Somos culpados de 53 rebeliões nas cadeias de que a Polícia Civil toma conta, no Estado de Minas Gerais? Somos culpados das constantes fugas das cadeias, em Minas Gerais? É hora de acordar. É hora da Assembléia Legislativa acordar. Já não podemos acreditar que defendemos bandidos, quando presenciamos essa situação. Ora, um preso, de cadeira de rodas, fugiu pelo telhado, e temos de acreditar. Os carros da Polícia Civil são incendiados, e temos de acreditar. As guias do DETRAN não são incineradas, são reutilizadas, e temos de acreditar. É inaceitável essa situação. Infelizmente, não há reação do Poder Legislativo, porque estamos sempre a nos dobrar diante do Poder Executivo. Estamos sempre ameaçados e temos de aceitar ameaças.

Detetives estão ligando para ameaçar. É dessa maneira que funciona o Poder Legislativo em Minas Gerais. Não somos livres.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Meu caro Deputado João Leite, tenho toda a liberdade de dizer que acompanhamos, no seu dia-a-dia, sua luta e sua determinação, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a do Deputado Ivo José, como relator dessa Comissão, da qual participamos como Vice-Presidente, e a de tantos outros que participaram ativamente para moralizar, e não para difamar nenhum policial civil, nenhum despachante do DETRAN e nenhum dono de auto-escola. Nossa intenção foi exclusivamente mostrar para as autoridades responsáveis deste Estado a quantidade de criminosos que estão trafegando nas estradas de Minas com carteiras compradas, colocando em risco a vida de todos nós, que tiramos as carteiras passando por todos os exames exigidos pela lei. E não vamos nos curvar.

Gostaria de terminar dizendo ao nobre Deputado João Leite que não vamos recuar, mesmo com ameaças. E digo mais, para encerrar minhas palavras: retiro agora minha pretensão de não ser processado por ser Deputado e digo e assumo que o DETRAN de Minas Gerais é uma bagunça generalizada, é o exemplo do mau exemplo para o Brasil. Tem que mudar mesmo. Obrigado, Deputado.

O Deputado João Leite - Gostaria de agradecer o aparte do Deputado Alberto Bejani e o apoio que nos concedeu. Gostaria de encerrar dizendo que duas questões ficaram da CPI: a primeira, que já foi colocada pelo Deputado Alberto Bejani, é a situação do trânsito em Minas Gerais, por essa irresponsabilidade. Cada vez que a banca examinadora ia à Santa Luzia, havia mais de mil exames. No último exame que houve naquela cidade, havia 36 candidatos.

Outra questão é que o Estado de Minas Gerais está perdendo recursos, pelo que demonstrou o Tribunal de Contas. Não há controle de nada, a Assembléia Legislativa, não apenas nessa questão, mas também em relação à segurança pública, precisa demonstrar que é um Poder autônomo, um Poder independente. Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Exmo. Sr. Presidente, Deputado Rêmolo Aloise, Deputados presentes, senhoras e senhores, membros da imprensa, está na pauta da reunião de hoje, aliás já está na pauta há várias semanas, o Projeto de Lei nº 399, do Governador do Estado, que dispõe sobre a organização governamental da Secretaria da Casa Civil, a criação da Secretaria do Turismo, a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais e a criação de unidades administrativas da Secretaria da Segurança Pública. É um projeto polêmico, que altera fundamentalmente toda a estrutura organizacional do Estado de Minas Gerais. É um projeto que está sendo discutido, já está numa fase avançada de discussão na Casa sem que tenha havido uma discussão mais ampla, sem uma maior oportunidade de discussão do projeto com o funcionário público deste Estado.

Tenho recebido em meu gabinete inúmeros funcionários, principalmente da Secretaria de Assuntos Municipais, solicitando deste Deputado - e acredito que também solicitaram dos senhores que estão presentes - que examinemos com mais critério, com mais carinho, sem muita pressa, as propostas do Governo do Estado que estão em tramitação na Casa.

Entendemos que, quando se implementa uma medida que mexerá com a vida, com o trabalho e com os interesses do funcionário público estadual, ela deve ser amplamente discutida, principalmente com o funcionalismo. Há uma desinformação jamais vista no Estado. Eles não sabem como ficarão, para onde vão, a quem estarão subordinados e qual a garantia de emprego daqui para a frente. Esse é o quadro que estamos vislumbrando. Esse é o quadro que os Deputados têm em suas mãos para, de maneira responsável, dar a sua opinião, o seu parecer e o seu voto à proposta do Governo do Estado. A minha posição e a do meu partido, o PSDB, é muito clara. Somos absolutamente contra a extinção da SEAM, a anexação da SEAM à Secretaria da Casa Civil e a votação desse projeto, da maneira como está sendo proposto aqui, na Assembléia Legislativa, sem uma ampla participação do funcionalismo. Aliás, vejo, com muita tristeza, as galerias desta Casa absolutamente vazias, sem a presença do funcionário público deste Estado. É a primeira vez que, acredito, isso acontece na nossa Assembléia Legislativa. Há falta de mobilização dos líderes sindicais, até mesmo para pressionar os Deputados e para mostrar suas posições e seus pontos de vista. Essa responsabilidade é colocada em nossas mãos, sem manifestação maior do funcionalismo público. A extinção da SEAM é um absurdo e é uma punhalada nas costas da transparência, da discussão e de um segmento do funcionalismo, que lutou e que tem trabalhado com responsabilidade e com afinco, para dar um mínimo de assistência às prefeituras do nosso Estado. Aliás, a SEAM deveria ser pauta exatamente do contrário do que está sendo proposto. Deveríamos estar discutindo uma revigoração desta Secretaria e medidas para dar um suporte maior e uma assistência melhor aos funcionários do Estado. Na semana atrasada, algumas prefeituras, principalmente as do Leste do Estado - apenas para exemplificar a falta de estrutura da SEAM, para dar suporte às nossas prefeituras -, vieram a Belo Horizonte, atraídas por um ofício do Ministério do Meio Ambiente, para que pudessem discutir uma forma de recuperar a Mata Atlântica em Minas Gerais. Para surpresa dessas prefeituras, estiveram em contato com uma empresa, da qual não sei o nome, que passou a informação de que existem projetos, em Brasília, no valor de US\$60.000,00 a US\$210.000,00 para cada Prefeitura, para que pudessem preparar os projetos de recuperação da Mata Atlântica em Minas Gerais. A surpresa maior veio com a informação dessa empresa, dizendo que cada Prefeitura, para elaborar seu projeto, deveria pagar R\$5.000,00, adiantando R\$2.500,00, e o restante seria pago quando o projeto estivesse pronto e assinado com o Ministério do Meio Ambiente.

Isso mostra, claramente, a falta de assistência aos nossos Prefeitos. Quando chegam a Belo Horizonte, recorrem aos lobistas e, muitas vezes, fazem dos gabinetes da Assembléia Legislativa - o que permitimos, obviamente - uma extensão dos seus gabinetes, para preparar um documento, uma certidão ou um projeto, porque a Secretaria de Assuntos Municipais, que deveria dar assistência a eles, não existe. Pelo contrário, está de pires na mão e muito temerosa de perder o "status" de secretaria, sem saber o que vai acontecer com os seus funcionários.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Deputado Carlos Pimenta, agradeço o aparte. Quero somente fazer um pequeno reparo com relação à participação do movimento sindical e da sociedade civil em eventos nesta Casa.

Durante esta semana, teremos na Casa o Seminário Legislativo Desemprego e Direito ao Trabalho, o maior evento, em termos de participação, já promovido aqui, com cerca de 800 pessoas inscritas e 212 entidades representadas. Eles estão reunidos em grupos. Esse seminário se iniciou ontem, à noite, e vamos até quarta-feira.

É importante a preocupação de V. Exa. com a participação do movimento sindical, mas existem outras formas de essa participação se dar nesta Casa.

O Deputado João Leite usou a tribuna. Na condição de relator da CPI da Carteira de Habilitação, gostaria de aproveitar a oportunidade para fazer, em rápidas palavras, a nossa manifestação de apoio e solidariedade ao Deputado João Leite e a todos os membros dessa CPI, que, exaustivamente, desde março, vêm trabalhando para apurar as denúncias relativas à máfia dentro do DETRAN-MG e na sociedade. Tenho aqui uma cópia do relatório que, às 16h30min, será entregue ao Presidente Anderson Aduato e ao Governador Itamar Franco. Iremos ao Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN -, em Brasília, e também à Polícia Federal.

Recebemos, como o Deputado João Leite, ameaças, desde o início dos trabalhos dessa Comissão, com o intuito de nos intimidar e de nos afastar dessa responsabilidade. Mas não nos intimidamos com as ameaças. Agora, depois de concluirmos os trabalhos, com a participação ampla de assessores, consultores e técnicos da Casa e da sociedade, às vezes de forma anônima, vamos em frente nessa luta, porque a sociedade espera de nós a moralização daquele setor.

Fica aqui, mais uma vez, registrado o nosso apoio e a nossa solidariedade, neste momento em que o Deputado João Leite é usado como testa-de-ferro dessa disputa, que não é pessoal, é uma questão de honra cobrada de nós pela sociedade. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta - Agradeço o aparte de V. Exa. Sei que o movimento sindical está preocupado com o desemprego, com o direito ao trabalho e com outros temas, mas quero registrar, Deputado Ivo José, que, quando se trata do funcionalismo, principalmente de medidas com relação a ele, acredito que eles tenham que se superar, estar presentes, comunicar-nos suas posições e impressões. Estamos praticamente iniciando uma reforma administrativa em Minas Gerais, e, nela, é necessário haver a extinção e a criação de órgãos. Para tal, precisamos, pelo menos, de um debate transparente, pois os funcionários, historicamente, pagarão caro pela ausência de sua manifestação oficial. Podemos ser induzidos a cometer um erro, por falta de correção no momento adequado. Isso é fundamental. Pergunto a V. Exa.: a extinção da Secretaria de Assuntos Municipais e da TURMINAS e a criação de outras secretarias é ou não importante? Centenas de pais de família estão na expectativa. Tenho recebido várias visitas em meu gabinete - não sei se o mesmo está ocorrendo com V. Exa. -, e temos que dar uma satisfação. Não vou votar esse projeto sem que haja uma discussão ampla e uma manifestação cristalina e firme do funcionário com relação ao fato.

Apresentamos emendas ao projeto. Há, também, a do Deputado Sebastião Costa e a da Minoria com as Lideranças do PSDB e do PFL, suprimindo o artigo que extingue aquela Secretaria e os que a transferem para a Secretaria da Casa Civil, que seria uma supersecretaria. O Secretário da Casa Civil, com uma caneta nas mãos, irá resolver muitas situações, em um piscar de olhos! Devemos agir de modo contrário. Estamos em um momento de descentralizar, de delegar poderes, e não, de concentrá-los nas mãos de uma única Secretaria. Esse é o nosso ponto de vista. Temos nossas emendas e iremos lutar para que sejam votadas. No momento em que esse projeto puder ser votado e suas emendas puderem ser apreciadas, espero a manifestação, nesta Casa, dos funcionários do Estado, para que possamos representá-los, com responsabilidade e, principalmente, com a vontade de preservar os seus direitos, adquiridos ao longo de tantos anos. Muito obrigado.

75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 29/9/99

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, pessoas das galerias, o que me traz a esta tribuna, hoje, é a apresentação de um requerimento, que passo a ler neste momento, para, depois, fazer algumas considerações. (- Lê:)

"Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

Após comunicação feita em Plenário pelo Deputado João Leite de que vem sendo vítima de ameaças à sua vida e à de seus familiares, os Deputados que este subscrevem, na qualidade de Líderes do PSDB e do PFL, e o Deputado Miguel Martini, representante do PSN, vêm solicitar de V. Exa. as providências cabíveis na defesa da integridade física do ilustre parlamentar, bem como da de seus familiares.

Não se pode permitir que os trabalhos parlamentares venham a sofrer situações de constrangimento como as que se pretendem contra o Deputado João Leite, especialmente pelo fato de, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e como Presidente da CPI que se constituiu para apurar possíveis irregularidades na expedição de Carteira de Habilitação de motorista pelo DETRAN-MG, contrariar interesses.

Ressalte-se, ainda, Sr. Presidente, que compete a V. Exa., conforme o disposto no inciso XXXV do art. 82 do Regimento Interno, zelar pelo prestígio e pela dignidade da Assembléia Legislativa e pelo respeito às prerrogativas de seus membros, os Deputados.

No zelo do prestígio desta Casa, V. Exa., como Presidente do Poder, deve fazer cumprir o determinado no art. 2º da Constituição do Estado de Minas Gerais, que, no elenco dos objetivos prioritários do Estado, aponta a preservação dos valores éticos, como forte imperativo para que os gestores do Estado dêem o norte para as ações dos encarregados da máquina pública administrativa.

Não se concebe, portanto, que um Secretário de Estado, subordinado direto de um dos gestores do Estado, possa vir a público tecer acusações e emitir juízos de valor sobre a conduta de um membro do Poder Legislativo em pleno exercício da função vinculada ao cargo para que foi eleito.

Os signatários não aceitam que a Presidência desta Casa - repita-se: um dos gestores do Estado responsável pela garantia constitucional da preservação dos valores éticos pelo Estado - não tenha exigido, formalmente, de S. Exa. o Governador Itamar Franco uma firme posição quanto à fala de um subordinado seu, o Secretário de Estado da Segurança Pública, sobre a ação de um dos membros do Poder Legislativo em pleno exercício de sua função fiscalizadora, quer como Presidente da Comissão de Direitos Humanos, quer como Presidente da CPI instituída para apurar possíveis irregularidades na expedição de Carteira de Habilitação de Motorista pelo DETRAN-MG.

Se esta Presidência se cala à maldosa, leviana e extemporânea afirmação de um Secretário de Estado sobre ação constitucional de um Deputado, esta Casa será ferida em sua dignidade. Não é a fala de um subalterno do Governador que denigre o Poder Legislativo. O possível silêncio da Presidência é que avultará a perda da dignidade desta Casa. Pior: perante a opinião pública, diminuirá seu conceito institucional, e, mais grave ainda, perante seu público interno, nós, seus Deputados, deixar-se-á a sensação de perda do norte e do prumo para o cumprimento de nossa função constitucional de fiscalizar atos de órgãos e administradores públicos.

Essa sensação da perda do prumo será porque a Presidência não terá agido com rigor diante da fala do Secretário da Segurança Pública sobre as ações do Deputado João Leite. Perder-se-á seu norte, porque o silêncio da Presidência induzirá à desobediência do art. 56 da Constituição Estadual, que determina ser o Deputado inviolável por suas opiniões, palavras e votos.

Quando um Deputado, em pleno exercício de suas funções constitucionais, sofre ameaças veladas, não só a ele, mas também à sua família, é esta Casa quem é ameaçada.

Isto posto, em nome do cumprimento do disposto no inciso XXXV do art. 82 do Regimento Interno, e em defesa do princípio constitucional e libertário apontado pelo art. 56 da Constituição Estadual, os signatários solicitam que V. Exa.: dê ciência ao Sr. Governador do Estado da fala de seu subordinado, exigindo-lhe que determine ao Secretário de Estado da Segurança Pública a retratação e um formal pedido de desculpas à Assembléia Legislativa; no mesmo expediente, solicite ao Governador que determine ao Comandante-Geral da Polícia Militar as medidas necessárias para que se dê proteção e garantia de vida ao Deputado João Leite e a seus familiares, bem como aos demais parlamentares que compuseram a CPI que se constituiu para apurar possíveis irregularidades na expedição de carteira de habilitação de motorista pelo DETRAN-MG; comunique à Procuradoria-Geral de Justiça os fatos ocorridos e as providências tomadas, remetendo-lhe, a cópia deste requerimento; acione a Procuradoria-Geral da Assembléia Legislativa para que acompanhe as providências solicitadas no primeiro item e, se necessário, proceda à instauração de ação por danos morais contra o Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública pelas acusações feitas ao Deputado João Leite; conceda audiência coletiva à imprensa mineira com o objetivo de esclarecimento das medidas tomadas pela Presidência em defesa da dignidade da Assembléia Legislativa e das prerrogativas constitucionais de seus membros."

Gostaria apenas de externar minha posição, que, de forma sucinta, já está configurada nesses documentos. De viva voz, quero dizer que a CPI é um instrumento do Legislativo, que tem caráter de inquérito e de apuração, para o bem da sociedade. Não se institui porque o partido é o PSDB ou o PFL, mas por ser apoiada em 26 assinaturas, um terço dos membros desta Casa. Então, é uma CPI do Poder Legislativo; se está indo fundo, é porque está encontrando irregularidades. Mas entendemos que a máquina administrativa é grande e que às vezes temos de "cortar na própria carne", porque somos fiscais do povo, além de legisladores, pois compete privativamente a esta Casa apurar as irregularidades e denúncias.

O Deputado João Leite está sendo alvo de ameaças por parte de pessoas anônimas, que estão ameaçando sua integridade física e a de sua família, e está recebendo o apoio do Sr. Secretário da Segurança Pública. Entendemos que a Secretaria é transparente, mas, por mais que assim seja, lá existem alguns indícios de corrupção, porque lá trabalham muitas pessoas e o órgão não é perfeito. O Sr. Secretário tem de entender que não é só na Secretaria da Segurança Pública, mas em outras também pode ocorrer corrupção, o que não é da vontade do Secretário. Entendemos que o Secretário Mauro Lopes, sendo um Deputado, é também legislador em nível federal e é pessoa responsável, que está acostumada às lides diárias e a ter transparência. Mas lá podem estar ocorrendo deslizes - que estão sendo apurados pelo Poder Legislativo - por intermédio dos seus subalternos e pela falta de uma rotina de maior vigilância.

Esta Casa está sendo criticada pelo Sr. Secretário da Segurança Pública de forma equivocada. Respeitamos, sim, o Deputado Mauro Lopes como Secretário, temos a certeza de que tem a melhor das intenções, mas quando existe um conflito na sociedade... até porque política é resolver conflitos, temos de resolver os problemas desta sociedade. A missão que o Deputado João Leite está desempenhando é tornar a sociedade viável, dar transparência à atividade dos órgãos públicos, melhorar e aperfeiçoar as regras para tirar a carteira de motorista, que sabemos que estão no âmbito da legislação federal.

Com relação à proteção das pessoas envolvidas nas denúncias das testemunhas, quero dizer que existe uma lei federal de 1999, e está tramitando no Senado outra proposição sobre o mesmo assunto.

Pedimos, Sr. Presidente, sua interferência formal junto à Procuradoria de Justiça, sua iniciativa como Presidente do Poder, para proteger seus membros, o Deputado João Leite, os demais Deputados da CPI e todos os Deputados desta Casa, para que possam desempenhar suas funções, de acordo com a Constituição Federal e a Estadual. Não vou me alongar mais, porque já deixamos clara nossa posição.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Deputado, quero simplesmente parabenizá-lo por essa correspondência lida, a qual retrata uma realidade. Quero dizer que a corrupção neste País ainda é um grande câncer, uma grande ferida na sociedade brasileira. Nós, como parlamento, temos que ter a coragem de enfrentar essas máfias que estão formadas por aí.

Máfia que está, às vezes, muito perto de nós, mais perto do que o DETRAN, talvez. Temos de ter a coragem de enfrentá-la. Neste momento, gostaria de solidarizar-me com o Deputado João Leite e com todos os que estão na CPI da Carteira de Habilitação, para que essa ameaça de morte se estenda aos 77 Deputados desta Casa. Essas pessoas são uns bandidos, uns covardes. Juntamente com o Deputado João Leite, gostaria de estar nessa linha de frente. Não podemos aceitar isso. Esta Casa está sendo ameaçada. O Deputado Mauro Lopes, Secretário da Segurança Pública, deveria estar aqui, dando apoio à CPI, porque ela é um instrumento de ajuda à administração pública; mas ele, ao criticar a CPI instalada nesta Casa, simplesmente faz o contrário. Não estamos entendendo mais nada. De que lado o Secretário Mauro Lopes está? Do lado da moralização ou do lado da máfia? É bom que ele esclareça isso.

O Deputado Miguel Martini (em aparte) - Temos apenas 1 minuto e 30 segundos para falar, talvez não dê para falar tudo o que gostaríamos. É dever do Poder Legislativo tomar uma posição violenta contra essa atitude absurda do Secretário da Segurança do Estado de Minas Gerais. Ele veio à frente do Poder Legislativo dizer que um membro desta Casa, o Presidente da CPI, é apenas "um 'Deputadozinho' que não manda nada". O Poder Legislativo está sendo agredido neste momento. Eles estão pensando que intimidarão este Poder, com relação ao que votaremos daqui a pouco no Plenário desta Casa. Não podemos aceitar isso. O Presidente desta Casa deverá tomar uma posição firme para cobrar de S. Exa. o Governador do Estado uma posição, porque um dos seus subalternos, ou seja, um dos seus comandados, o Secretário da Segurança, veio agredir o Poder Legislativo na pessoa do Deputado João Leite. A CPI não é o Deputado João Leite, mas é parte do Poder Legislativo e fala em nome deste Poder. A conclusão a que chegou a CPI - não se trata de uma questão pessoal - foi a de que o órgão do Poder Executivo chamado DETRAN é inoperante. Foram constatadas, pelo Tribunal de Contas, as suas irregularidades, a sua vulnerabilidade e a falta de fiscalização sobre esse órgão. Então, Sr. Presidente, exigimos que tome uma posição para que se restaure a autonomia e a integridade deste Poder. Pedimos que exija do Sr. Secretário da Segurança, diretamente a ele ou por intermédio do Governador do Estado, para que se retrate, pela ofensa ao Poder Legislativo. Ele não apenas ofendeu o Poder com palavras, mas fez questão de vir às escadarias da Assembléia Legislativa agredir este Poder acintosamente. Ele quer desviar para o Deputado João Leite o que é da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Exigimos isso e, como Presidente da UNALE, gostaríamos de estender essas providências a outros órgãos federais, se for necessário. Muito obrigado.

O Deputado Hely Tarquínio - Sr. Presidente, pediria o empenho de V. Exa., aqui formalmente expresso, para que possamos ter paz, no Executivo e no Legislativo. Acreditamos que a interferência de V. Exa., que é um homem aliado ao Governador, possa sanar esse conflito, para que Deputado João Leite possa prosseguir, de forma livre e sem medo, seu trabalho. É claro que ele não tem medo, mas quando se fala em integridade física, temos medo até de desempenhar nossa função. O Deputado João Leite é determinado e tem engrandecido esta Casa, como todos os Deputados que têm desempenhado suas funções nas diversas CPIs. Prestamos, aqui, nossa homenagem ao Deputado João Leite e manifestamos o apoio do nosso partido. Pedimos a todos os Deputados desta Casa que aprovelem esse requerimento, solicitando, definitivamente, o empenho de V. Exa. Muito obrigado.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, ocupo a tribuna, hoje, representando a Bancada do PT, um pouco para dar seqüência ao tema abordado pelo Deputado Hely Tarquínio, Líder do PSDB. Vários acontecimentos nos colocam com a obrigação e a necessidade de nos contrapor a uma série de irregularidades e de desmandos que vêm sendo cometidos por órgãos da segurança pública civil e militar aqui, em Minas Gerais.

Esses acontecimentos são recentes e vêm se acumulando, tanto em relação à Carteira de Habilitação e aos Promotores da Polícia Civil, como denúncias de tortura e policiais militares agredindo torcedores do Clube Atlético Mineiro, no Independência. Hoje, foram policiais militares que se alinharam a seguranças da FIAT, espancando trabalhadores que buscavam seus direitos, um deles o da greve. Nesse sentido, a Bancada não se cala.

Vou ler uma nota da Bancada do PT, em que solicitamos do Governador do Estado providências imediatas, visto ser ele o principal responsável pela segurança pública do nosso Estado. Ele é o principal responsável, em conjunto com órgãos de segurança pública. Mas a cobrança é feita ao Governador Itamar Franco, porque, de fato, o comando da Polícia Militar e o da Civil têm cometido desmandos e abusado do seu papel de garantir a democracia. (- Lê:)

"A Bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Legislativa, perplexa com os recentes acontecimentos envolvendo os responsáveis pela segurança pública em nosso Estado, vem a público pedir providências urgentes ao Governo do Estado, para acabar com a violência que se perpetra nos órgãos de segurança pública, colocando em risco não só a população carcerária sob a guarda do Estado, como também os profissionais incumbidos da fiscalização da segurança, os parlamentares que, no exercício de seu mandato, buscam apurar denúncias contra esses órgãos, assim como trabalhadores em suas reivindicações por melhores condições de trabalho.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores não pode se omitir diante do tratamento agressivo e desrespeitoso de policiais civis com relação aos três Promotores da Vara de Execuções Penais, que se dirigiram à Divisão de Crimes contra o Patrimônio - Delegacia de Furtos e Roubos -, para apurar denúncias de prática de torturas nessa Delegacia.

Da mesma forma, esta Bancada não pode se calar - e não se cala - perante os depoimentos dos presos torturados e a existência de local e equipamentos supostamente destinados à prática de tortura.

Ainda, a Bancada manifesta sua indignação contra a violência e a falta de profissionalismo da Polícia Militar no recente episódio ocorrido no Estádio Independência, quando torcedores do Clube Atlético Mineiro foram covardemente agredidos exatamente pelos responsáveis por sua proteção e segurança.

Outro episódio extremamente preocupante foi a omissão da Polícia Militar, diante da tentativa de massacre de trabalhadores rurais sem terra por jagunços organizados por latifundiários, em Capinópolis, quando do pacífico cumprimento de ordem judicial de desocupação da Fazenda Sertãozinho.

Na porta da FIAT, a Polícia Militar, agindo conjuntamente com a segurança da empresa, espancou trabalhadores, efetuou prisões arbitrárias e cometeu abusos de autoridade, colocando-se a serviço de interesses privados de uma multinacional que vem recebendo benefícios do Estado, em detrimento dos interesses da população e daqueles trabalhadores que legitimamente reivindicavam seus direitos.

Ainda, a Bancada do PT vem de público manifestar seu apoio e solidariedade aos trabalhos desenvolvidos pela CPI da Carteira de Habilitação, exigindo do Governo e das demais autoridades o cumprimento das determinações de seu relatório final, pondo fim aos desmandos que vêm ocorrendo naquele órgão.

A Bancada do Partido dos Trabalhadores requer, portanto, ao Governador do Estado, Sr. Itamar Franco, principal responsável pela segurança pública do Estado, e aos demais responsáveis pelos órgãos de segurança, a adoção de imediatas providências, para democratizar as ações das Polícias Civil e Militar, reorientando sua atuação segundo os princípios constitucionais e democráticos de direito, apurando, com rigor, os excessos e omissões cometidos, com a conseqüente punição daqueles que, com sua prática, denigrem a imagem dessas corporações e, por conseqüência, do Governo."

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, estamos encaminhando à Mesa um requerimento assinado pela Bancada, para o qual pedimos o apoio de todos os Deputados da Casa, mediante o

qual estamos requerendo que esta Assembléia Legislativa dirija ao Governador do Estado manifestação de repúdio contra os recentes episódios.

Entendemos que tanto a Polícia Civil como a Polícia Militar necessitam, urgentemente, de uma reorientação com relação a seu papel institucional. Consideramos, ainda, que os abusos de autoridade e as omissões recentemente identificados em diversos órgãos precisam, imediatamente, de medidas saneadoras.

Solicitamos, ainda, o encaminhamento de cópia desta moção ao Comandante-Geral da PMMG, ao Secretário da Segurança Pública, ao Secretário da Justiça, ao Superintendente de Polícia Civil, ao Ouvidor de Polícia do Estado, ao Corregedor da Polícia Civil, ao Ministério Público, ao Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, à OAB-MG, à CNBB, à Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos de Belo Horizonte e ao Movimento Tortura Nunca Mais.

São essas as questões que gostaríamos de levantar hoje, certos, Sr. Presidente, de que medidas precisam ser tomadas urgentemente. Não é possível que tantos fatos possam ocorrer em tão pouco tempo, sob um Governo que quer fazer mudanças e que se coloca a favor das mudanças democráticas no País. As atitudes tanto do comando da Polícia Civil quanto do comando da Polícia Militar e os abusos de policiais civis e militares significam, para a Bancada do PT, que o Governo do Estado precisa ter as rédeas do processo nas mãos, agindo com firmeza, senão, de fato, o comando dessas duas instituições, em vez de resgatar a imagem delas próprias e de um Governo que quer mudanças, acabará fazendo o contrário. Com essa preocupação, a Bancada do PT vem fazer esse alerta e essas exigências.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Deputado Rogério Correia, agradeço a V.Exa. o aparte. Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, gostaria apenas de fazer algumas observações. O caso de Capinópolis não chegou a meu conhecimento e, assim, para mim, o fato mais recente foi o que, nesta manhã, envolveu a Polícia Militar e manifestantes em Betim. Gostaria que a população também tomasse conhecimento do outro lado da moeda, que precisa ser colocado nessa balança. Os manifestantes, os metalúrgicos, como V. Exa. colocou muito bem, têm todo o direito de fazer manifestação pública, pois está previsto, em nossa Constituição Federal, o direito de greve. Cerca de 400 manifestantes, inclusive pessoas ligadas ao sindicato do ABC Paulista, fizeram, ontem, dia 28, às dez horas da manhã, um acordo com o Comando Regional da Polícia Militar da região: iriam fazer a passeata no dia 30, se corresse tudo bem, e contariam com o apoio da polícia. Assim foi firmado o acordo.

No entanto, irresponsavelmente, a liderança dos metalúrgicos mudou a data, justamente para surpreender a ação da polícia, ou seja, fizeram a passeata hoje, na parte da manhã.

O Deputado Rogério Correia* - Deputado, gostaria de fazer somente um esclarecimento. Fizeram a passeata hoje porque a empresa FIAT, que é extremamente autoritária com seus empregados, deu férias coletivas exatamente nos dias da manifestação, ou seja, amanhã e depois de amanhã. Por isso anteciparam a data da manifestação. Portanto, a culpa é da FIAT. Os diretores deveriam ser reprimidos pela Polícia Militar, em virtude da quebra do acordo, e não os trabalhadores.

O Deputado Sargento Rodrigues (em aparte) - Perfeitamente, Deputado Rogério Correia. Gostaria de terminar dizendo que quatro civis sofreram escoriações no confronto com a Polícia Militar. Chegou ao meu conhecimento que quatro policiais militares também sofreram escoriações. Disseram que houve troca de tiros durante o confronto. Não houve tiro algum. Essa informação é mentirosa. Foram utilizadas bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

Temos de pensar que lá havia trabalhadores que desejavam trabalhar e, portanto, tinham o direito de ir e vir, mas os manifestantes estavam tentando persuadi-los e impedi-los de exercer esse direito. Existe também o crime de perturbação do sossego alheio e do trabalho, que deve ser observado por aqueles que estão manifestando-se livremente. Infelizmente, isso não estava ocorrendo. Não estou querendo justificar a violência por parte da Polícia Militar. Estamos chegando a uma situação tal, que terei de recomendar ao Comando da Polícia Militar que não mande os policiais reprimirem ninguém, que deixe a situação correr livremente pelos sem-casa, pelos sem-terra, porque, do jeito que está, a polícia não pode intervir de maneira nenhuma. Agora, nós, Deputados, não devemos nos esquecer de que, por trás daquelas fardas, existem homens, seres humanos, que não receberão pedradas e porretadas de graça, sem que tenham o direito de defender-se. Não permitimos isso e estaremos atentos, a fim de informar à população que existe o outro lado da moeda. Muito obrigado.

O Deputado Durval Ângelo (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, Líder do PT, gostaria de registrar um relato que o Sr. Heguiberto, Presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos, passou a este Deputado e ao Presidente, há cerca de uma hora. Realmente, houve incidentes na BR, houve um acordo com os policiais: o ato público seria feito na porta da FIAT, onde não existem problemas de trânsito. Ao se deslocarem para a porta da empresa, quem passou a comandar a Polícia Militar foram o chefe de segurança da FIAT e o Cap. Maia, que gritava as seguintes expressões contra o Paulinho, Presidente da Força Sindical, que estava no caminhão; contra o Marinho, Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo; contra o Giba, da Confederação; contra vários Presidentes de sindicatos: "Vamos desligar esta merda, porque quem manda aqui sou eu". Ao mesmo tempo, batia, amassando o caminhão. O Presidente da Confederação Nacional desceu do caminhão, e o Cap. Maia puxou a arma, querendo atirar nele, pois quem estava comandando a operação era o chefe de segurança da FIAT. Um dos Presidentes de sindicato, ao vê-lo ameaçar e xingar, disse que precisava ser internado, porque estava doente. O Cap. Maia, espumando e totalmente descontrolado, jogou o cassetete no chão e mandou que descesse do caminhão, para pegar na mão dele. Provavelmente, esse Cap. Maia está na folha 2 da FIAT. É um absurdo o que um homem despreparado pode fazer. E, ao final, ele desligou o som, impedindo que a manifestação que havia sido acordada fosse feita.

O que quero dizer é que o Governador tome posição, ou perde o controle da polícia. Não sabia que o Sargento Rodrigues é o Governador ou o Comandante da Polícia, porque disse que vai recomendar ao Comandante da Polícia para não agir mais.

O Deputado Rogério Correia* - Sr. Presidente, apenas para encerrar, queria reforçar essa questão abordada pelo companheiro Durval Ângelo. Esse caso da FIAT não é isolado, citamos diversos outros que aconteceram recentemente, por isso queremos uma atitude do Governador perante os Comandos da Polícia Militar e da Polícia Civil. O que estamos enxergando é: ou o Governador toma as rédeas desse processo ou, de fato, isso pode estar sendo feito, inclusive, para desestabilizar o Governo. Essa é uma questão essencial. O Governador tem a obrigação de, como comandante das forças de segurança pública, tomar uma atitude urgente para que a segurança pública tenha, de fato, um caráter democrático, e não, de autoritarismo, como em vários casos recentes. Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaríamos de dizer, neste momento em que várias vezes o Secretário da Segurança Pública, Deputado Federal Mauro Lopes, foi colocado numa situação de enfrentamento, que nem o Secretário nem esta Deputada - e acredito que nem os Deputados companheiros da Polícia Militar que aqui estão - estamos aqui para dizer que as instituições não têm falhas. Têm, sim, mas têm muito mais acertos do que falhas, milhares de acertos que não estão sendo vistos por esta Casa.

E quero, neste momento, dizer que o Secretário tem todo o direito de estar questionando o relatório da CPI, um relatório absolutamente inconsistente, que não levou a nada, que mostrou, em Santa Luzia, o envolvimento de apenas três policiais e duas pessoas envolvidas com auto-escola, um relatório que não mostrou nada do que aconteceu em Pouso Alegre, nada do que tem acontecido em Juiz de Fora, que mostrou que, em Divinolândia de Minas, aliciam-se pessoas para tirar carteira de habilitação em Teixeira de Freitas, na Bahia. Se fosse fácil tirar carteira aqui, se o DETRAN daqui tivesse algum esquema de corrupção, as pessoas não transcenderiam as fronteiras de Minas para ir à Bahia buscar carteira.

É importante que digamos, para que a sociedade mineira tenha consciência, que o relatório final pede uma série de providências seriíssimas e absolutamente inconsistentes, fala que a Polícia Federal vai apreender milhares de carteiras. Onde essa CPI conseguiu mostrar que temos milhares de carteiras? Aqui fala uma Deputada que, ao longo da sua caminhada, fez trabalho investigativo. Quando pede ao juiz que determine um mandado de busca e apreensão, é porque sabe que ali existe algo.

Mas queríamos dizer que não estamos entendendo, que não sabemos se esse relatório inconsistente, vazio, que falha no seu objetivo, diz por insinuações, por murmúrios - são palavras que constam no relatório. Por insinuações, por murmúrios, não se pode estar levando uma instituição como a Polícia Civil e um órgão como o DETRAN à execração pública.

O Secretário fez bem feito e tem de mostrar para a sociedade que respeitamos o trabalho da CPI, mas não concordamos com os caminhos que vem tomando, para que seja trazido para Minas Gerais um modelo sujo, corrupto e imundo como é o exemplo do Rio Grande do Sul.

Queria dizer também da minha preocupação, enquanto cidadã, mas sobretudo, enquanto Delegada-Geral de Polícia, com a verdadeira guerra que se está estabelecendo nesta cidade, fruto do trabalho de desestabilização que se está impondo à nossa Secretaria da Segurança Pública, fruto de estarem, a cada momento, tentando tirar o sossego da polícia.

Vimos, há menos de 15 dias, um detetive assassinado em Justinópolis. Antes de ontem, outro detetive baleado, que está mal, no Hospital da Previdência. Vimos um policial militar sendo assassinado há pouco tempo. Hoje, depois de uma enorme matéria sobre um bandido que foi morto, pequenas notas sobre a morte de um Cabo da Polícia Militar. Está se estabelecendo uma guerra nesta cidade. Que os Deputados desta Casa e, sobretudo, a Comissão de Direitos Humanos tenham a sensibilidade de ver que, no momento, grassa a violência, fruto da falta de justiça social, do desemprego, que é da política neoliberal do Deputado João Leite. Que esta Casa tenha o bom senso de não estar buscando incitar essa violência. Todos esses projetos estão desestabilizando nossa instituição. Estão querendo tirar o DETRAN da nossa instituição. Estão querendo tirar a Perícia da nossa instituição. Estão querendo que políticos entrem e saiam do estabelecimento na hora que bem entenderem, sem autorização, e tantos outros que não temos tempo sequer de citar neste momento.

Portanto, fica o nosso apoio à fala do Secretário da Segurança Pública, que é um homem sério, honesto, que dirige com firmeza a nossa instituição e, só este ano, já colocou para fora dela mais de 30 policiais que praticaram crimes no exercício da função. Não acobertamos nenhum tipo de infração, mas estamos aqui para dizer que a segurança pública é o maior clamor da sociedade.

A Deputada Maria José Haueisen - Sr. Presidente e Srs. Deputados, a Assembléia Legislativa está agitada, e o problema que agita e incomoda a todos nós é a violência. Não importa de onde esteja vindo essa violência, se foi o policial ou o bandido. Seja lá quem for e de onde estiver vindo essa violência, deve ser reprimida. Não podemos admitir que bandidos, assaltantes e estupradores tirem o sossego da família e da sociedade, mas não podemos admitir, também, que aqueles que são os responsáveis por inibir e coibir tais abusos participem da violência; eles têm que ser bons policiais, devem manter a ordem, e não tornar-se torturadores ou muito pior do que isso: que constituam uma gangue, que entrem junto com os bandidos reconhecidos e declarados como aqueles que, também, estão perturbando o sossego no Estado.

Não queremos, absolutamente, denegrir a instituição, porque ela está acima das pessoas. Sabemos que, nas instituições da Polícia Militar e da Polícia Civil, existem pessoas sérias, que se dedicam, morrem e sofrem para acabar com tanto abuso e banditismo no Estado. Mas não podemos concordar com aqueles que, por corporativismo, tomam a defesa dos policiais que não cumprem a sua missão. Nada justifica a violência. Para se defender, não se justifica que o policial se torne um torturador. Peço aos Deputados que me permitam terminar a minha fala, porque já há três Deputados querendo apartear. Caso contrário, fico sem terminar.

Não podemos admitir nem aceitar que em Minas Gerais aconteçam os mesmos problemas que ocorrem no Acre. A violência nesse Estado não começou do dia para a noite. Ela se deu através de um processo que cresceu a cada dia. Em 1988, o mundo já ficou estarrecido com o assassinato de Chico Mendes, que só ocupou as páginas dos grandes jornais, tendo repercussão no País, depois que repercutiu na Europa. A morte de Chico Mendes foi apurada, e os culpados, presos. A punição foi bem suave, e, em pouco tempo, todos estavam livres.

A violência que foi se formando e se desencadeando no Acre fez com que um Governador desse Estado fosse assassinado em São Paulo. Foi um dos assassinatos mais misteriosos. Num apartamento de hotel de luxo houve uma invasão sem sinal de arrombamento. Não se sabe quem entrou e matou. Ficou tudo por isso mesmo. O Vice-Governador do Acre assumiu o Governo do Estado sem maiores problemas.

A situação chegou a tal ponto que no Acre se fabricou um Hildebrando. Foi preciso que todo mundo se escandalizasse com a gangue desse ex-Deputado para que houvesse um mínimo de preocupação com a violência nesse Estado. Coincidência ou não, as coisas só começaram a tomar novo rumo quando houve uma mudança de Governo. Hoje, Jorge Viana está no Governo do Acre e, com certeza, está dando toda a força para apuração dos crimes que ali acontecem e dos abusos que foram praticados pelo ex-Deputado Hildebrando e sua gangue.

Esperamos que o Governo de Minas Gerais não permita que em nosso Estado sejam fabricados outros hildebrandos nem gangues que se assemelhem à gangue de Hildebrando. Por isso, entendemos que aqueles que estão no comando da polícia e o Secretário da Segurança Pública devem ficar atentos a todas as denúncias que aparecerem para que a Polícia Militar e Polícia Civil não permitam que no meio de seus soldados e comandados haja abuso e violência.

Neste momento, lembro-me de um poema lindo que agora repito: "Na primeira noite, entraram na nossa casa, roubaram uma flor do jardim, e não dissemos nada. Na segunda noite, já não se esconderam mais. Mataram o nosso cachorro e pisaram a grama, e não dissemos nada. Até que, um dia, o mais fraquinho deles, percebendo o nosso medo, entrou sozinho em nossa casa, tirou-nos a luz e a voz da garganta. E porque nunca dissemos nada, já não podemos dizer mais nada".

Meus companheiros, amigos Deputados e pessoas que me escutam, o exercício da cidadania exige que cada um de nós que deseja, no Estado, democracia, desenvolvimento e tranquilidade para todo o mundo coopere e participe para que não haja ameaças como as que estão sofrendo os nossos colegas Deputados que participaram das apurações de irregularidades em relação às carteiras de motorista e às torturas e espancamentos.

Só quem não quer ver - e o pior cego é aquele que tem olhos arregalados, mas não quer enxergar - é que acredita que não houve fraude nas carteiras, que as coisas correram bem, que o Estado está muito bom e que a polícia está ótima.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte) - Inicialmente, hoje, na Comissão de Direitos Humanos, o Dr. William prestou esclarecimento.

Ele estava em frente à FIAT e pôde constatar que, de fato, foi responsabilidade da Polícia Militar toda a ocorrência de desrespeito que houve contra os trabalhadores. Quatro trabalhadores foram feridos à bala. Dois já saíram do Hospital Regional de Betim, e outros dois ainda estavam em estado grave, de acordo com a última informação que tivemos. Então, é uma situação grave.

Só que estamos apagando fogo, apagando incêndio a cada momento. Quero ser solidária com os companheiros, colegas Deputados da CPI da Carteira de Habilitação. O Deputado Ivo José foi ameaçado no início dos trabalhos. Agora, é o Deputado João Leite e toda a equipe. Somos solidários com eles enquanto seres humanos e parlamentares desta Casa.

Mas também queremos dizer que, se criticamos, é porque respeitamos e sabemos da importância das instituições Polícia Militar e Polícia Civil. Por isso temos o compromisso de questionar o que está errado. E gostaríamos de dizer à colega Deputada que, por estarmos vivendo momentos graves, esta Casa - e, principalmente, o grupo que apóia o Governador Itamar Franco - tem o compromisso de propor ações concretas para somar às suas, porque - tenho certeza - o Governador também não quer esse tipo de violência em nosso Estado.

Certamente, existem outros interesses que podem estar atrapalhando o interesse maior do Estado. Por isso quero fazer uma proposta, para que haja possibilidade de se constituir uma comissão suprapartidária específica, para estudarmos e propormos ações concretas. Criticamos os Secretários, que são responsáveis. Não é que, pessoalmente, tenham cometido essa ação de violência, mas há elementos dentro das Polícias Militar e Civil que não mereciam estar lá. Isso não significa que seja toda a instituição.

Portanto, que possamos, nesta Casa, dar uma contribuição e não só apagar o fogo, como estamos fazendo. Podemos nós, da Comissão de Direitos Humanos, mais do que ninguém, afirmar que todos os dias recebemos denúncias e mais denúncias de desrespeito aos direitos humanos, feitas por policiais civis e militares e contra eles, como já foi dito aqui.

Não queremos violência contra ninguém neste Estado. Assim, quero deixar essa proposta e o nosso compromisso. Quem realmente respeita crítica, diz a verdade e mostra o que deve ser feito. Isso não nos desmerece. Ao contrário, mostra que somos totalmente contra qualquer desrespeito aos direitos humanos, contra qualquer tortura neste Estado.

O Deputado Ivo José (em aparte) - Temos em mãos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, cópia do relatório que foi entregue a V. Exa. ontem, à tarde, e que foi aprovado nesta segunda-feira, resultado de um trabalho sério, desenvolvido na Assembléia desde o início do ano.

Exaustivamente, tivemos o cuidado de cumprir aquilo que é determinação, que é função do Poder Legislativo. Por isso, não podemos aceitar, aliás, temos de refutar qualquer argumento a favor de inconsistência, de falta de proposição desse relatório. Pelos debates que fizemos, pelos depoimentos e documentos que colhemos ao longo desses seis meses de trabalho, pudemos ver que, de fato, a vontade da população de Minas é que essa estrutura viciada mude.

Sabemos que existe muito mais do que o que está no relatório. Ele é apenas uma amostra do problema na estrutura funcional do DETRAN em Minas Gerais. As mudanças que

aconteceram em outros Estados encontraram dificuldades, sim, porque o interesse corporativo prevalece, o interesse da Associação de Delegados prevalece, porque o interesse do Sindicato dos Delegados prevalece. E entendemos muito bem as razões pelas quais a defesa da corporação se manifesta.

Mas não queremos, de maneira alguma, ao propor a saída do DETRAN das mãos da Polícia Civil, tirar responsabilidade da Polícia Civil dos crimes de trânsito e de sua função como polícia judiciária.

Não queremos que fujam de suas responsabilidades. Queremos dar uma estrutura eficiente, confiável, transparente, já aprovada em outros lugares. Fica aqui o desafio de convidar a Deputada Elaine Matozinhos para irmos juntos a Porto Alegre para conhecer a estrutura que ela diz ser corrupta, viciada, inoperante, para provar-lhe o contrário. O que tem sido propalado pela Associação de Delegados não é a verdade. Aqui estamos fazendo este desafio porque não é essa a realidade, o que já pudemos provar.

A Deputada Maria José Hauelsen - Agradecemos a colaboração do Deputado Ivo José e queremos completar sua fala, dizendo o seguinte: não precisamos saber se lá, em Porto Alegre, existe ou não corrupção. O que não aceitamos é que a corrupção exista aqui. Temos a obrigação de defender este Estado e queremos, sim, que em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, as coisas corram bem, mas não podemos falar de lá quando a nossa casa está tão anarquizada, com tanta violência e abuso.

O Deputado Alberto Bejani (em aparte) - Gostaria de parabenizá-la pelo equilíbrio que a Deputada tem demonstrado, possibilitando-me estar aprendendo com suas palavras bem-pensadas e reveladoras da realidade.

Gostaria, também, de deixar uma pergunta no ar: será que vamos continuar sendo atacados, enquanto instituição, enquanto Assembléia Legislativa? Será que estamos correndo o risco de continuar a ser manchete, na imprensa? Por isso mesmo, apresento requerimento, encaminhado ao Presidente desta Casa. (- Lê:)

"Venho solicitar, nos termos regimentais, seja convocado a comparecer nesta Casa o Exmo. Sr. Deputado Federal Mauro Lopes, Secretário de Estado da Segurança Pública de Minas Gerais, para prestar esclarecimentos sobre notícias veiculadas pela imprensa, atribuindo a S. Exa. críticas a membros do Poder Legislativo."

Gostaríamos que aqui viesse o Sr. Secretário para falar, frente a frente, que o Deputado João Leite é um "deputadozinho", que nós somos apenas "deputadozinhos". Ora, se estamos no diminutivo, por que ele se esquece que também é um Deputado, ou pensa que há diferença entre o Deputado Estadual e o Federal? Muito obrigado pelo aparte.

A Deputada Maria José Hauelsen - Não concordo com aqueles que acusam esta Assembléia. Esta Casa está no seu direito, no seu dever, na sua obrigação de apurar irregularidades. Portanto, não podem ficar atirando pedras em Deputados que cumprem o seu dever. Quero louvar todo o trabalho dessa Comissão, que apurou irregularidades nas carteiras de motoristas. Os Deputados João Leite, Ivo José e outros, há tempos, não têm tranquilidade em suas famílias e em suas casas, devido às apurações a que procederam. Quero fazer um apelo ao Sr. Governador do Estado para que tome providências para que outros "hildebrandos" não sejam fabricados em nosso Estado. Muito obrigada.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, imprensa, quero dizer-lhes da história que a Comissão de Saúde vem construindo nesta Casa. Ao longo deste primeiro semestre, a Comissão se preocupou, em audiências públicas freqüentes, em conhecer a realidade da saúde do Estado, a realidade dos órgãos ligados à Secretaria da Saúde e a realidade em que vive a própria Secretaria.

Por ocasião da discussão da LDO, a Comissão de Saúde foi a única que se reuniu com a Secretaria e propôs emendas, das quais nove foram aprovadas por este Plenário. E agora, quando anunciada a programação do orçamento do Estado, há mais de 40 dias, os membros da Comissão têm se reunido com órgãos da Secretaria da Saúde para tentar, junto ao Secretário do Planejamento, o aumento dos recursos repassados para o programa orçamentário do ano 2000. Temos insistido, em reuniões com o próprio Governador, para que possamos passar a ele o que pensamos, o que vivemos, o nosso dia-a-dia e a necessidade premente de que este Governo invista prioritariamente na saúde.

Mas, senhores, infelizmente, a proposta básica para a discussão nesta Assembléia não passa dos históricos 4% que os Governos passados têm destinado à saúde. É com frustração que a Comissão de Saúde se sente, neste momento, a menos de 48 horas de findar o prazo para que alguma modificação possa acontecer nesse orçamento e verifica que os recursos colocados no orçamento não passam de 4%.

É nesse sentido que venho trazer uma declaração da Presidência da Comissão de Saúde, que tem sido o pensamento da grande maioria dos membros da Comissão, intitulada "A saúde dos mineiros", a qual passo a ler. (-Lê:) "Não há o que comemorar na área da saúde em Minas Gerais. Dados do ano de 1997 mostram uma esperança de vida, ao nascer, de 65,8 anos para o sexo masculino e de 72,9 para o feminino, enquanto, nos países desenvolvidos, já chega aos 80 anos. A mortalidade infantil ainda é de 26,5 óbitos por 1.000 nascidos vivos, contra menos de 10 naqueles países. Nesse mesmo ano, morreram 89 pessoas de tétano e a taxa de prevalência de hanseníase era de 6,9 pessoas em cada 10 mil, acima da média nacional, que hoje é de 6,7 por 10 mil.

Certamente, o quadro descrito aponta para a necessidade de um conjunto de ações na área da saúde, desenvolvido de forma articulada pelas três esferas de governo, com participação ativa do Poder Legislativo. A Comissão de Saúde não tem medido esforços para melhorar a situação do Estado. Após amplo debate, com dezenas de entidades ligadas ao setor, foi homologado no dia 24/9/99 e publicado no diário oficial de 25/9/99 o Código de Saúde de Minas Gerais (Lei n° 13.317), dotando o Estado de um instrumento moderno e ágil para atuar na área da saúde e colocando-o na condição de gestão plena da saúde. Sem esse Código, não poderíamos entrar na gestão plena da área da saúde.

Entretanto, sabemos que não basta ter uma legislação atual se não tivermos recursos financeiros para implementar as ações. Diante dessa responsabilidade, participamos ativamente das mobilizações nacionais pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição n° 169 (e seu substitutivo 82 A), na quarta-feira passada, quando estivemos presentes como Presidente da Comissão de Saúde, o Deputado Carlos Pimenta como membro efetivo da Comissão e o Deputado Arlen Santiago como membro suplente.

Lá estivemos, visando a uma luta para vincular recursos das três esferas de governo para o setor da saúde. Inicialmente, a previsão da receita federal, com a vinculação, era de R\$21.000.000.000,00 da União; R\$4.600.000.000,00 para os Estados e R\$2.800.000.000,00 para os municípios, incrementando ano a ano, até 2004. Com o aumento das alíquotas dos impostos federais neste ano, essa previsão de recursos da União sobe para R\$30.000.000.000,00 em 2000, chegando a R\$37.000.000.000,00 em 2004, mantidas as mesmas projeções para Estados e municípios.

Ao mesmo tempo, estamos desenvolvendo um conjunto de atividades, visando elevar o patamar dos recursos do Tesouro Estadual para a saúde. O objetivo da Comissão de Saúde foi debater com o Executivo a prioridade que teria o setor da saúde no orçamento de 2000. De posse das informações necessárias, procuramos o Secretário do Planejamento para, em conjunto com os órgãos da área de saúde, debater as necessidades do setor e definir prioridades mediante os recursos disponíveis.

Todavia, diante das informações, ainda extra-oficiais, obtidas através de várias fontes, a Comissão de Saúde está apreensiva com as notícias que dão conta de um orçamento para o próximo ano igual ou menor que aquele destinado à saúde no atual exercício, sabidamente insuficiente para fazer frente aos graves problemas que atingem o setor no Estado e no País.

O quadro apresenta-se ainda mais grave quando percebemos a necessidade de que novos projetos sejam implantados no próximo ano, demandando recursos de custeio e capital, entre os quais destacamos os seguintes:

- 1 - abertura plena do Pronto-Socorro de Venda Nova; 2 - aquisição de medicamentos de alto custo e contrapartida para compra de medicamentos básicos, assumida com o Governo Federal e os municípios; 3 - pagamento de convênios para incentivo ao atendimento de urgência e emergência na região metropolitana; 4 - abertura de novos leitos de UTI neonatal; 5 - abertura de novas unidades do HEMOMINAS no interior do Estado; 6 - incremento da produção de medicamentos e imunoderivados pela FUNED - gostaríamos de dizer aos senhores que, em contato com vários pesquisadores da UNIMED, foi-nos revelada a condição do potencial da FUNED de produzir medicamentos de alta complexidade, para exportação para os outros Estados e até para outros países latino-americanos e da América Central; 7 - reforma e revitalização de unidades hospitalares da FHEMIG; 8 - implantação do Código de Saúde de Minas Gerais - não adianta termos aprovado um código de saúde abrangente e moderno, se ficar na gaveta; então, para implantar esse Código de Saúde, é preciso recursos, para que se faça a subimplementação e a subdivulgação; 9 - apoio à gestão municipal, com aporte financeiro para áreas críticas, como a carência nutricional e a atenção básica à saúde; 10 - programa de atenção aos dependentes químicos.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Gostaria de cumprimentar V. Exa. pelo pronunciamento e pela posição corajosa, ao defender a posição da Comissão e ao se manifestar contrário à pretensão do Governo de manter o volume de recursos a serem aplicados no orçamento do Estado. Na verdade, Deputado Edson Rezende, essa história, já conheço há cinco anos. Há cinco anos, estamos nesta Casa, ano após ano, discutindo a aplicação de recursos, lutando, brigando, sugerindo, reunindo e movimentando a população e as autoridades que têm poder de decisão. Todos os anos, há sempre a mesma história e sempre as mesmas promessas: "O Governo passado não aplicou, mas nós vamos aplicar"; "No ano passado, não pudemos, devido ao aperto de caixa, mas, este ano, nós nos esforçaremos".

As coisas estão acontecendo da forma que vemos aí. A saúde pública do nosso Estado está de mal a pior. Só não está pior porque, à frente da Secretaria, está um homem com experiência parlamentar. Estamos dando a ele um voto de confiança. Se não fosse pelo esforço pessoal do Secretário Armando Costa, a saúde estaria pior.

A votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 169 começou a ser discutida e votada ontem, no Congresso Nacional. Ela deveria ter sido votada semana passada, mas preferiram dar prioridade à cassação de um Deputado safado e ladrão a discutir, cara a cara e com responsabilidade, a saúde do nosso Estado. Deixaram a votação para esta semana, e perdemos contato com os Deputados. Penso dessa forma.

V. Exa. está coberto de razão. Assinamos embaixo do seu posicionamento e da sua nota, que é a da Comissão. Sabemos do seu trabalho, eu, o Deputado Adelmo, que está presente, o Deputado César de Mesquita, o Deputado Cristiano Canêdo. Temos nos esforçado. A Comissão tem dado resposta positiva a todas as empenhadas com que topamos. Acredito somente dessa forma. Afora isso, a partir de agora, serei um céptico e vou à filosofia de São Tomé: só vendo para acreditar.

Esperamos, Deputado, que essa proposta de emenda possa prevalecer. O Presidente da República já deu o sinal verde. Basta que os Deputados Federais tenham a responsabilidade de discuti-la e o dever e a obrigação de votá-la, porque, senão, continuaremos da mesma forma que vimos ano após ano, com o mesmo discurso e de pires na mão.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, vou encerrar.

Entendo que o Estado de Minas Gerais pode dar novo rumo à saúde e entrar no próximo ano garantindo o pleno funcionamento do Pronto-Socorro de Venda Nova, melhorando a oferta de medicamentos, o atendimento de urgência e emergência, ofertando novos leitos de UTI neonatal, garantindo que as regiões do Estado forneçam sangue com controle público, oferecendo financiamento adicional aos municípios para combater a fome e proporcionar um mínimo de dignidade no atendimento à saúde, especialmente a seus profissionais, e, finalmente, garantindo a implantação do novo Código de Saúde do Estado.

Temos certeza de que a sensibilidade social do Governador Itamar Franco e de sua equipe saberá responder a estas questões, evitando que o quadro caótico criado, especialmente pelo Governo Federal, na área da saúde, atinja ainda mais a população do Estado de Minas Gerais, garantindo um orçamento digno para o setor.

Nós, membros da Comissão de Saúde - vou citá-los: Deputados Adelmo Carneiro Leão, César de Mesquita, Carlos Pimenta, Cristiano Canêdo -, temos sido batalhadores, colocando as questões partidárias num patamar menor. A ideologia da saúde significa tentar resolver os problemas por que passa a população. Nesse sentido, não vamos desistir de lutar.

Conclamo os Deputados, especialmente os médicos, que vivem esse drama todos os dias, que nos ajudem no momento das emendas ao orçamento e nos aliemos pela saúde dos mineiros, que tanto necessitam da nossa ajuda. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Elaine Matozinhos - Sr. Presidente, gostaríamos de manifestar o nosso agradecimento por estar integrando a Comissão Especial. Tendo em vista o que foi colocado pelo combativo Deputado Ivo José, gostaria, no que se refere à questão do Rio Grande do Sul, de dizer que temos, em nosso gabinete, documentos que comprovam toda a corrupção existente no DETRAN do Rio Grande do Sul.

Queria dizer mais: encaminhamos, ontem, por meio de "fax", correspondência dirigida ao Presidente do DENATRAN, solicitando informações sobre dois ofícios encaminhados pela Polícia Civil do Rio Grande do Sul, contendo sérios questionamentos a respeito da forma como aquela autarquia desenvolve o seu trabalho. Acredito que poderá acontecer até a interdição da autarquia. Portanto, não estamos falando apenas por ouvir dizer, temos documentos, publicações de jornais, fitas de vídeo gravadas durante o seminário realizado pela Associação dos Delegados de Polícia, para o qual foram convidados os integrantes da CPI, que não compareceram. Temos uma vasta documentação, provas sólidas, que nos levam a fazer isso.

Não estamos aqui por indícios, por burburinhos ou por ouvir dizer, mas trazendo a nossa posição, a posição da Associação, dos Delegados de Polícia, da Polícia Civil e da Secretaria da Segurança Pública. Portanto, estamos estribados em documentos, em provas, em fatos e ofícios nossos remetidos ao Diretor do DENATRAN, solicitando informações sobre o que tem acontecido no DETRAN do Rio Grande do Sul. Muito obrigada.

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, agradeço a compreensão de V. Exa. e a indicação do nosso nome para integrar a comissão de representação que acompanhará a questão das ameaças ao Deputado João Leite. Gostaríamos de incluir nas preocupações relativas às ameaças ao Deputado João Leite todas as pessoas que estão recebendo ameaças de morte desde o início dos trabalhos da CPI.

Duas pessoas já perderam a vida. Existem ainda nomes de seis pessoas, citadas no início da CPI, que estão sendo ameaçadas. O Sr. Oracy Rodrigues, cuja casa está sendo guardada pela Polícia Militar, disse que em várias oportunidades correu o risco de perder a vida, pelo fato de haver denunciado as fraudes relativas às carteiras de habilitação ocorridas dentro do DETRAN. Existem, ainda, a Detetive Elaine, de Juiz de Fora, que está sob ameaça de morte; o Vereador José Maria Soares, do Município de Divinópolis de Minas, que está sendo ameaçado de morte; o comerciante Idivaldo Cruz e o agricultor Ivan Aparecido, da cidade de Pouso Alegre, que também estão sendo ameaçados.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, podemos perceber que tratar do problema das carteiras de habilitação é tremendamente arriscado. Gostaríamos de reforçar todas as colocações anteriores, que fizeram menção à tentativa de descaracterização do trabalho da CPI e de desmoralização do Poder Legislativo mineiro. Não se trata apenas do Deputado João Leite nem do relator, Deputado Ivo José, mas de todos os nossos colegas, que fazem parte de uma comissão suprapartidária, além de todos aqueles que colaboraram para que chegássemos à conclusão do nosso relatório.

Assim, Sr. Presidente, fica aqui esse registro. Vamos levar tais fatos ao conhecimento do Sr. Secretário, do Sr. Governador, da DENATRAN, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, enfim, ao local necessário, para que possamos moralizar e melhorar a eficiência do serviço público, de maneira específica a emissão das carteiras de habilitação pelo DETRAN. Muito obrigado.

O Deputado Sargento Rodrigues - Sr. Presidente, companheiros de Plenário, público presente, ouvi atentamente as palavras da Deputada Maria José Hauelsen e de todos que aqui se manifestaram. É de notar o equilíbrio com que essa Deputada deu a sua opinião. Gostei da forma como abordou a questão, porque evidenciou a violência que está acontecendo dos dois lados: a violência policial que está sendo registrada, mas também a violência que a polícia está sofrendo. Se a polícia está sofrendo essa violência, imagine-se como a sociedade está desprotegida.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, como já deixei registrado, que, em nenhum momento, vou me acovardar. Todas as vezes que isso acontecer em Minas Gerais, estarei, desta tribuna, registrando os fatos. Gostaria de deixar claro que o Detetive Nilton Pires de Araújo, de 35 anos, durante uma operação policial, tentou prender um marginal que estava roubando carros na região de Contagem, e foi baleado covardemente. Sofreu uma violência. Na data de ontem, tivemos o falecimento do Cabo Jean Pierre Nunes, de apenas 25 anos de idade, que estava indo ao ponto de ônibus pegar o seu coletivo para ir trabalhar, fardado, e o marginal teve a coragem de ir por trás dele, arrancar a sua arma e desferir-lhe um tiro na cabeça. Então, estou registrando mais esses casos e pedindo aos companheiros da Comissão de Direitos Humanos que entendam que o policial também é cidadão, é um ser humano que defende a nossa sociedade e, cada vez mais, está sofrendo violência. E a instituição sofre com as críticas. Estamos vendo a morte do policial ser banalizada. O nosso policial está morrendo dia a dia, e ninguém se preocupa com isso, ao passo que, quando ocorre uma violência policial, temos aqui 10, 15 Deputados preocupados. Infelizmente, venho me manifestando constantemente, mas são poucos os companheiros que têm a coragem de me apartear. O policial é cidadão, é de carne e osso, tem esposa, tem filhos, e também precisa

viver dignamente. Mas está sofrendo toda a violência de marginais.

Infelizmente, também, Deputada Maria José Hauelsen, quero dizer que concordo com as palavras do seu poema: primeiro ele entra, invade a sua casa e pisa a sua grama; depois, vem e mata o seu cachorro; depois, entra, assalta, rouba, furta, estupra a sua filha, a sua esposa, faz o que bem entende. Depois, vai para o presídio e vai fazer rebelião, vai botar fogo em colchão. Isso tem de ser dito aqui também, porque preso que está lesando a sociedade tem de ficar preso e sofrer os rigores da lei, sem ser defendido quando fizer rebeliões.

Queremos deixar bem claro também que, como Deputado, não deixarei que a polícia sofra ataques sem que seja feita a sua defesa e sem que seja encontrado um ponto de consenso, de equilíbrio, como foi muito bem dito pela Deputada Maria José Hauelsen, a quem volto a parabenizar. A polícia mineira é uma boa polícia, e não é toda a instituição que pode sofrer todo tipo de crítica. Os maus policiais têm de ser extirpados da polícia, mas os bons têm de ser lembrados. E não só por mim e pela Deputada Elaine Matozinhos, mas por todos os Deputados desta Casa. Muito obrigado, Sr. Presidente.

76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 30/9/99

O Deputado Doutor Viana - Sr. Presidente, Srs Deputados, pessoal da imprensa, senhoras e senhores, inicialmente quero dar parabéns a todas as secretárias da Casa e a todas as secretárias de nosso Estado, que nos prestam os mais variados serviços. Trata-se de uma classe muito importante e que merece o nosso aplauso. Parabéns a todas as secretárias pelo dia de hoje!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, quero também nesta tarde falar sobre um assunto que está nos preocupando enquanto médico, que é a maneira como a Vigilância Sanitária do Estado vem agindo com relação aos hospitais, principalmente os da Capital. É seu papel fundamental e importante fiscalizar a qualidade dos serviços prestados pelos nossos hospitais. Mas também fica patente que, na minha maneira de entender, o caráter preventivo, de observação, de correção deve ser, inicialmente, o desejado.

Não concordo que a Vigilância Sanitária aja de maneira punitiva, de maneira agressiva, às vezes, porque houve alguma deficiência em algum departamento, já interditando-o, fechando-o e dizendo para a imprensa que o hospital - e aí cita o nome - não está em condições de funcionamento. Isso está ocorrendo e nos preocupa, porque, na maioria das vezes, não é o hospital que não tem condições de funcionamento, mas um determinado departamento, algum setor localizado.

Vários foram os hospitais notificados e fiscalizados pela Vigilância Sanitária, mas cito, como exemplo, o Hospital Evangélico. Lá, a coordenadora do Departamento de Enfermagem, por sinal, é filha de nosso colega Deputado Marco Régis. Esse departamento foi notificado por deficiência, mas somente pela maneira como a Vigilância Sanitária agiu, a população hoje discrimina esse hospital. Diz que ele não tem condições, que há risco de infecção e, por isso, não quer o atendimento lá, e em tantos outros que foram notificados de uma maneira agressiva e até punitiva.

Não tiro a capacidade de setor de Vigilância Sanitária realizar o seu papel preponderante de fiscalizar, de apontar falhas, de cobrar correção. Mas que cobre a correção antes de vir com a punição. Deixo registrado o meu alerta porque estão deturpando, e a população tira de tudo isso uma definição generalizada de que o hospital não serve, que está interditado, que tem risco de infecção. Assim, além dos baixos preços de diárias hospitalares que o SUS paga, os hospitais ainda ficam submetidos a essa condição ruim.

Também chamo a atenção da Mesa, porque, há dois meses, pedi, nesta tribuna, que fosse marcada uma homenagem especial à Legião da Boa Vontade, pelos seus 50 anos de relevantes trabalhos prestados em todo o Brasil e em Minas Gerais, principalmente nas áreas social e da educação.

Volto a cobrar da Mesa que marque essa data, porque, no princípio de janeiro, a LBV completa 50 anos de existência, e esta Casa tem obrigação de lhe prestar homenagem especial, por todos os trabalhos prestados à comunidade mineira. Pedi desta tribuna que a Mesa criasse uma comissão para fazer uma análise crítica e que definisse uma política determinada a solucionar efetivamente o problema do menor de rua, em Belo Horizonte.

Vou fazer considerações que se referem a casos que vêm acontecendo na nossa comunidade. Quero, também, homenagear a todos aqueles que comemoraram, entre 18 e 28 deste mês, a Semana Nacional Educativa do Trânsito, pela sua importância.

Foi comemorada, de 18 a 28 deste mês, a Semana Nacional Educativa do Trânsito, de especial importância para a conscientização de todos, principalmente agora que o País adota uma legislação recente.

Estão de parabéns as entidades promotoras dessa Semana, pelos objetivos e pelos resultados, bem como pela maneira criativa com que foram desenvolvidas as suas atividades.

Uma delas chamou a atenção de motoristas e pedestres e, com bom humor, pedia um trânsito sem estresse.

Missão quase impossível nos dias de hoje. Os motoristas e, principalmente, as motoristas vêm sendo vítimas de uma nova modalidade de roubo: ao parar, em obediência aos semáforos, são abordados por ladrões, muitos deles menores de rua, que, com ameaças, exigem dinheiro.

Alguns se servem de cacos de vidro, outros de lâminas ou estiletes, outros sequer exibem armas, mas escondem uma das mãos sob a roupa, dando a perceber que portam algum instrumento de ofensa à integridade física.

Abordam principalmente as mulheres, à procura de bolsa, sendo que algumas delas, ao dizerem que não têm dinheiro, são obrigadas a mostrar o interior da bolsa.

Em caso recente, diante da recusa da motorista em entregar a bolsa, que se encontrava sobre o banco traseiro, o ladrão teve a tranquilidade, para não dizer a ousadia, de pegar uma pedra e com ela quebrar o vidro do carro, agarrando a bolsa.

Noutra oportunidade, a motorista alegou que não tinha, naquele momento, dinheiro nem bolsa, e teve o desprazer de ver o seu carro amassado, a socos e pontapés do agressor.

Tudo se passa em segundos, muita gente vê, e nada acontece.

Há poucos dias, um motorista foi abordado em pleno centro da cidade, na Av. Afonso Pena, tendo que entregar R\$300,00 ao assaltante, que ameaçava dar-lhe um tiro na cabeça e tinha a mão direita escondida sob o agasalho. Pode ser até que não houvesse arma alguma. Mas quem vai querer pagar para ver?

Não há locais seguros contra esse tipo de roubo. Tive notícias de alguns em plena Praça da Savassi, na Augusto de Lima com Bahia, na Bias Fortes, próximo ao Palácio da Liberdade, na Tupinambás com Curitiba. Onde houver semáforo, aí está o risco.

Não há escolha para os motoristas. Se não param no semáforo, há o risco e a multa. Se param, vem o assaltante.

A situação está tão crítica que uma emissora FM da Capital vem dando dicas de segurança, como travar portas e só dirigir com os vidros fechados. No entanto, nem isso resolve mais, pois os ladrões quebram vidros e danificam os carros.

Fica registrada a minha preocupação e um pedido às autoridades ligadas à segurança pública para que algum trabalho preventivo e mesmo repressivo possa ser feito. Talvez um monitoramento, junto aos semáforos, por policiais à paisana. Mas, principalmente, uma política de identificação, triagem e assistência aos menores que estão envolvidos com essa prática lamentável. Retirá-los das ruas e proporcionar-lhes meios de viver dignamente, para que os motoristas possam voltar a dirigir sem estresse.

Há mais de três meses fiz um pedido à Mesa, para que se criasse uma comissão a fim de estudar uma política para solucionar efetivamente o problema do menor de rua em Belo Horizonte.

Quero também relatar que pedi à Mesa, há mais de três meses, que constituísse uma comissão permanente para o combate às drogas, cujo consumo, lastimavelmente, vem se alastrando em nossa sociedade. Mas ainda não foi possível, e volto a lembrar e a cobrar da Presidência desta Casa e da Mesa Diretora que se crie, o mais rápido possível, essa comissão. Eram essas as minhas palavras, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Deputado Álvaro Antônio* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, na última terça-feira, juntamente com uma comissão comandada pelo Prefeito Célio de Castro, tivemos oportunidade de ir a Brasília para tratar de assunto referente ao metrô de superfície da nossa Capital. Nessa visita feita ao Dr. Waldemar Gioni, Secretário de Orçamento do Ministério de Orçamento e Gestão, ficou acertada a liberação de R\$53.000.000,00 para serem aplicados no metrô de superfície da Capital. Desse montante, R\$4.000.000,00 seriam destinados para o trecho 2, que compreende o ramal Barreiro-Calafate, e R\$49.000.000,00 para o trecho 1, entre as estações do Eldorado e Venda Nova. Naquela oportunidade, aquele Secretário assegurou que esses recursos seriam liberados de imediato, para que pudessem ser acoplados nessas obras. De acordo com o plano plurianual, serão destinados para Minas Gerais, por intermédio do Programa Avançar, Brasil nada menos que R\$1.840.000.000,00. Naturalmente, os R\$414.000.000,00 destinados ao metrô de superfície seriam diluídos ao longo do quadriênio, que é o que abrange o plano plurianual.

Acho que essa visita foi positiva, tendo em vista que todos sabem que o metrô de superfície se arrasta por mais de 17 anos na nossa Capital, fruto da inexistência de alguém preocupado com os transportes em Minas Gerais, sobretudo o transporte ferroviário.

Mas, felizmente, com o encaminhamento a esta Casa do Fundo Rodoviário de Minas Gerais, acreditamos que, após duas décadas, apareceu um Governador que irá se preocupar com o transporte, não apenas com relação ao transporte rodoviário, porque Minas Gerais é essencialmente vocacionada para esse tipo de transporte, mas também com relação ao transporte ferroviário, aeroviário e, sobretudo, há preocupação quanto ao transporte hidroviário, pois, sem dúvida alguma, Minas Gerais, a segunda caixa-d'água do mundo, com mais de 5.000km de vias possivelmente navegáveis, merece apoio e reconhecimento maior por parte das autoridades. Felizmente, o Governador Itamar Franco encaminhou a esta Casa esse projeto, que, sem dúvida alguma, será de grande valia para o transporte em Minas Gerais.

Srs. Deputados e Sr. Presidente, tivemos a oportunidade de trocar idéias com o ex-Ministro e ex-Deputado Eliseu Rezende, que, felizmente, está comandando a bancada federal com relação aos aportes no orçamento do ano 2000 para o sistema de transporte em Minas Gerais. Levamos até ele a nossa preocupação com relação ao anel rodoviário. Essa preocupação foi também evidenciada pelo Deputado Márcio Cunha, que, em uma reunião, em conjunto com a Comissão Permanente dos Transportes, trouxe um Chefe do 6º Distrito Rodoviário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem e, também, o Diretor-Geral do DER-MG, para que pudessemos discutir os problemas do anel rodoviário.

Como todos sabem, ele tem 23km de extensão. Não é bem um anel rodoviário, é um semi-anel rodoviário, porque possui apenas uma alça, que liga, praticamente, a BR-040, na entrada de Belo Horizonte, até a saída da cidade vizinha, Sabará. Esse anel foi projetado para o tráfego de 25 mil veículos por dia, mas, hoje, está operando com nada menos do que 80 mil veículos por dia. Para os senhores terem uma idéia do que está acontecendo no anel rodoviário, o índice de desastres chega a atingir 14% das mortes ocorridas na Capital. Belo Horizonte tem mais de 3.000km de vias, e o anel rodoviário, com 14% das mortes ocorridas na Capital, tem 26km de extensão. Realmente, esse é um quadro que preocupa não apenas nós, representantes do povo, como também a população de Belo Horizonte. Dialogamos com o ex-Ministro Eliseu Rezende, mostrando a ele que esse plano plurianual tem, pelo menos, a intenção de construir um grande anel na região metropolitana. Perguntaria aos Deputados, ao Sr. Presidente e às lideranças comunitárias que foram a Brasília, nesse encontro, se não seria muito mais objetivo, prático e inteligente terminarmos o anel que já existe em Belo Horizonte, que não é um anel, é um semi-anel, que deverá receber, agora, o aporte de R\$50.000.000,00, para a sua recuperação e para que possa se tornar menos perigoso. Se não seria também prudente que as autoridades, principalmente a Secretaria de Transporte, fizessem um "lobby" junto ao Governo Federal, para, em vez de construir um novo anel, terminarem o anel já existente e, além do aporte de R\$50.000.000,00, obterem os aportes dos recursos do plano plurianual. De que adiantaria construir um anel rodoviário para a nossa Capital, se ele está a mais de 70km ou 80km do Centro de Belo Horizonte ou de muitas regiões da área metropolitana?

Portanto, fica a nossa solicitação de apoio de todos os Deputados, a fim de que recuperemos o anel rodoviário. Posteriormente, poderemos voltar a nossa atenção para outro, na região metropolitana.

O Deputado Márcio Cunha (em aparte) - Ilustre Deputado Álvaro Antônio, em primeiro lugar, tenho certeza de que falo em nome da nossa bancada e, de certa forma, de todos os Deputados, para parabenizar V. Exa., que tem conduzido com tanto êxito e esmero a Comissão de Transporte da Casa.

Quero cumprimentar também V. Exa. pela oportunidade de suas palavras. Já tinha ouvido, na reunião conjunta de nossas Comissões - Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária e Comissão de Transporte -, sua fala sobre esse assunto. Trouxemos aqui o Diretor-Geral do DER e o Diretor-Geral do DNER para conversarmos a esse respeito.

Nossa posição é absolutamente idêntica. Queremos, sim, o rodoanel. São 60 kms que, de certa forma, são importantes e integram a Região Metropolitana de Belo Horizonte. Mas é um desrespeito com o movimento SOS Anel Rodoviário e com os belo-horizontinos. V. Exa., morador tradicional da região do Barreiro e que usa, quase que diariamente, o referido anel, sabe que é um desrespeito para com Minas e para conosco.

Quando o anel rodoviário foi concebido, na década de 70, não se imaginava que tiraria do centro da cidade o grande trânsito. Recentemente, nós, Vereadores à Câmara Municipal de Belo Horizonte, conquistamos o nosso plano diretor, dando, portanto, uma diretriz mais sensata para o crescimento de Belo Horizonte. Infelizmente, a cidade cresceu muito, mas, geograficamente, ainda é um município pequeno. Então, o anel rodoviário, hoje, tornou-se uma via urbana. Mas não adianta o Estado ou a Prefeitura assumi-lo se o Governo Federal não complementá-lo.

Parabéns a V. Exa. É nesse sentido que queremos trabalhar. Quero, em nome de nossa Comissão e de nossa bancada, cumprimentar V. Exa. por seu pronunciamento. Muito obrigado.

O Deputado Álvaro Antônio - Agradeço o aparte do Deputado Márcio Cunha, grande Vereador da Capital mineira. Na Câmara Municipal de Belo Horizonte, evidenciou as suas preocupações com o Anel Rodoviário. Trouxe para a Assembléia Legislativa o seu trabalho em prol do Anel Rodoviário, reunindo-se com lideranças comunitárias, principalmente das regiões Leste e Norte da Capital. Da última vez que fizemos uma visita ao Anel, pudemos verificar quanto está difícil o recomeço da sua recuperação, tendo em vista as grandes invasões realizadas em suas marginais.

O Anel Rodoviário conseguiu resistir, heroicamente, a uma passagem de nível ao longo da sua travessia dentro de nossa cidade. Nesse aspecto, devemos respeitar as várias gestões do DNER, que mantém o Anel sem nenhum cruzamento do mesmo nível, o que facilita o escoamento rápido dos veículos que vão da região Leste para a Oeste, ou vice-versa.

Fica aqui, mais uma vez, registrada a nossa preocupação com o Anel. Devemos lutar para não pensarmos num novo anel rodoviário, mas sim na recuperação do que já existe em nossa cidade.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Quero cumprimentá-lo, Deputado Álvaro Antônio, porque, na verdade, a questão do transporte de Minas Gerais, transporte urbano e intermunicipal, sempre foi um tema ardorosamente defendido por V. Exa., que já foi Secretário de Transporte e lutou pela reativação dessa Secretaria e tem todos os motivos para fazer um pronunciamento de tamanha envergadura e importância.

Gostaria, apenas, de alertá-lo para um problema: é muito importante que haja um entendimento entre as pretensões de V. Exa., que são as da Casa, o que encampamos, e do Governo do Estado, e as pretensões da bancada federal. Em nenhum momento, o Estado de Minas Gerais poderá terminar as obras do Anel Rodoviário de Belo Horizonte e as outras obras rodoviárias, ferroviárias e, até mesmo, hidroviárias, sem a participação do Governo Federal, por meio de verba no orçamento. Sugeriria a V. Exa., e nossa bancada se propõe a ajudá-

lo, que fizéssemos o encontro imediato de V. Exa., como representante da Assembléia, com os Deputados Federais, para marcarmos posição, pois, do contrário, escolherão as dez emendas de bancada, deixando de fora essas obras importantíssimas para Belo Horizonte e para Minas Gerais. Parabéns por seu pronunciamento!

O Deputado Álvaro Antônio* - Muito obrigado, Deputado Carlos Pimenta, mas informo a V. Exa. que, nessa viagem a Brasília, tivemos a oportunidade de, junto com o Sr. Prefeito, realizar uma reunião com os Deputados Federais da bancada mineira. Ficamos um pouco decepcionados, porque são 53 Deputados, e somente compareceram à reunião 5 deles, ou seja, praticamente 10%. É de grande proveito a sugestão de V. Exa., quando solicita uma participação maior dos Deputados de Minas Gerais, para, junto com os Deputados Federais, trabalharem para inserir no orçamento uma determinada verba, não só para enfrentarmos a recuperação do atual Anel Rodoviário, como também para construirmos a sua outra alça, de leste a oeste. Isso não nos impede, entretanto, de fazer os estudos preliminares, o que seria importante para já adiantarmos as verbas para o grande anel de Belo Horizonte. Mas não vamos deixar uma obra pela metade e pensar em outra, pois, assim, acabaremos sem nenhuma. Muito obrigado, Sr. Presidente.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, público presente, membros da imprensa, chegou às nossas mãos todo este material, que, em atenção a requerimento nosso, foi solicitado pela Comissão de Saúde. São os documentos da CTNBio, relacionados à liberação para a pesquisa científica e para cultivos comerciais no Brasil.

A CTNBio é o órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia encarregado de autorizar a liberação de organismos geneticamente modificados no ambiente. Ao todo são 84 comunicados, todos publicados no "Diário Oficial da União" no período de novembro de 1996 até junho de 1999.

Tais documentos constituem-se em uma importante fonte de informação, uma vez que contêm todas as solicitações, por parte de empresas privadas e públicas, de comprovação de idoneidade técnico-científica e, principalmente, de autorizações para liberação no meio ambiente, em caráter experimental ou comercial, de Organismos Geneticamente Modificados - OGMs.

Os transgênicos, como são conhecidos os vegetais obtidos a partir da modificação genética, têm provocado polêmica em todo o mundo, principalmente por causa da profunda desinformação da sociedade e dos próprios cientistas quanto a seus possíveis efeitos sobre o meio ambiente e a saúde humana.

Plantas transgênicas possuem sua estrutura molecular modificada a partir da transferência de genes de uma espécie para outra, possibilitando alterações nas características do organismo recombinado geneticamente. A biotecnologia é hoje uma realidade que deixa os laboratórios e ganha o cotidiano dos indivíduos numa velocidade própria à nossa época, sem que, entretanto, haja clareza sobre todas as implicações, principalmente por representar uma transformação abrupta na qual a descoberta científica torna-se logo um produto tecnológico apropriado por megaempresas interessadas em manter seu papel hegemônico na corrida pelo mercado.

A mudança de paradigmas tecnológicos tem lançado empresas na busca desenfreada por inovações, desde as pesquisas até as atividades humanas geradoras de novas tecnologias. As propostas sucessivas de modificação no modelo do ensino superior brasileiro e os debates acerca da autonomia universitária atestam que, hoje, mesmo nas universidades públicas, parte considerável da pesquisa já é dirigida para alimentar a demanda pela corrida tecnológica e científica, orientada pelos grandes interesses privados, como se o caminho da aceleração científica fosse linear e desprovido de contradições.

Entretanto, os efeitos colaterais da evolução econômica e científica apenas começam a ser anunciados, levando-nos a questioná-los em relação aos aspectos sociais e ambientais produzidos.

Sabemos que, quanto maior é o poder do homem sobre a natureza, mediado pela ciência e pela técnica, mais a natureza torna-se o campo minado da própria humanidade do homem, submetendo-o às máquinas que ele mesmo construiu, enquanto sua idéia de progresso científico e tecnológico caminha em sentido oposto ao progresso da ética e da moralidade na conduta humana. O aprofundamento do divórcio entre natureza e homem incentiva a existência do ser humano, cada vez mais egoísta, a perseguir a satisfação incondicional dos seus desejos como sujeito não racional, antiético e preso ao círculo vicioso das necessidades produzidas artificialmente.

Não podemos afastar a discussão sobre os alimentos transgênicos do momento de crise ética na ciência e na apologia do mercado como espaço dos desejos humanos ilimitados.

* - Sem revisão do orador.

77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discurso Proferido em 5/10/99

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa, companheiros da galeria que nos visitam hoje e acompanham este belíssimo trabalho da Assembléia Legislativa, onde se vêem os Deputados trabalhando: quero registrar meu contentamento pela aprovação da emenda solicitada por nós ao Tribunal de Justiça, para a criação da 2ª Vara Cível de Andradás.

Essa foi uma luta que contou com a participação de toda a comunidade andradense, políticos locais e muitos companheiros nossos, como os Deputados - e aqui gostaria de registrar que foi um trabalho conjunto dos Deputados Sebastião Navarro Vieira, Durval Ângelo, Miguel Martini e outros.

O projeto agora vem para a Assembléia e, com certeza, aqui vai receber mais adesões. Estão de parabéns os Vereadores que se empenharam, tendo à frente o Presidente da Câmara, Fernando Molinari Perez, o Prefeito Wilkie Veronese, o Promotor Nívio Leandro Previato e a Juíza Nilce Mendonça Mansur.

Quero também, nesta tribuna, saudar minha amiga Liliane Carneiro Costa Hermeto, esposa do nosso companheiro Eduardo Hermeto, pelo lançamento de mais um CD.

Liliane é dessas raras pessoas que têm o toque de Midas, não por transformar em ouro, no sentido exato da palavra, as coisas que toca, mas, sim, por transformar em brilho, em sucesso todos os seus empreendimentos.

É empresária bem-sucedida, porque se dedica com afinco ao que faz. Extremamente bem preparada profissionalmente, a Diretora de Marketing da Construtora Líder cresceu e ganhou o respeito de todo o setor.

Ao lado de todo esse sucesso na área de "marketing", o coração inquieto de Liliane e sua enorme sensibilidade a impulsionaram para sua verdadeira vocação: a música. E o resultado é um trabalho denso, num CD despojado, cheio de suavidade, que é a marca maior da artista Liliane Hermeto.

O novo CD, lançado esta semana no Diamond Mall, é uma seqüência do primeiro, que, ao lado de uma seleção de músicas de vários autores, veio acompanhado de uma bela produção e um belíssimo "clip" no especial cenário barroco de Ouro Preto.

Liliane mostra agora seu talento de compositora, com a inclusão de músicas de sua autoria, coroando uma carreira que, sem grande alarde, bem mineira mesmo, vai ganhando espaço num público especial, que gosta de colecionar o que é belo, o que é bom, o que é duradouro, sem a faduidade do instantâneo, tão em moda no cenário musical nacional.

Parabéns, Liliane! Faça como o poeta Carlos Drummond de Andrade: vá ser "gauche" na vida. Siga seu talento e sensibilidade, e que eles continuem a frutificar mais e mais em

novos discos e "shows".

O Deputado Eduardo Hermeto (em aparte) - Meu caro amigo Deputado Alencar, essas são palavras de um colega, de um amigo que tocam fundo o meu coração. Primeiramente, por uma razão óbvia: porque se trata de uma pessoa da minha mais íntima relação, que é a minha esposa. Mas também porque não posso deixar de concordar com todas as belas e profundas palavras que V. Exa. proferiu.

Liliane é, sim, com certeza, uma pessoa privilegiada, uma empresária de sucesso, uma pessoa que tem um trabalho social, mas tem também tempo para deixar desabrochar seu talento na área cultural.

Agradeço muito o reconhecimento de V. Exa. pelo trabalho de Liliane. Quero compartilhar as suas palavras e dizer que o amigo, o colega tocou muito o meu coração.

O Deputado Alencar da Silveira Júnior - Muito obrigado pelo aparte. Gostaria apenas de relembrar uma parte do nosso discurso. Pela amizade que tenho com Liliane e com o próprio Hermeto, esse casal simpático, posso repetir que Liliane é dessas raras pessoas que tem o toque de Midas. Muito obrigado.

78ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 6/10/99

O Deputado Ivo José - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, o Brasil amarga a dolorosa estatística das tragédias provocadas pela insanidade humana ou pelo autoritarismo.

Na nossa história, se de um lado são raros os exemplos de revoluções violentas, de outro, são milhares as vítimas dos abusos autoritários, a maioria inocentes trabalhadores ou homens do povo que lutam por um pouco de paz e tranquilidade para as suas famílias.

Não se pode apagar de nossa memória fatos como o de Carandiru, em São Paulo, Vigário Geral e Candelária, no Rio de Janeiro, o massacre dos Ianomâmis, em Rondônia, a violência de policiais em Volta Redonda e tantos outros.

Para que fatos como esses não se repitam, para que sejamos responsáveis pela construção de instituições verdadeiramente democráticas, para que os culpados sejam punidos exemplarmente é que voltamos a esta tribuna, em memória dos operários mortos no dia 7/10/63 - portanto, há 36 anos - durante o que ficou conhecido como o Massacre de Ipatinga.

O dia de terror e sangue foi o prelúdio do que a Nação sofreria com o golpe dos militares em março de 1964. E justamente para não incriminar policiais, a ditadura preferiu a omissão e o silêncio, e os culpados foram, mais uma vez, impedidos de ser julgados com justiça.

Mas, por ironia, mesmo que a história oficial, escrita sob a censura, não registre tais fatos, a história revive na memória desse povo, que anseia e reivindica justiça. Ipatinga nunca se esqueceu dos gemidos dos trabalhadores feridos pelas balas dos militares; nunca deixou ninguém limpar o sangue dos inocentes, da criança de apenas quatro meses, morta no colo de sua mãe. Não se esqueceu do ritmo alucinante e terrível das botas do Exército brasileiro, invadindo residências e sindicatos, numa busca inócua de líderes para um movimento popular que nasceu da fome de justiça e de vida digna.

E o silêncio que reinou durante quase duas décadas entre os portões da USIMINAS, onde se iniciou o massacre, e nos bairros operários, onde se consumou, foi a resposta do povo desarmado, que soube conter o seu ódio, para depois transformá-lo em luta pela democracia e justiça social.

Ipatinga, hoje, lembra os seus mortos, mas nunca enterrou a esperança de ver o País com liberdade, com justiça social, de ver o fim das impunidades e de festejar a democracia plena.

O massacre dos trabalhadores metalúrgicos, mulheres e crianças está registrado na história da cidade, forjada no aço, que lhe deu sustentação econômica e desenvolvimento, mas que também ensinou que a democracia deve ser vigiada, fiscalizada e, sob qualquer ameaça, imediatamente denunciada.

Infelizmente, estamos no País que conviveu com a submissão à Coroa portuguesa, que abrigou a escravidão e que sofreu a tirania dos coronéis latifundiários. Como se não bastasse, o Brasil sobreviveu à ditadura de Vargas e reconquistou a cidadania depois de 20 anos de terror durante o Golpe Militar de 1964.

O autoritarismo tornou-se característica dos governantes, sob o signo da força militar ou sob a imposição das medidas provisórias. A Constituição Brasileira é constantemente rasgada, violada, principalmente quando se trata dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos.

E é por isso que, enquanto perdurar esta situação, o Massacre de Ipatinga será lembrado todo dia 7 de outubro, até que seus mortos e sobreviventes sejam alçados à categoria de heróis, pois deles nasceu também a esperança de um mundo justo.

Peço a esta Casa, Sr. Presidente, que o dia 7 de outubro seja reverenciado como um marco de luta pela democracia, pela liberdade e pelo respeito aos direitos civis, porque essa é a única forma de estancar a tristeza e o terror e inaugurar a permanente vigília para que a impunidade seja abolida do nosso País, para que toda a sociedade fique atenta às arbitrariedades, porque, como ocorreu em Ipatinga, em 1963, podem se transformar em tragédias.

Ipatinga presta sua homenagem a todos os trabalhadores rurais e urbanos que lutam para sobreviver e para fazer valer os seus direitos. Ipatinga presta sua homenagem a todos aqueles que acreditam em Minas e no Brasil e continuam persistindo na busca de instituições democráticas consolidadas.

Ipatinga hoje, depois de três administrações populares consecutivas, é o exemplo da força de nosso povo, é o exemplo de democracia e participação popular e vem provar que é resgatando a nossa história, a história das nossas lutas, que encontraremos o caminho seguro para a construção de um país justo, cidadão e digno de se viver. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa, funcionários da Casa, senhoras e senhores, a indústria do turismo deve consumir-se em Minas Gerais com o governo, sem o governo ou até mesmo contra o governo. Esta frase, lapidada pela inteligência do Professor George Norman, não pode ser encarada pelo governo do Estado como retórica ou discurso profano.

Ao contrário, deve ser vista como alerta máximo a fim de que as políticas públicas saiam do papel para ganhar as ruas das cidades mineiras, a levar benefícios múltiplos para a nossa população sedenta de justiça social.

Enquanto a iniciativa privada e esta Casa se integram na luta pelo crescimento do turismo, o governo mantém-se inerte e à margem dos principais acontecimentos que formam opiniões e propõem novos caminhos para a implementação de políticas públicas no setor.

Na semana que passou, aconteceram dois grandes eventos que discutiram o tema. O maior deles foi a Décima Terceira Assembléia Geral da Organização Mundial do Turismo, na capital chilena, com a participação de 138 países, representados por ministros e responsáveis pela área de turismo das respectivas nações. Do Brasil partiram observadores dos governos estaduais do Pernambuco, do Rio Grande do Sul, da Bahia, de São Paulo. O executivo de Minas Gerais não compareceu. Entretanto, representando esta Casa estavam os

colegas Pastor George Hilton, o Deputado João Paulo Gomes dos Santos e esta Deputada.

A importância que este Poder presta ao tema supera qualquer expectativa para merecer os maiores elogios do Secretário-Geral da Organização Mundial de Turismo, Sr. Francesco Frangialli, que recebeu de nossas mãos o encaminhamento de filiação deste Parlamento ao mais importante organismo internacional do turismo, feita pelo Presidente Anderson Aduato, acompanhado de material institucional da Casa, que impressionou a todos pela qualidade e modernidade de suas propostas.

Outra acertada decisão do nosso Presidente foi encaminhar ofício ao Presidente da Câmara dos Deputados da República do Chile, Sr. Carlos Montes Cisternas, discorrendo sobre nossa intenção de iniciar uma interação institucional entre as duas Casas Legislativas, vislumbrando maior união entre os povos do Chile e de Minas Gerais. A trágica morte de um deputado chileno causou verdadeira comoção no país, levando o parlamentar a cancelar todos os compromissos nos dias 27 e 28 passados.

Entretanto, comunico a esta Casa que o ofício e as publicações que levamos foram recebidas pelo Ministro da Economia, Fomento e Reconstrução, Sr. Jorge Leiva, que fará essa entrega ao Presidente do Parlamento Chileno. Um momento, para que possa traduzir uma das falas do Presidente do Chile, na Organização Mundial do Turismo: lá, um País que há somente oito anos revive a democracia em seu País.

Há um incentivo claro ao turismo da terceira idade hoje para nossas Minas Gerais. Momento em que, publicamente, também temos que parabenizar a Deputada Maria Olívia pelo encantamento que ontem trouxe a esta Casa e o respeito àqueles que já atingem a maior idade.

Disse o Presidente Chileno que queria comentar com os cidadãos chilenos a possibilidade de viajarem e conhecerem seu próprio País, porque assim estariam sentindo como chilenos, como pessoas do seu País, e a partir daí seriam capazes de reproduzir para as gerações vindouras o que é ser patriota, o que é ser gente e o que é, acima de tudo, conhecer e amar seu próprio País.

O Deputado João Leite (em aparte) - Deputada Elbe Brandão, gostaria de aproveitar o pronunciamento de V. Exa. para elogiar o trabalho que V. Exa. tem feito na Assembléia Legislativa, especialmente em relação ao turismo, esse segmento muitas vezes esquecido e que, na verdade, é tão importante para a geração de empregos e, também, para que possamos conhecer a nossa própria história. Tenho acompanhado com muita alegria o trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo, fazendo um trabalho de recuperação aqui, na Assembléia Legislativa, colocando o turismo na pauta de discussão desta Casa. Como companheiro de V. Exa., no PSDB, gostaria de dizer da minha admiração pela garra e pelo trabalho que vem desenvolvendo, especialmente por trazer à discussão um tema tão importante para Minas Gerais, um Estado que detém sítios importantes, uma história riquíssima e que temos tido oportunidade de conhecer devido especialmente ao trabalho que V. Exa. vem desenvolvendo.

Por isso, quero agradecer o aparte e deixar essa palavra de admiração pelo trabalho que vem sendo desenvolvido pela Comissão presidida por V. Exa., esperando que essa mensagem que tem sido trazida para a Assembléia possa receber, por parte do Poder Executivo, a atenção que o turismo merece de todos nós. Muito obrigado e parabéns.

A Deputada Elbe Brandão* - Obrigada, companheiro Deputado João Leite.

Os temas tratados pelos mais renomados especialistas mundiais sobre o turismo anunciam que a participação do turismo na economia mundial tem crescido a passos largos e somente as primeiras 40 nações receberam, no ano de 1998, mais de 400 milhões de turistas, gerando milhões de empregos e centenas de bilhões de dólares, que movimentam a economia nos quatro cantos do mundo.

A EMBRATUR estava lá, com sua comitiva, comandada pela mineira Márcia Kubitcheck e pelo seu Presidente Caio Luiz de Carvalho. Devemos agradecer-lhes pelo memorável apoio à intenção da Assembléia de Minas Gerais de filiar-se à OMT. Para tanto, solicitamos seja colocado na pauta, ainda hoje, requerimento que apresentamos, para que seja oficiado ao órgão do turismo nacional, solicitando referendar o nome desta Casa para a conquista, em definitivo, de espaço como membro efetivo desse organismo internacional.

Houve outra ausência incompreensível do Executivo de Minas Gerais, dessa vez, no maior e mais importante evento do turismo do País, o 27º Congresso Brasileiro de Agências de Viagem e Exposição de Turismo, que aconteceu em Curitiba, Paraná. Lá estavam quase 100 países e 8 mil agentes de viagens do mundo, mas Minas Gerais, para a nossa tristeza, não se fez presente. Houve um momento em que fui convocada pelos Secretários de Turismo do Rio de Janeiro, do Amazonas e do Rio Grande do Sul para que pudéssemos traçar um roteiro espeleológico do nosso País. Triste, tive de recusar, porque não tinha a missão de representar o Executivo de Minas, mas sim esta Casa.

O Deputado Pastor George (em aparte)* - Não poderia deixar de registrar a minha satisfação por tê-la acompanhado nesse encontro importante, em Santiago do Chile, em que foram debatidas as questões prioritárias sobre o turismo. Lá, pudemos analisar quanto é necessário que nossos Governos se empenhem na questão do turismo, não apenas por ser fonte de geração de renda, mas também por integrar os países do MERCOSUL e, até mesmo, os Estados. Entendemos que o turismo começa quando o brasileiro tem condições de conhecer a sua própria terra.

Esse tema foi muito discutido, a necessidade de se implementar uma política de turismo, para que a pessoa tenha acesso à sua própria terra. Temos visto que o povo brasileiro não tem essa condição. Ele, infelizmente, sofre muito com a política econômica do País, que dificulta o acesso à sua própria pátria.

Parabenizo a nobre Deputada, porque vem desempenhando um trabalho muito importante e vem sendo uma voz para abrir uma série de discussões sobre o assunto. Coloco-me, inclusive, pronto a colaborar, para que possamos, por meio da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio, muito bem presidida pela nobre Deputada, alçar a nossa voz, para que o Brasil desperte para a realidade de que o turismo é, sem dúvida, a solução econômica e financeira para o próximo milênio. Muito obrigado.

A Deputada Elbe Brandão* - Agradeço o aparte do companheiro Deputado Pastor George. Discordo apenas de um fato. Se essa Comissão é um sucesso efetivo na Assembléia Legislativa, não é pela minha Presidência, mas sim por contar com companheiros do calibre de V. Exa., que enriquecem o trabalho não apenas da Comissão, mas também deste Poder, que precisa, a cada dia, aprimorar-se nas questões legislativas e no respeito ao futuro do povo das nossas Minas Gerais.

O Brasil está em 30º lugar no "ranking" mundial do turismo. Recebemos menos turistas do que Cancun e Punta del Este e já chegamos quase à margem do Chile, que tem apenas oito anos de processo democrático. Isso tem de ser analisado, porque não é permitido, não é possível sustentarmos esse modelo de política econômica tão retrógrado. Minas Gerais assume a tímida posição de 7º lugar no País. Permanecendo o descaso governamental, não tenho dúvida de que nosso Estado terá mais retrocesso, mesmo com o "trade" trabalhando duro para novas conquistas. Não devo aclamar esse Governo como culpado, porém há que se fazer algo, pois aplicar recursos no turismo é definir rumos mais apropriados para a sustentação do setor em Minas Gerais. Negar o complexo de atividades que envolve o turismo na geração de emprego e renda é aproximar-se da insanidade, é recuar no tempo e é atestar o descompromisso com as políticas públicas transformadoras que merece, precisa e exige o povo mineiro.

É necessário que o Governador Itamar Franco tome para si esta responsabilidade, para melhor reconduzir seu Governo ao formato esperado por esta Casa, pela iniciativa privada do turismo e pela sociedade mineira. Ainda é tempo.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de parabenizar a BELOTUR, porque esteve e está presente na ação de destacar a Capital mineira para o País e o mundo.

Quero, ainda, fazer minhas as palavras da maioria dos parlamentares, porque nos causa indignação o que disse o Presidente do Banco Central sobre as nossas Minas Gerais. Protocolizei um requerimento, para que façamos um levantamento sobre o que Minas, como a 2ª economia do País, fornece de impostos para o Brasil em valor agregado e o que recebemos de volta. A permanecer esse desrespeito com Minas Gerais, é preciso começarmos a pensar numa secessão deste Estado do Brasil. Esse é um ponto de reflexão para Minas Gerais, que tem dignidade, que tem uma população que merece do poder público responsabilidade e coerência. Parece que o Brasil não nos quer. É preciso também que Minas Gerais tome posição neste País.

* - Sem revisão do orador.

A Deputada Maria Tereza Lara - Sr. Presidente em exercício, Deputado Dilzon Melo; colegas Deputados; colegas Deputadas; nessa sociedade em que cresce a violência, sabemos da importância de trabalhos para a construção da paz. Conhecemos várias iniciativas, como as do Movimento Viva e Deixe Viver, de famílias que perderam entes queridos em acidentes de trânsito; a Agenda da Paz, da Secretaria da Educação; o Projeto Miguilim, da Prefeitura de Belo Horizonte, e tantos outros.

No dia 4 de outubro, dia de São Francisco de Assis, a Pastoral da Criança lançou a campanha "A Paz Começa em Casa", em 3.166 municípios de todos os Estados brasileiros. A campanha visa à redução das estatísticas que indicam que, no Brasil, mais da metade dos casos de violência contra a criança acontece dentro de casa e é praticada pelos próprios pais.

Com essa campanha, a Pastoral da Criança quer repetir, no campo da violência, o mesmo sucesso que vem tendo na redução da desnutrição e da mortalidade infantil no País. Atuando exclusivamente em bolsões de pobreza e miséria, a Pastoral da Criança está organizada hoje em 30.094 comunidades carentes de 3.166 municípios de todos os Estados brasileiros, acompanhando mais de 1.500.000 gestantes e crianças menores de 6 anos de idade, indistintamente de raça, cor, credo religioso ou político. Enquanto a média nacional de mortalidade infantil está em 36,4 óbitos por 1.000 nascidos vivos, a Pastoral da Criança já conseguiu o índice de 13,7 mortes para cada 1.000 crianças menores de 1 ano. É com essa mesma determinação que a entidade lança essa campanha, visando à construção da cultura do amor no ambiente familiar, afirma sua fundadora e coordenadora nacional, a médica Zilda Arns Neumann.

Intitulada "A Paz Começa em Casa", a campanha mobilizará os mais de 136 mil voluntários da Pastoral em todo o País, em 2 frentes de ação. Os 118.829 líderes comunitários farão um grande mutirão nacional de visita a cerca de 1 milhão de famílias, que já são acompanhadas pela entidade em ações básicas de saúde, nutrição e desenvolvimento infantil. Ao mesmo tempo, os membros das 6.009 equipes de coordenação e treinamento da Pastoral da Criança em todo o País, acompanhados por autoridades civis e eclesiais, entregarão um documento, com sugestões sobre como ajudar a construir um ambiente de paz na família, a todos os Governadores e aos Prefeitos desses 3.166 municípios. Esse mesmo documento será entregue pela Coordenação Nacional da Pastoral da Criança ao Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, em audiência já marcada para as 16 horas desse mesmo dia; na ocasião, estará presente o Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, Arcebispo Emérito de São Paulo, e a Presidência da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB.

Durante o mutirão, os líderes comunitários vão entregar a cada família um folheto intitulado "Os Dez Mandamentos para a Paz na Família", em que constam orientações e alertas, como "quem bate para ensinar está ensinando a bater".

Unindo-se à campanha mundial convocada pela ONU, sob o título "Uma Vida sem Violência É um Direito Nosso", a Pastoral da Criança lança essa campanha, por "entender a paz como uma cultura e, por isso, como algo que é conquistado pela ação de todos, no seu dia-a-dia", destaca a Dra. Zilda.

"Este não é um problema só de quem vive a situação da violência, mas necessita de ação e educação para a paz de todos os cidadãos", afirma ela, lembrando que, de acordo com dados do Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Brasil perde cerca de 10,5% de seu PIB anualmente por causa da violência. São US\$84.000.000.000,00 que deixam de ser investidos em educação, saúde e tantas outras necessidades vitais da população. Citando, ainda, uma pesquisa da Organização Mundial de Saúde - OMS -, a Dra. Zilda alerta para os efeitos sociais da violência, que são preocupantes, pois uma criança maltratada no primeiro ano de vida tem tendência significativa a se tornar um adulto violento e a reproduzir a agressão que sofreu. "Isto representa uma bola-de-neve correndo contra a própria sociedade que não cuida de prevenir a violência, para preocupar-se apenas em punir os infratores", afirma a médica pediatra e sanitarista.

A campanha, que se torna permanente, conta também com a parceria de diversas televisões, rádios, jornais e revistas, que passam a veicular gratuitamente diversas peças publicitárias, criadas, também, sem nenhum custo, pela Agência Master, de Curitiba. Para a Pastoral da Criança, a forma mais eficiente de prevenir a violência é construir uma cultura de paz na prática cotidiana. Por isso, todos os líderes receberam materiais educativos, com orientações sobre como detectar possíveis situações de agressão contra a criança em sua comunidade e o que fazer quando um fato de violência é verificado.

Recentemente, quando Dom Mauro Morelli esteve nesta Casa, falou da importância da Pastoral da Criança e da importância de que, no Estado de Minas Gerais, seja feito um convênio, para que haja apoio efetivo a essa Pastoral.

Já temos experiência em vários municípios, inclusive em Betim, quando, através de convênio, pudemos acompanhar de perto o trabalho dessa Pastoral, que realmente cria cidadania. Os dados a Pastoral da Criança ganham ainda maior importância, se comparados à média nacional de mortalidade infantil. A Pastoral visa, sobretudo, ao trabalho com as famílias carentes e à erradicação total da desnutrição infantil.

Queremos dizer que, quando éramos Vereadora, acompanhamos esse trabalho e, neste mandato, temos participado de várias atividades, como conhecer de perto essa Pastoral. Queremos registrar o nosso compromisso, por meio de Cármen, Coordenadora Estadual, para que possamos cumprimentar a todas as monitoras, pessoas que têm dado sua contribuição, têm visitado e conhecido as famílias carentes das periferias e, assim, contribuem para que tenhamos mais qualidade de vida no nosso Estado. Isso reforça a nossa convicção de que essa é uma contribuição fundamental para a construção da cidadania, porque é uma Pastoral, uma ONG que não tem dependência completa só de órgãos públicos, precisa do apoio desses órgãos públicos.

Queremos, de público, solicitar que, através da Secretaria da Saúde, o Governador possa assinar um convênio com a Pastoral da Criança, contribuindo efetivamente para que tenham seus direitos garantidos, conforme reza o "Estatuto da Criança e do Adolescente" e, de fato, possam contribuir para erradicar a violência no Estado. Muito obrigada.

O Deputado João Leite - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Deputadas, Sr. Presidente, temos acompanhado, infelizmente, em nosso Estado, o aumento da violência. Neste ano, já passamos de 400 homicídios em Belo Horizonte, infelizmente homicídios de adultos, sem contar os de adolescentes e jovens. Essa violência crescente preocupa-nos. Tivemos oportunidade de, junto com a Deputada Maria Tereza Lara, ir ao Centro de Integração do Adolescente, em Sete Lagoas, onde temos, aproximadamente, 200 jovens.

Teremos, juntamente com o Ministério Público, um encontro com o Secretário de Justiça e Direitos Humanos, a fim de buscar uma solução para a situação do adolescente infrator. A superlotação vivida no Monsenhor Messias - hoje, praticamente, o único centro de reeducação do adolescente infrator -, preocupa-nos muito. Preocupa-nos, sobretudo, a volta desses jovens, que não têm nenhuma possibilidade de recuperação nesse centro de integração.

E, na Capital e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, continua aumentando a violência. Para nosso espanto, o Governador do Estado anuncia hoje o início das operações em Furnas. Essas operações, segundo informação que temos, teriam um custo de mais de R\$10.000.000,00 e seriam comandadas pelo Cel. Mauro Lúcio Gontijo, por outros oficiais, com o envolvimento dos Prefeitos das cidades próximas. Entretanto, o que mais nos preocupa, Deputados e Deputadas, é que será transferido para Furnas o efetivo de 2.200 homens, que estarão envolvidos nessa brincadeira de exército do Governador Itamar Franco. Dois mil e duzentos homens estarão em Furnas, com a situação que estamos vivendo na segurança pública, nas nossas cidades, com os problemas que estamos vivendo não apenas em Belo Horizonte, mas também nas médias e grandes cidades de Minas Gerais. E o Governador do Estado leva para o Golfo de Furnas 2.200 homens!

Para sentir o que representam para o Estado esses 2.200 homens, li, hoje, dados do Sindicato dos Policiais Civis, que mostram que a Polícia Civil tem hoje menos de 8 mil homens, a grande maioria cuidando de presos e outra parte no DETRAN. E agora o Governador do Estado retira 2.200 homens para o Golfo de Furnas, para fazer manobra militar. Ora, isso é uma irresponsabilidade que preocupa a todos nós.

Dizem os jornais que, ao todo, estarão envolvidos na operação 2.200 homens; as atividades começarão hoje e se encerrarão no dia 15 de outubro. Estão previstas algumas manobras de treinamento militar e 21 atividades envolvendo as comunidades dos 7 maiores municípios da região. O ponto alto não serão tiros nem operações na selva. O ponto alto vai ser o contato com as cidades.

Os Coronéis embarcaram hoje, às 8 horas, em helicópteros da PM e estarão visitando o terreno, preparado ao lado da cachoeira da Cascata, a 5km da Usina de Furnas.

Já tivemos a terraplenagem da área, utilizada para acampamento turístico, e agora usada para essa manobra. A partir de hoje, são operacionalizadas as manobras. Um agrupamento já está na região há alguns dias, e um novo grupo de "sapa"- policiais que vão montar a estrutura física da operação - chega hoje, para iniciar a montagem do acampamento principal, ao

lado da cachoeira da Cascata. Que situação estamos vivendo! A segurança pública precisando dos homens nas cidades, e eles vão para o lado da Cascata, ponto turístico, para fazer manobras de exército.

O Deputado Paulo Piau (em aparte) - Obrigado, Deputado João Leite. Na verdade, parece que está faltando uma definição melhor das prioridades. Concordo plenamente, porque a falta de policiais nas ruas é reclamada por todo o Estado. É um desperdício de mão-de-obra, a não ser que seja uma operação especial e não estejamos sabendo. Estamos precisando do policial na rua, para dar segurança à população.

Gostaria, também, Deputado João Leite, de usar um pouquinho deste tempo para falar ao povo mineiro sobre uma surpresa, hoje, no "Minas Gerais", que é o Decreto nº 40.624, de 6/10/99, que revoga o Decreto nº 36.897, de maio de 1995, portanto do Governador Eduardo Azeredo. Com esse decreto de 1995, ficam absorvidas pela Universidade do Estado de Minas Gerais a Fundação Nacional de Ituiubata e a Fundação de Ensino Superior de Passos. O decreto tinha 185 dias para ser cumprido, mas, na verdade, não haveria necessidade de revogá-lo, se a intenção do Governo do Estado fosse instituir a Universidade. Tudo está direcionando no sentido de que o Governo não quer. Penso que é uma discussão que tem de passar por esta Casa, porque aqui estão os representantes do povo de Minas Gerais. Alegou-se que as duas faculdades não teriam cumprido os requisitos mínimos para serem absorvidas. Temos em mãos o relatório do Ministério Público com relação à Fundação de Ensino Superior de Passos. Vou ler o trecho em que o Ministério Público reconhece que todos os critérios foram cumpridos. É o seguinte:

"Com o seu saneamento financeiro e administrativo, a Comissão Especial de Administração cumpriu com louvor os objetivos que determinaram a sua criação. O apoio da sociedade local, bem como os municípios vizinhos que enxergam na Fundação de Ensino Superior de Passos uma instituição regional de ensino foram fundamentais para o sucesso até aqui verificado. A entidade já está preparada para ser absorvida pela Universidade. Foram removidos todos os obstáculos que, anteriormente, existiam".

Tenho em mãos uma ação civil pública contra o Governo do Estado, que diz o seguinte: "Exposto isto, propõe-se a presente ação, com fundamento no que dispõe o art. 1º, inciso IV, combinado com o art. 3º, da Lei nº 7.347/85, requerendo seja o pedido julgado procedente, de forma a se compelir o Estado de Minas Gerais a cumprir as determinações insertas no art. 81 e seguintes do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Estadual, combinado com o art. 21, inciso III, da Lei nº 11.539/94, e o art. 1º do Decreto nº 36.897/95, a fim de que promova a imediata e definitiva absorção da Fundação de Ensino Superior de Passos pela Universidade do Estado de Minas Gerais, com a conseqüente extinção da Fundação e a transferência de seu patrimônio para o Estado e demais providências exigíveis, sob pena de lhe ser aplicada sanção pecuniária diária em valor não inferior a R\$100.000,00.

Requer, mais, seja determinada a citação do requerido, na pessoa do seu representante legal, para que responda aos termos da presente".

Sr. Presidente, há que se tomar uma definição com relação à UEMG. Se é para existir, acho que devemos decidir, e parece que esta é a vontade do povo. Mas não parece ser a vontade do Governo do Estado, sobretudo da administração, hoje, da UEMG.

Estamos propondo um projeto de lei que direciona 1% das receitas do Estado para dar cobertura à UEMG. Acharmos que deve ir à frente e deve retroceder. Do jeito que está exposto, inclusive com o projeto que está na Casa, há um retrocesso. Mas quero parabenizá-lo pela observação feita com relação aos gastos do Estado. Acharmos que existem coisas mais importantes, em que se deve gastar o recurso do povo. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Deputado Paulo Piau, concordo com a fala de V. Exa., já que a questão é prioridade. O orçamento deste ano trata de R\$3.000.000,00 para a construção do centro de reeducação do adolescente infrator em Belo Horizonte, mas já estamos em outubro, e não há nenhuma movimentação para a construção. Assim, vamos ficar com um centro de adolescentes infratores superlotado como está, caracterizando que não se trata de uma prioridade o adolescente e a educação. Está claro, pela fala de V. Exa., que o Ministério Público cobra do Governo a absorção das universidades. Não está claro ainda que a segurança da cidade seja prioridade, com a retirada de tantos policiais para brincar de Exército no Golfo de Furnas.

O Deputado Hely Tarquínio (em aparte) - Gostaria também de cumprimentar o nobre Deputado João Leite pela oportuna intervenção, chamando a atenção para essa atitude do Governador, que está promovendo um desvio de função da Polícia Militar. Como disse o Deputado João Leite, parece que a função precípua da Polícia Militar é dar segurança ao povo de Minas Gerais. O Governador está com o espírito de guerra fictícia, de coisa que não existe, contra a proposta de, um dia, talvez, privatizar Furnas. Isso dependerá de estudos que demorarão mais de um ano.

Mas o Governador está com suas manobras de guerra. O pior é que S. Exa. está reiterando essas manobras diariamente, deixando Belo Horizonte desguarnecida no que tange à Polícia Militar, que tem um contingente cada vez menor. O Governador está gastando energia e psiquismo preocupado com guerra. É importante que nós, do Legislativo, tenhamos essa consciência. S. Exa. precisa acordar para a realidade do dia-a-dia, dos nossos problemas econômicos e da moratória declarada. Muito obrigado.

O Deputado João Leite - Neste final, gostaria de colocar uma questão que precisa ser respondida pela Prefeitura de Belo Horizonte. Estamos de posse de mais um contrato desse Estado sem licitação do Governo. Tínhamos contratos do DER e agora temos um contrato em que a Secretaria da Segurança Pública acorda com uma construtora, sem licitação, R\$3.738.000,00 para construção. Não temos os dados de quantas celas serão, mas teremos o cuidado de fazer as contas de acordo com as normas da ONU.

O mais grave é que tivemos várias notificações de embargo dessa obra. Agora, inexplicavelmente, o Secretário de Atividades Urbanas da Prefeitura levanta o embargo por se tratar de obra de emergência.

E o mais grave: sem o parecer do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sem o parecer da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Sabemos da luta de todo cidadão de Belo Horizonte para construir sua casa, e, agora, vemos essa facilitação inexplicável por parte da prefeitura.

Assim, está com a palavra a Prefeitura de Belo Horizonte, para explicar a dispensa de parecer do COMAM, já que perdemos várias árvores nesse local, e também para explicar que emergência é essa que fez o Secretário de Atividades Urbanas da Prefeitura de Belo Horizonte levantar o embargo dessa obra. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Deputado Carlos Pimenta - Obrigado, Presidente.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas, senhoras e senhores, imprensa, neste pouco tempo, gostaria de apresentar os meus protestos pela forma com que a Comissão de Administração desta Casa tratou um requerimento de nossa autoria.

Apresentamos, a exemplo do que já havia sido feito nessa mesma Comissão, um ofício solicitando que a direção da COPASA-MG, na pessoa de seu Presidente, Dr. Marcelo Siqueira, se reunisse nesta Casa com o Prefeito e com os Vereadores de Montes Claros, para discutir a prorrogação da concessão da exploração de água e esgoto da COPASA-MG naquela cidade.

O requerimento de Belo Horizonte teve um tratamento todo especial. Foram realizadas várias reuniões, incluindo uma audiência pública nesta Casa, e, graças a Deus, a situação de Belo Horizonte e da área metropolitana está avançando nas conclusões e na busca de soluções.

Com esse mesmo espírito, apresentamos um requerimento solicitando a realização de uma reunião, porque o que aconteceu em Belo Horizonte também aconteceu em Montes Claros: a concessão da COPASA-MG termina no ano 2000, e a Câmara Municipal daquela cidade, atendendo ao seu chamamento, a sua convocação, ao seu apelo, prorrogou por mais 30 anos a concessão de exploração de água e esgoto de Montes Claros. Em contrapartida, a COPASA-MG assinou um protocolo de intenções, em que ficou estabelecido que a cidade, dentro de dois anos, teria um atendimento de 100% na oferta de água tratada, 100% na coleta de esgoto e a construção de uma unidade de tratamento do esgoto sanitário, evitando a poluição do rio Verde Grande, o principal da região.

Tudo correu bem: os contratos foram feitos, as obras iniciadas, mas, com a mudança de governo, houve uma paralisação. Estivemos na COPASA-MG em companhia do Prefeito

Jairo Ataíde e, juntamente com o Dr. Marcelo, acertamos mais ou menos a forma como a COPASA-MG iria reiniciar as obras, depois de 10 meses de paralisação.

Mas gostaríamos que essa discussão tivesse acontecido na Casa, pois era objetivo da Prefeitura e dos Vereadores de Montes Claros a denúncia do contrato, do projeto de prorrogação por mais 30 anos, porque abre, Sr. Presidente, um precedente grave em todo o território de Minas Gerais.

Apresentamos o nosso ofício, o nosso requerimento, e, por uma questão de não poder estar no momento, pois participávamos de outra reunião na Comissão de Agropecuária, eis que o nosso requerimento foi derrotado e - creiam os senhores - pela defesa contrária ao nosso requerimento de um Deputado de Montes Claros. Dessa forma, meu requerimento foi derrotado, e essa reunião não mais se realizará.

Fico preocupado e triste porque em momentos como esse a politicagem fala mais alto e o interesse privado fala mais alto que o coletivo. Esperamos que a Câmara Municipal não podendo vir a esta Casa, que é o fórum de discussão dos problemas do povo mineiro, juntamente com o Prefeito de Montes Claros proceda a articulações com o Presidente da COPASA-MG para reverter essa situação.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira (em aparte) - Agradeço à Presidência e ao orador. Embora não se trate do assunto referente ao seu pronunciamento, gostaria de dizer que o Governador enviou para esta Casa um projeto anulando a cobrança dos 3,5%, feita a título de previdência, de aposentadoria dos servidores públicos do Estado. Louvamos essa atitude do Governador e, uma vez que o Governo de Minas entende que é indevida e injusta essa cobrança, estamos apresentando uma emenda propondo que a cobrança indevida já realizada seja devolvida aos servidores do Estado de Minas.

O Deputado Carlos Pimenta - Perfeitamente. Para concluir, Sr. Presidente, agradeço-lhe a tolerância. Quero dizer que a Casa não pode comungar com situações como esta. Nossas comissões têm independência suficiente, são idôneas, bem presididas, mas agir, nesta Casa, com total falta de ética e respeito aos companheiros e ao povo mineiro não podemos admitir em hipótese alguma. Somos Deputados independentes o suficiente para não nos envolvermos com politicagem barata e verdadeiramente defendermos os reais interesses do povo mineiro. Muito obrigado.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado José Milton de Carvalho Rocha, matrícula 9665-2, no período de 18/9/99 a 29/9/99.

Mesa da Assembléia, 19 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Antônio Roberto Lopes Carvalho, matrícula 7756-9, no período de 20/9/99 a 8/10/99.

Mesa da Assembléia, 19 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a Presidência concede licença para tratamento de saúde ao Deputado Marcelo Gerônimo Gonçalves, matrícula 7771-2, no período de 7/10/99 a 16/10/99.

Mesa da Assembléia, 19 de outubro de 1999.

Anderson Aauto, Presidente.

TERMO DE CONVÊNIO

Primeira conveniente: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segunda conveniente: Prefeitura Municipal de Tarumirim. Objeto: permissão do acesso da Prefeitura aos programas transmitidos pela TV Assembléia, para fins de retransmissão do sinal. Vigência: 1 ano a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 3.1.3.2.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Minas Gerais - SEBRAE. Objeto: realização de cursos de treinamento e aperfeiçoamento profissional de servidores. Licitação: dispensada, nos termos do art. 24, XIII, da Lei nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 12 meses a partir da assinatura.

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/99

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 5/11/99, às 10 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Área de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços de nº 12/99, destinada à aquisição de diversos papéis.

O edital poderá ser adquirido, no endereço acima, mediante pagamento da quantia não reembolsável de R\$10,00.

Belo Horizonte, 19 de outubro de 1999.

Pedro Paulo Dias Ladeira, Diretor-Geral em exercício.